

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – UNIS/MG
GESTÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E TECNOLOGIA
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
GRAZIELA IWAMOTO MELO



O LUGAR DO ESPAÇO PÚBLICO NO PLANEJAMENTO URBANO:
diretrizes e propostas para o Plano Diretor de Varginha - MG

Varginha/MG
Jul/2016

FES/SMI

N. CLASS. M 211.4
CUTTER M 5322
ANO/EDIÇÃO 2016

GRAZIELA IWAMOTO MELO

**O LUGAR DO ESPAÇO PÚBLICO NO PLANEJAMENTO URBANO:
diretrizes e propostas para o Plano Diretor de Varginha - MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.
Orientador: Prof. Wesley Medeiros

**Varginha/MG
Jul/2016**

FEPREMIG

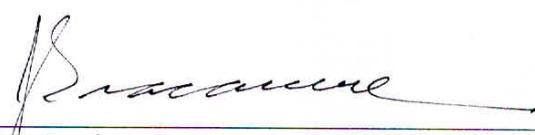
GRAZIELA IWAMOTO MELO

**O LUGAR DO ESPAÇO PÚBLICO NO PLANEJAMENTO URBANO:
diretrizes e propostas para o Plano Diretor de Varginha - MG**

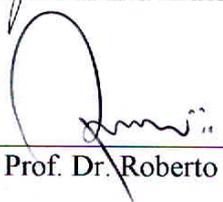
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel, pela Banca Examinadora composta pelos membros:

Aprovada em: 06/07/2016

Prof. Wesley da Silva Medeiros (Orientador)



Prof. Dra. Luciana Bracarense Coimbra Veloso



Prof. Dr. Roberto Luiz de Queiroz

OBS.:

RESUMO

Este trabalho consiste em fazer uma análise dos espaços públicos de Varginha e traçar algumas diretrizes básicas sobre o modelo de crescimento que a cidade deve adotar em nível de planejamento urbano, com base em vertentes mais sociais e econômicas. No Plano Diretor não há diagnósticos, estudos ou propostas concretas de ações para viabilizar políticas e projetos para espaços públicos. Como não há uma preocupação voltada para a cidade ao nível dos olhos, da escala humana, do convívio social, este trabalho faz uma análise urbana dos espaços públicos de Varginha, para propor diretrizes políticas e projetuais de planejamento urbano, através do conhecimento de noções de espaço público; conhecimento de conceitos de planejamento urbano; compreensão do discurso do espaço público na trajetória do planejamento urbano; levantamento dos espaços públicos como estudos de casos; aplicação de análise urbana dos espaços públicos de Varginha; e da proposição das diretrizes propriamente ditas. Ao final, este trabalho apresenta uma proposta de intervenção na Praça Dr. José de Rezende Paiva, aplicando algumas estratégias a fim de alcançar as diretrizes propostas, com o foco constante na qualidade do lugar e na preocupação em torná-lo um espaço multifuncional, heterogêneo, acolhedor, que propicie o encontro.

Palavras-chave: Varginha. Espaços públicos. Convívio social. Diretrizes políticas e projetuais.

ABSTRACT

This work consists of making an analysis of public spaces Varginha and draw some basic guidelines on growth model that the city should adopt at the level of urban planning based on more social and economic aspects. In Plan there is no diagnosis, studies or proposals for concrete actions to promote policies and projects for public spaces. As there is not a focused concern for the city at eye level, the human scale, social life, this work is an urban analysis of public spaces in Varginha, to propose policies and projective guidelines of urban planning through knowledge of notions of public place; knowledge of urban planning concepts; understanding the discourse of public space in the trajectory of urban planning; survey of public spaces such as case studies; application of urban analysis of public spaces Varginha; and the proposition of the guidelines themselves. Finally, this paper presents a proposal for intervention in the Praça José Rezende Paiva, applying some strategies in order to achieve the proposed guidelines, with constant focus on quality of place and concern to make it a multifunctional space, heterogeneous, welcoming, that provides meeting.

Keywords: *Varginha. Public spaces. social life. policies and guidelines projective.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Parque das Nações.....	38
Figura 2 - Superkilen – Copenhagen, Dinamarca.....	39
Figura 3 – Praça Victor Civita, São Paulo, SP, Brasil.....	41
Figura 4 – Rio Cheonggyecheon, Seul, Coreia do Sul.....	43
Figura 5 - Mapa de Varginha.....	46
Figura 6 - Levantamento dos espaços públicos.....	49
Figura 7 - Delimitação de áreas dos espaços públicos.....	50
Figura 8 - Delimitação de áreas em estudo.....	51
Figura 9 – Equipamentos de interesse.....	52
Figura 10 – Destaque para as vias.....	53
Figura 11 – Praça da Fonte.....	54
Figura 12 – Palco da Seresta.....	55
Figura 13– Praça Gov. Benedito Valadares.....	56
Figura 14– Praça Gov. Benedito Valadares.....	56
Figura 15 – Coreto da Praça.....	57
Figura 16 – Praça Maj. Domingos de Carvalho.....	58
Figura 17 – Praça Maj. Domingos de Carvalho.....	57
Figura 18 – Praça da Estação em reforma.....	59
Figura 19 – Praça da Estação em reforma.....	58
Figura 20 – Projeto “Corredor Cultural” - perspectiva.....	59
Figura 21 – Calçadão.....	60
Figura 22 – Vista da Praça Champagnat pelo Colégio Marista.....	61
Figura 23 – Vista da Praça Champagnat pelo VTC.....	61
Figura 24 – Praça Pinto de Oliveira.....	62
Figura 25 – Praça Roque Rotundo.....	63
Figura 26 – Praça Santa Cruz.....	64
Figura 27 – Praça São Pedro.....	65
Figura 28 – Praça São Pedro - Academia de rua.....	65
Figura 29 – Planta de situação.....	76
Figura 30 – Estudo de insolação.....	77
Figura 31 – Análise do entorno.....	78
Figura 32 – Vias de acesso e acessibilidade.....	79
Figura 33 – Hierarquia das vias.....	79
Figura 34 – Vias de acesso e acessibilidade.....	80
Figura 35 – Vias de acesso e acessibilidade.....	80
Figura 36 – Vias de acesso e acessibilidade.....	81
Figura 37 – Vista noturna de Metropol Parasol.....	82
Figura 38 – Auditorium Parco della Musica – Roma, Itália.....	83
Figura 39- Modelo de mobiliário urbano – cobertura.....	83
Figura 40 – Modelo de mobiliário urbano – banco para recostar.....	84
Figura 41 – Modelo de mobiliário urbano – Banco criativo.....	84
Figura 42 – Modelo de mobiliário urbano – banco para diversas formas de apropriação.....	85
Figura 43 – Modelo de mobiliário urbano - playground.....	86
Figura 44 – Modelo de cobertura côncava de vidro.....	86
Figura 45 – Modelo de mobiliário urbano - luminária.....	87
Figura 46 – Plano de massa atual.....	88
Figura 47 – Plano de massa do piso térreo.....	91
Figura 48 – Proposta para o estar jovem.....	92

Figura 49 – Proposta para a área de brincar e para o estar verde	92
Figura 50- O parabolóide de revolução nas conchas acústicas	93
Figura 51 - Esquema de concha acústica: reflexão sonora.	93
Figura 52 - Conchas acústicas para platéias desenvolvidas no sentido da largura.....	94
Figura 53 – Proposta para o <i>parklet</i>	95
Figura 54 – Plano de massa do piso superior	96
Figura 55 – Proposta para a praça suspensa	96
Figura 56 – Modelo de placa drenante.....	98
Figura 57 – Modelo de piso em madeira – Praça Victor Civita	98
Figura 58 – Proposta para a praça suspensa	100
Figura 59 – Distância mínima entre diferentes espécies arbóreas usadas na formação de barreiras.....	102
Figura 60 – Espécies nativas indicadas para passeios sem rede aérea.....	102
Figura 61 – Caminho lúdico.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ficha Técnica.....	37
Quadro 2 - Ficha Técnica Superkilen	39
Quadro 3 - Ficha Técnica Victor Civita.....	40
Quadro 4 - Ficha Técnica Rio Cheonggyecheon.....	42
Quadro 5 – Eixos para Diagnóstico	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Circulação.....	68
Gráfico 2 - Acessibilidade.....	68
Gráfico 3 - Arborização.....	69
Gráfico 4 – Áreas de estar e permanência.....	69
Gráfico 5 – Resultado geral.....	70
Gráfico 6 – Circulação da Praça da Fonte.....	113
Gráfico 7 –Acessibilidade da Praça da Fonte.....	114
Gráfico 8 – Arborização da Praça da Fonte.....	115
Gráfico 9 – Áreas de estar da Praça da Fonte.....	116
Gráfico 10 – Circulação da Praça Getúlio Vargas.....	117
Gráfico 11 – Acessibilidade da Praça Getúlio Vargas.....	118
Gráfico 12 – Arborização da Praça Getúlio Vargas.....	118
Gráfico 13 – Áreas de estar da Praça Getúlio Vargas.....	119
Gráfico 14 – Circulação da Praça da Matriz.....	120
Gráfico 15 – Acessibilidade da Praça da Matriz.....	121
Gráfico 16 – Arborização da Praça da Matriz.....	121
Gráfico 17 – Áreas de estar da Praça da Matriz.....	122
Gráfico 18 – Circulação da Praça Jardim do Sapo.....	123
Gráfico 19 – Acessibilidade da Praça Jardim do Sapo.....	124
Gráfico 20 – Arborização da Praça Jardim do Sapo.....	124
Gráfico 21 – Áreas de estar da Praça Jardim do Sapo.....	125
Gráfico 22 – Circulação da Praça do Mártir.....	126
Gráfico 23 – Acessibilidade da Praça do Mártir.....	127
Gráfico 24 – Arborização da Praça do Mártir.....	127
Gráfico 25 – Áreas de estar da Praça do Mártir.....	128
Gráfico 26 – Circulação do Calçadão.....	130
Gráfico 27 – Acessibilidade do Calçadão.....	131
Gráfico 28 – Arborização do Calçadão.....	131
Gráfico 29 – Áreas de estar do Calçadão.....	132
Gráfico 30 – Circulação da Praça Champagnat.....	133
Gráfico 31 – Acessibilidade da Praça Champagnat.....	134
Gráfico32 – Arborização da Praça Champagnat.....	134
Gráfico 33 – Áreas de estar da Praça Champagnat.....	135
Gráfico 34 – Circulação da Praça Pinto de Oliveira.....	136
Gráfico 35 – Acessibilidade da Praça Pinto de Oliveira.....	137
Gráfico 36 – Arborização da Praça Pinto de Oliveira.....	137
Gráfico 37 – Áreas de estar da Praça Pinto de Oliveira.....	138
Gráfico 38 – Circulação da Praça Roque Rotundo.....	139
Gráfico 39 – Acessibilidade da Praça Roque Rotundo.....	140
Gráfico 40 – Arborização da Praça Roque Rotundo.....	140
Gráfico 41 – Áreas de estar da Praça Roque Rotundo.....	141
Gráfico 42 – Circulação da Praça Santa Cruz.....	142
Gráfico 43 – Acessibilidade da Praça Santa Cruz.....	143
Gráfico 44 – Arborização da Praça Santa Cruz.....	143
Gráfico 45 – Áreas de estar da Praça Santa Cruz.....	144
Gráfico 46 – Circulação da Praça São Pedro.....	145
Gráfico 47 – Acessibilidade da Praça São Pedro.....	146
Gráfico 48 – Arborização da Praça São Pedro.....	146

Gráfico 49 – Áreas de estar da Praça São Pedro	147
Gráfico 50 – Resultado da Circulação	148
Gráfico 51 – Resultado da Acessibilidade	149
Gráfico 52 – Resultado da Arborização	149
Gráfico 53 – Resultado das Áreas de estar	150
Gráfico 54 – Resultado geral da qualificação	151

5.1	Contextualização física e espacial.....	75
5.2	Referencial teórico.....	81
5.2.1	Metropol Parasol – Sevilha, Espanha.....	81
5.2.2	Auditorium Parco della Musica, Roma, Itália.....	82
5.2.3	Mobiliário.....	83
5.3	Conceito e partido.....	87
5.4	Proposta.....	88
5.5	Estratégias de projeto.....	89
5.5.1	Potencialidade local.....	90
5.5.2	Acessibilidade.....	97
5.5.3	Criatividade.....	99
5.5.4	Sustentabilidade.....	101
5.5.5	Mobilidade urbana.....	103
5.5.6	Lazer.....	104
5.5.7	Paisagem.....	104
5.5.8	Patrimônio.....	105
5.5.9	Democracia.....	105
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS.....	109
	APÊNDICE A – Praça José de Rezende Pinto (Praça da Fonte).....	113
	APÊNDICE B – Praça Getúlio Vargas.....	117
	APÊNDICE C – Praça Governador Benedito Valadares (Praça da Igreja Matriz).....	120
	APÊNDICE D – Praça Dom Pedro II (Jardim do Sapo).....	123
	APÊNDICE E – Praça Major Domingos de Carvalho (Igreja do Mártir).....	126
	APÊNDICE F – Praça Mateus Tavares (Estação Ferroviária).....	129
	APÊNDICE G – Calçadão da Rua Wenceslau Braz.....	130
	APÊNDICE H – Praça Champagnat.....	133
	APÊNDICE I – Praça Pinto de Oliveira.....	136
	APÊNDICE J – Praça Roque Rotundo.....	139
	APÊNDICE K – Praça Santa Cruz.....	142
	APÊNDICE L – Praça São Pedro.....	145
	APÊNDICE M – Resultado.....	148
	APÊNDICE N – Resultado Geral.....	151
	APÊNDICE O – Diagnóstico.....	152
	APÊNDICE P – Conceito.....	153

1 INTRODUÇÃO

Pela primeira vez na história, a partir da virada do milênio, a maior parte da população é urbana e não rural. A maioria das cidades cresceu rapidamente neste século que se passou, dando pouca ênfase ao planejamento urbano. Os princípios do modernismo, que separa os usos da cidade e destaca edifícios individuais autônomos, acabaram por reduzir o espaço urbano e a vida das cidades a suas funções vitais. O urbanismo desse período deu prioridade à preocupação em acomodar o aumento do número de automóveis e organizar as novas demografias urbanas. Isso diminuiu o lugar do espaço público como esfera política da coletividade e das ações sociais que animam os espaços diversos do cotidiano do cidadão.

No Brasil não foi diferente e houve um crescimento desordenado das cidades. Na década de 70, o que se via era uma grande concentração de atividades e a valorização da área central, e as áreas periféricas sendo ocupadas pela população excluída do acesso à terra urbanizada com infraestrutura e serviços urbanos. Nas últimas duas décadas do século XX, assistiu-se a uma reconfiguração física do território, conduzida por uma “explosão urbana” que acompanhava a metamorfose das cidades, associada à mundialização da economia e ao desenvolvimento da sociedade da informação e conhecimento. A partir daí, houve uma mudança de paradigma e surge a ideia do urbanismo sustentável, com a valorização das densidades urbanas, combinadas com a diversidade de usos (conceito de cidade densa e compacta).

Nesse mesmo período, a população brasileira clamava por mudanças nas políticas urbanas, com a intensificação dos movimentos sociais, que buscavam a reforma urbana e a implementação da função social da propriedade. Após longo e demorado processo político, em 1988, na Assembleia Constituinte, foi implementado um capítulo sobre a Política Urbana, composto pelos artigos 182 e 183 da Constituição, que condicionou a aplicação dos instrumentos à criação de uma lei federal que regulamentasse a Constituição e ao plano diretor. Após vários anos de tramitação do projeto de lei, em 2001, entra em vigor o Estatuto da Cidade, que previu a necessidade de criação do Plano Diretor para cidades com população acima de 20.000 habitantes.

Em Varginha, MG, o Plano Diretor foi revisado em 2006, sob a Lei nº 4.530, com a adequação às diretrizes do Estatuto da Cidade. O Plano Diretor, entretanto, não o fez de forma satisfatória, com a participação popular nos processos de planejamento e gestão, para a construção da gestão democrática da cidade. O plano, na verdade, cumpriu um papel mais institucional e político que um instrumento de orientação da gestão e dos investimentos.

Além disso, o Plano Diretor do município não traçou diretrizes para a qualificação e valorização dos espaços públicos, que são o lugar, por excelência, do convívio das pessoas, a alma da cidade. A inserção do tema se deu de forma genérica e abstrata, no seu artigo 9º, assegurando, apenas e tão somente, o acesso de todos os cidadãos aos serviços e equipamentos públicos, observando critérios equânimes de qualidade, quantidade e distribuição espacial; e a qualificação estética da paisagem urbana. Dentre as prioridades de alocação dos investimentos, não está prevista a qualificação e melhoria dos espaços públicos. Também não há nenhuma previsão sobre a necessidade de que os projetos urbanos contribuam para a qualidade desses espaços.

Desta maneira, considerando que são nestes espaços que se desenvolvem as relações de vivência e coletividade, é imprescindível que eles sejam atraentes e possam ser utilizados com qualidade e conforto.

1.1 Problema

O Plano Diretor de Varginha teve uma visão bastante simplista e genérica, a nível de planejamento urbano, em relação aos espaços públicos, traçando apenas algumas diretrizes básicas sobre o modelo de crescimento que pretendia adotar, com base em vertentes mais sociais e econômicas. Não há diagnósticos, estudos ou propostas concretas de ações para viabilizar políticas e projetos para espaços públicos.

Não houve uma preocupação com a cidade ao nível dos olhos, da escala humana, do convívio social. Entretanto, é em torno das pessoas e de suas inter-relações que as cidades se formam e “essas redes são o capital social urbano insubstituível”¹.

Com base na ausência de diretrizes, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretende levantar os espaços públicos utilizados pela população local e detectar os problemas que tornam os espaços sem vida, monótonos e inseguros, pensando na escala humana. Assim, seria possível construir diretrizes urbanísticas que pudessem ser manipuladas pelo processo de Planejamento Urbano, desde o diagnóstico até a implementação e avaliação.

¹ JACOBS, Jane. *Morte e Vida nas Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

1.2 Justificativa

Há tempos que as cidades vêm crescendo sem um planejamento urbano ao nível das pessoas. Boa parte dos profissionais que definem o futuro de uma cidade, os arquitetos, urbanistas e políticos, está preocupada com outras coisas. Eles querem melhorar o trânsito, criar monumentos, pontes, parques, mas nenhum deles tem em mente criar uma cidade melhor para as pessoas viverem.

Os espaços públicos são o lugar, por excelência, do convívio das pessoas, a alma da cidade. É fundamental propiciar mais espaços para as pessoas caminharem e se encontrarem. Isso é bom para a saúde e para a vida pública. Poder andar, sentar, olhar, conversar e compartilhar experiências no espaço público é extremamente importante para a vida humana. Transformar cada espaço em um lugar mais bonito, divertido e seguro, que incentive e inspire as pessoas a usufruir a cidade com prazer e alegria é o objetivo deste trabalho.

Varginha não está situada entre polos acadêmicos de Arquitetura e Urbanismo como centros de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, análises e discussões sobre o Planejamento Urbano (PU) da cidade ainda parecem incipientes. Como este TCC faz parte de um primeiro ciclo de formação de arquitetos urbanistas da cidade e região, buscou-se um tema que pudesse contribuir em futuras discussões municipais de PU.

Os resultados deste trabalho devem contribuir para ampliar um debate sobre o lugar do espaço público no PU de Varginha pelo diagnóstico, pelas diretrizes propostas e por projetos urbanos de qualificação e resgate do espaço público.

1.3 Objetivos

Aplicar uma análise urbana dos espaços públicos de Varginha, de modo que possam ser propostas diretrizes políticas e projetuais de planejamento urbano.

Objetivos específicos:

- a) conhecer noções de espaço público;
- b) conhecer conceitos de planejamento urbano;
- c) compreender o discurso do espaço público na trajetória do planejamento urbano;
- d) levantar espaços públicos como estudos de casos;
- e) aplicar uma análise urbana dos espaços públicos de Varginha;
- f) propor diretrizes urbanísticas e projetuais de planejamento urbano.

1.4 Materiais e métodos

Os objetivos apontados serão alcançados mediante a realização de um conjunto de procedimentos que permitam analisar a situação-problema e identificar os pontos estratégicos do projeto de pesquisa.

Consistirá em três etapas, a saber: na primeira etapa será feito o embasamento teórico sobre o tema abordado a partir dos trabalhos teóricos e empíricos realizados por Hannah Arendt, Richard Sennett, e Jane Jacobs.

Em seguida serão demonstrados alguns casos de intervenção urbana que resultaram em níveis satisfatórios de aceitação e apropriação do espaço público pela população. A segunda etapa consistirá de uma leitura dos espaços públicos existentes no Município, com o intuito de mapear, identificar e qualificar, por meio da observação por parte desta pesquisadora, o objeto de estudo.

Por fim, a terceira etapa, que consistirá na finalização do trabalho, com a apresentação de um diagnóstico da situação atual visando identificar e qualificar os problemas existentes, traçando algumas diretrizes de solução projetual.

Em uma fase seguinte, em continuidade ao trabalho por meio do TCC II, ocorre a finalização do projeto, com a elaboração de uma proposta de intervenção no principal espaço público: a Praça Dr. José de Rezende Paiva.

2 REVISÃO DE LITERATURA

As cidades, consideradas por Rogers (2012, p.14) como “habitat da humanidade”, constituíram-se no grande agente destruidor do ecossistema e de ameaça à sobrevivência da própria humanidade. Ele constata que, atualmente, as pessoas se lembram das cidades muito mais como cenário de automóveis e de edifícios do que por suas ruas e praças – espaços coletivos –, muito mais pelo isolamento social, poluição, medo da violência, local de consumo e pela busca insaciável de lucro do que pela comunidade, participação, espírito cooperativo, beleza e prazer. A democracia se faz representar equivocadamente por comunidades segregadas. Na visão do autor, deve-se reinstalar uma cidade em que a sociedade seja baseada na vida comunitária. As cidades devem personificar seus habitantes, incentivar o contato, condensar e fomentar as atividades humanas, expressando a cultura local.

Nos tempos antigos sempre se pensou nessa ordem: pessoas, espaços e edifícios. Hoje as pessoas estão em última escala, elas foram esquecidas; a prioridade são os veículos e os edifícios. Porém, é preciso resgatar outros valores da cidade: os valores humanos. É premente pensar em “cidade para pessoas”, que resgate o espaço público como um lugar agradável ao convívio, sem o domínio do carro.

Para Gehl (2012), existem três tipos de cidades: as tradicionais, as invadidas e as cidades reconquistadas. Para ele, as cidades reconquistadas são aquelas que procuram estabelecer um equilíbrio entre três funções: um lugar de encontro para as pessoas, um lugar de mercado de bens e serviços e um lugar de mobilidade, onde se podem conectar diferentes espaços, de modo que haja espaço suficiente para as pessoas se encontrarem, caminharem e que a vida social tenha condições de existir.

Pode-se notar que há um grande negligenciamento do espaço público pelo fato de que a maior parte dos parques públicos, praças e ruas sejam legado do passado, sem uma releitura ante a problemática atual.

Muito mais que a forma e a aparência, um espaço público deve priorizar a escala humana. Se um espaço público não é apropriado pela população, é porque não é um bom espaço. É preciso que as pessoas sejam protegidas do tráfego, do barulho, da violência, das intempéries; que seja um bom lugar para caminhar, para estar, para sentar, para ver e ouvir; ele deve prover oportunidade para as pessoas se exercitarem, brincarem e usufruírem do tempo.

Além disso, um dos grandes obstáculos para a apropriação de um espaço público é a monotonia. Para Jacobs (2000), a monotonia é vista como a maior inimiga das ruas e das grandes cidades. Quando as ruas tornam-se monótonas, elas afastam as pessoas.

A intenção de conectar espaços coletivos existentes com significado deve, também, estar presente nos novos projetos de intervenções urbanas, no sentido de humanizar a cidade. Desse modo a revisão bibliográfica buscou entender a partir de três autores quais noções embasam o tema “espaço público” para chegar a um aprofundamento sobre seu lugar na vida da cidade.

2.1 Noções do espaço público

O conceito de espaço público assume várias designações conceituais de acordo com mudanças no interior das sociedades. Suas raízes históricas estão atreladas ao discurso filosófico e sociológico, que remonta à antiga Grécia, isto é, como esta sociedade se organizava em torno do espaço da vida pública, tornando a cidade *locus* dos interesses coletivos dissociado do particular, da individualidade, da liberdade de cada indivíduo. Assim, pode-se entender, de maneira geral, que a noção de espaço público perpassa a esfera do “público” e do “privado”.

O termo “público” remete para a esfera da coletividade, para uso comum e posse coletiva; enquanto o segundo a individualidade dos cidadãos. Na Grécia Antiga já havia dissociação entre os dois termos, seja pela prática dos acontecimentos sociais, seja pela teorização de ambos. O “público” acontecia na *ágora*, principal lugar da vida pública, expressão máxima da coletividade, entre outros, o espaço de cidadania. A *ágora* era, assim, o espaço da esfera do pacto social da sociedade, onde se disseminavam experiências coletivas em torno das ideias. Os cidadãos exerciam a sua vida política participando nos assuntos da *polis*. O poder da palavra como elemento de persuasão.

Ser cidadão da *polis*, pertencer aos poucos que tinham liberdade e igualdade entre si, pressupunha um espírito de luta: cada cidadão procurava demonstrar perante os outros que era o melhor exibindo, através da palavra e da persuasão, os seus feitos singulares, isto é, a *polis* era o espaço de afirmação e reconhecimento de uma individualidade discursiva. (ANTUNES, 2011, p. 3)

O espaço “privado”, ao contrário, era representado exclusivamente pela casa do indivíduo, pela família e por aquilo que era próprio ao homem. Considerado um lugar sagrado e inviolável, onde o poder despótico era ditado pelo chefe da família sobre sua mulher, seus

filhos e seus escravos, sem imposições externas. Os assuntos privados não diziam respeito às discussões públicas e vice-versa.

Neste contexto está o interesse deste trabalho, cujo fim será uma proposição política e projetual para espaço(s) público(s). Para se alcançar os objetivos pretendidos, foram delimitados três autores teóricos, cujas obras são clássicos dos estudos do espaço público, sendo elas: A Condição Humana, da filósofa Hannah Arendt; O Declínio do Homem Público, do sociólogo e historiador Richard Sennett; e por fim, mais próxima das discussões da Arquitetura e Urbanismo, Morte e Vida das Grandes Cidades, da ativista política Jane Jacobs. Sabe-se que existem outros clássicos, mas para contextualizar as noções de espaço público de acordo com os objetivos almejados, preferiram-se esses autores por contemplar algumas discussões necessárias para este trabalho. Salienta-se, portanto, que as obras não foram lidas com precisão e discutidas suficientemente do ponto de vista teórico. Foram lidos alguns capítulos, associado a resenhas e artigos sobre as obras citadas. Na leitura buscou-se entender a contribuição de cada autor para a compreensão do contexto histórico do tema. Isto é, não há intenção, neste momento do TCC, em aprofundar a particularidade das questões teóricas, mas demonstrar o universo geral do tema.

2.1.1 Hannah Arendt – A Condição Humana

Para discutir o espaço público, deve-se trazer à tona o pensamento arendtiano sobre a (des)construção do termo a partir do Totalitarismo², palavra que vem do latim *totus* – todo – e significa um sistema de governo total ou integral.

Hannah Arendt, pensadora judia nascida na Alemanha, investiga as origens do totalitarismo (1951), partindo do pressuposto de que ele é fruto do antissemitismo moderno e do imperialismo que assumem discursos políticos e ideológicos nas formas de governo e

² Totalitarismo: Sistema de governo totalitário, isto é, que concentra todos os direitos e regalias no Estado, excluindo sistematicamente as liberdades e prerrogativas individuais. Dicionário Michaelis, disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=totalitarismo>. Acesso em 05 out 2015.

O termo Totalitarismo também pode ser considerado como “dominação permanente de todos os indivíduos em toda e qualquer esfera da vida. O totalitarismo, enquanto uma forma de governo burocrática e de intimidação estende sua ingerência à vida interior de todos os seus governados, tirando deles a liberdade e a privacidade. Desta maneira, Arendt esclarece que a diferença fundamental entre as ditaduras modernas e as tiranias do passado está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como instrumento corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes”. VICENTE, José João Neves Barbosa. Hannah Arendt: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo6/VICENTE_Jose.pdf. Acesso em 05 out 2015

poder. Segundo a autora, o antissemitismo foi causado devido ao fato de que os judeus estavam vinculados ao fortalecimento do Estado, e acabaram por absorver e catalisar as irritações da sociedade civil, ocasionando um distanciamento desta, e colocando-os como pivô da crise pela qual a Alemanha estava passando.

Já o imperialismo “foi o resultado da emancipação política da burguesia e surge quando esta deixa de se dedicar aos seus negócios privados e assume a gestão do Estado na Europa” (LAFER, 2003, *apud* BOARATTI, p. 2). O termo “Imperialismo”, conceitualmente falando, consistiu na política expansionista adotada pelas principais nações europeias, que buscavam a ampliação do mercado consumidor, de mão-de-obra barata e de matérias-primas para o desenvolvimento das indústrias.

Com a intensa industrialização que despontava no início do século XX, houve uma forte concorrência entre as nações, que modernizaram seus exércitos e passaram a disputar territórios, vindo a acentuar o caráter nacionalista dos países europeus. As nações imperialistas promoveram a colonização de regiões da África, da Ásia e da Oceania através de muitas tensões e guerras. Quando as tensões se tornaram mais veementes, o Imperialismo entrou em declínio, resultando na Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), em que a Tríplice Aliança formada por Itália, Império Austro-Húngaro e Alemanha, saiu derrotada para os países da Tríplice Entente, formada pela França, Rússia e Reino Unido.

Como resultado dessa Guerra Mundial, o cidadão tornou-se incapaz de sentir e perceber o outro. Esta deturpação foi originada pela preocupação em ascender dentro do partido, em manter um *status*. A busca pelo respeito e reconhecimento dentro do partido levou o membro comum a praticar atos violentos, afastando-o da vida em sociedade e tornando-o individualista.

Outro fator que favoreceu o fortalecimento do Totalitarismo foi o colapso do sistema de classes, pois a sociedade de consumo criada pela burguesia gerou uma apatia da massa em relação à vida pública. O homem gastava muita energia competindo entre si, na sua própria classe social, o que o afastava dos deveres e responsabilidades de cidadão. Essa apatia levou à desarticulação política e a uma crise de representatividade partidária.

Para Arendt, as principais características do homem pertencente a uma sociedade de massa é o isolamento e a falta de relações sociais e coube ao Totalitarismo, enquanto regime político, promover a dominação irrestrita e sem limites de todas as possíveis atividades autônomas por parte dos cidadãos, usando como meios de dominação o terrorismo, expressado pela violência, e a propaganda, através de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras, induzindo a um falso mundo de coerências. Um dos seus argumentos é que a

propaganda totalitária destrói o bom senso ou o senso comum e que “a força da propaganda totalitária [...] reside na sua capacidade de isolar as massas do mundo real” (ARENDT, 1951, p. 402).

Esse isolamento, ou seja, a incapacidade de agir em conjunto e provocar força e resistência, essa inoperância, essa impotência destrói a esfera política, a esfera da vida pública do homem (*ação*), que se mantém apenas como o *homo faber* (fabricante de coisas artificiais) e *animal laborans* (processo biológico do corpo humano, atendimento das necessidades vitais).

Nesse contexto, Arendt adentra nas três esferas da *vita activa*, e em seu livro “A Condição Humana”, de 1958, demonstra que o esvaziamento da esfera pública, com a ascensão do Totalitarismo, provoca uma modificação da noção de espaço público e de seu esgotamento.

Ao descrever as três esferas das atividades humanas, a autora chega a um conceito de espaço público. As três dimensões da *vita activa* são o labor, o trabalho e a ação. O *labor* representa a satisfação das necessidades de sobrevivência do corpo humano, as necessidades vitais. Nesta atividade, o homem está alheio à participação política, pois a preocupação é tão somente em relação a si mesmo. A dimensão do *trabalho* consiste na atividade de produzir coisas artificiais duráveis, que não sejam suscetíveis ao ciclo biológico, e reside na mundanidade, no artificialismo. Esta dimensão também não está focada no interesse coletivo, apenas na produção.

Já a esfera da *ação* é a atividade ligada à vida política. Agir significa tomar uma iniciativa, começar. *Ação* é a única atividade exercida entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria. Sua preocupação fundamental é a busca pelo bem comum, através do intercâmbio de ideias orientado ao interesse público. A ação corresponde à condição humana da pluralidade. É a condição essencial presente nos cidadãos da *polis* grega, que, com o jogo de palavras e atos, podiam se dedicar à vida livre. É a atividade política, por excelência, e pertence à esfera pública, ao contrário das outras duas dimensões, que pertencem à esfera privada do cidadão.

Por meio da palavra, os indivíduos se manifestam como homens e não como meros objetos físicos. É através do discurso e da sua palavra, que o homem deixa sua marca duradoura. Ação e discurso são as únicas formas de que os homens dispõem para mostrar quem são, para revelar ativamente suas identidades pessoais e singulares. Essa ação discursiva, reveladora, só é possível num espaço próprio que leva em conta a pluralidade

humana: o espaço público, o que afasta completamente a ideia do isolamento, uma vez que o isolamento priva da capacidade de agir.

Entretanto, o Totalitarismo fez emergir o isolamento, como já mencionado, posto que os homens isolados são incapazes de agir em conjunto, tornando propícia a manipulação ideológica. E é neste sentido que o espaço público, aquele da *polis* grega, o lugar onde o homem se encontrava para a prática do discurso, da ação, foi totalmente esvaziado pelo Totalitarismo, com vistas ao enfraquecimento da palavra e da sua força persuasiva. A força do espaço público consistia em fornecer a obtenção de um acordo que beneficiasse a todos, através da comunicação.

A história do Totalitarismo é, portanto, um dos velhos contextos da dissolução do espaço público, este onde os homens expressavam um sentido de participação, desenvolviam a cidadania e através do qual podiam se reconhecer compartilhando de um destino comum, mas que foi esvaziado por induzir à criação de uma sociedade despolitizada e indiferente às questões políticas. A perda do espaço público significou a perda dessa relação objetiva com os outros homens e, com isso, a perda mesma de uma noção de realidade. E isso teve consequências: com a perda do senso comum, através do qual os homens podiam fazer uma experiência significativa com a realidade, foi a própria capacidade de pensamento que se viu comprometida.

2.1.2 Richard Sennett – O Declínio do Homem Público

Outra grande contribuição que se tem sobre esse esvaziamento da vida pública pode ser visto em *O Declínio do Homem Público*, de Richard Sennett, sociólogo, natural de Chicago, Estados Unidos. Graduado pela Universidade de Yale e com Ph.D. em História da Civilização Americana pela Universidade de Harvard, seus trabalhos refletem temas como história, sociologia, antropologia e psicologia social. Foi aluno de Hannah Arendt e recebeu influências também do filósofo francês Michel Foucault. Seus estudos procuram analisar a vida dos trabalhadores no meio urbano e questões ligadas à arquitetura das cidades.

Nesta obra, uma das mais conhecidas de sua carreira, Sennett procura analisar as mudanças que ocorreram entre as esferas da vida pública e da vida privada e em que medida esse esvaziamento trouxe problemas ao homem moderno e contribuiu para mudanças significativas no meio urbano.

Este autor aponta para o prejuízo de uma confusão entre vida pública e privada em que os assuntos pessoais são levados a público, tornando íntimo também o domínio público.

Sennett comenta sobre a morte do espaço público na medida em que a cultura do narcisismo vai avançando no interior da cultura social. Para ele, no Antigo Regime, mais especificamente na década de 1750, existia um equilíbrio entre a esfera pública e a privada, mas com uma fronteira bem perceptível entre ambas. Os homens possuíam papéis bem definidos socialmente, de modo que na esfera pública sua vida era aberta ao outro, enquanto na esfera privada, restrita à família e aos amigos, tinha um modo de agir específico, vinculado à privacidade. Porém esse modo de agir se modificou no mundo moderno, seja devido ao crescimento vertiginoso das cidades, seja em decorrência da hipervalorização da intimidade, da privacidade, do retraimento e do silêncio.

O crescimento das cidades foi originado não pela taxa de natalidade, mas pelas migrações internas, de pessoas que migravam de região para região em busca de melhores condições e novas oportunidades, e das migrações do campo para a cidade. Isso criou uma cidade de estrangeiros imigrantes, que vinham abrigados de forma desordenada ou ordenada excludente, o que causou um certo temor e uma tendência do cidadão a se defender do estranho através de uma reclusão na esfera privada.

Além disso, o autor aponta para as mudanças que ocorreram com o capitalismo. Por meio da Revolução Industrial, a homogeneização de produtos e a produção em massa tornaram o papel do vendedor, em uma relação comercial, secundário; acabou o “jogo” entre vendedor e comprador, não existia mais essa dependência deste para aquele. Surge a vitrine como agente de venda, os objetos passaram a ser atrativos por si só, ou seja, ocorreu a “fetichização da mercadoria”; o comprador estava cada vez mais crente de que tais mercadorias iriam modificar suas personalidades, iniciando-se um processo de mistificação dos detalhes, baseando-se nas aparências pessoais.

Esse novo modo de viver influenciou também as cidades, que deveriam ser funcionais, isto é, deveriam permitir que os indivíduos tivessem acesso às mercadorias sem constrangimentos. Além disso, as relações pessoais também foram atingidas, tendo em vista que a vida pública virou desordem e caos com os estrangeiros, perdendo o sentido, e o espaço público se enfraqueceu como espaço de interação.

Sennett argumenta, ainda, que o capitalismo se uniu ao secularismo, rejeitando toda forma de fé e devoção religiosas, aceitando como diretrizes apenas os fatos e influências derivados da vida presente. O ato concreto, imediato, o real, o “em si” passam a ter valor. Isso facilitou a concepção de que as impressões causadas pelas pessoas eram definidoras das personalidades individuais, ou melhor, das próprias pessoas e suas relações interpessoais. As aparições na vida pública revelariam o que a pessoa era, pois eram constituídas de sinais da

própria personalidade. Cada atitude, ação, sensação levariam o seu interlocutor a perceber traços da sua personalidade, do seu eu, da sua intimidade.

Para o autor, o homem contemporâneo tornou-se incapaz de vida pública, incapaz de aparecer em público e declarar sua condição política, isso porque o homem contemporâneo não assumiu seu papel de ator que representa emoções e permanece preso à esfera da vida privada, onde só é capaz de representar seu mundo íntimo e exclusivo. Os homens se viam na obrigação de demonstrar traços de sua personalidade no espaço público, criando uma sociedade intimista. Isso acabou por criar o narcisismo, ou seja, “o outro só é importante na medida em que reflete minha própria personalidade” (SOUSA, 2009, p. 3). As pessoas passaram a se defender dos estranhos, evitando-os, pois qualquer contato passou a ser íntimo.

A personalidade individual havia triunfado sobre as organizações sociais mais amplas, como as classes e a vida pública só era possível em termos de uma personalidade coletiva. O traço comum que se pode perceber entre a concepção de público e privado, tanto em Arendt como em Sennett, é que ambos buscam de algum modo revitalizar o espaço público, que foi perdido com o advento da modernidade.

Restaurar, recuperar, resgatar o espaço público que permite, pela liberdade e pela comunicação, o agir conjunto, e com ele a geração do poder, é o grande tema unificador da reflexão de Hannah Arendt. (LAFER, 2003, p. 35, apud BOARATTI)

A barreira de comunicação entre as pessoas é que impossibilitou a construção de relações interpessoais, impedindo que as pessoas enxergassem a verdadeira função da cidade e do espaço público: local de encontro entre estranhos.

2.1.3 Jane Jacobs – Morte e Vida das Grandes Cidades

Importante contribuição que se tem sobre o espaço público, sob uma visão mais crítica do modo como o planejamento urbano e a reurbanização vigentes refletem em uma cidade vazia, monótona, é levantada por Jane Jacobs, em *Morte e Vida de Grandes Cidades*.

Escritora e ativista política, Jacobs (1916-2006), nascida na Pensilvânia, Estados Unidos, não tinha formação profissional como planejadora urbana, mas tinha a percepção e o olhar críticos para entender como as cidades funcionam, evoluem e falham. Ela escreveu eloqüentemente sobre calçadas, ruas, parques e auto-organização; promoveu maior densidade nas cidades, blocos curtos, economias locais e usos mistos. Viveu em Greenwich Village, Nova Iorque, por décadas, e em seguida mudou-se para Toronto, em 1968, onde ela continuou

seu trabalho, escrevendo sobre urbanismo, economia e questões sociais até sua morte em abril de 2006.

Em seu tratado sobre a morte e vida das cidades, ela traz a ideia de que é necessário introduzir novos princípios de planejamento urbano, a fim de afastar o que ela chama de a “Grande Praga da Monotonia”, que domina os espaços monumentais, padronizados, vazios, sem vida ou sem usuários. Ela argumenta que o modo como o planejamento é feito transforma as cidades em verdadeiras “cidadelas da iniquidade”. Também usa os termos “anticidade” ou “urbanização inurbana”, para demonstrar que os planejadores são incapazes de olhar para a cidade real e aprender as lições que ela pode transmitir.

Com um livro escrito em 1961, mas que permanece citado pelos urbanistas atuais, Jacobs critica o método de urbanização moderno, que construiu cidades mal-sucedidas e que desprezam a vitalidade urbana e a diversidade como potenciais para construir uma cidade viva, alegre, funcional, prazerosa.

A autora traz como fundamental para as cidades o uso que se faz das ruas e calçadas. É aí que os contatos acontecem e a vida pública “floresce”; é nas calçadas e ruas que emerge toda a vitalidade de uma cidade, onde se dá a integração e convivência entre as pessoas. Segundo ela (2000, p. 29), “se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona”.

Jacobs não faz uso do termo espaço público como o lugar da *ação*, nos moldes arenditianos. Para ela, o espaço público, por excelência, é aquele onde se realiza o contato; não o contato físico, mas o contato transmitido através de um fluxo de pessoas, mercadorias, energias em contante movimento. A cidade deve ser o espaço onde as pessoas satisfazem suas necessidades, realizam seus desejos e têm momentos de lazer.

Como característica para que uma cidade seja próspera, o ideal é que as pessoas se sintam seguras e protegidas em meio a estranhos e as calçadas desempenham um papel importante nesse quesito. Jacobs propõe que devem existir “olhos” da rua, ou seja, as pessoas que utilizam o espaço público ou o contemplam de suas casas, exercendo uma vigilância natural consciente ou inconsciente sobre o que acontece. Ela denomina isso como “vigilância cidadã”. Além disso, devem existir pessoas nos espaços públicos constantemente, a qualquer hora do dia ou da noite; as ruas devem possuir atrativos de modo que os cidadãos saiam às ruas com os mais diversos propósitos, em horários diversificados e para diferentes atividades. Dessa forma, é imprescindível que haja uma boa diversidade de usos nos edifícios, com muitos locais públicos e estabelecimentos comerciais variados, que atendam em diversos horários, a impedir que as ruas adormeçam.

Uma das questões levantadas por Jacobs quanto ao uso das calçadas é o contato social que elas proporcionam. Nas calçadas, pessoas desconhecidas, que não mantêm vínculo na esfera privada, se reúnem, estabelecendo uma rede de confiança e respeito mútuos. Dá como exemplo os cuidadores de estabelecimentos comerciais, os padeiros, os confeitores, as figuras informais, como exemplo de hoje os donos de bancas. Esses contatos, apesar de despreziosos, garantem a exuberância das cidades.

Outro ponto importante para garantir a vitalidade das ruas é a presença de crianças nas calçadas. Jacobs defende que as crianças precisam brincar, praticar esportes, conviver coletivamente, e os lugares ideais para isso devem estar próximos às residências. Ou seja, as calçadas têm a capacidade de propiciar esta recreação informal.

A autora também traz em seu livro a questão dos parques de bairros, neles incluídos as praças e pátios públicos, como elementos estruturantes ou desestruturantes de uma cidade ativa. Para ela, não é importante a quantidade de área livre em uma cidade, ou a quantidade de árvores plantadas, mas a capacidade de atração que os parques possuem. Para um parque ser bem sucedido, é necessário que eles tenham utilidade, é necessário que as pessoas queiram estar neles. Ainda que um parque seja lindo, possuir elementos maravilhosos, ele pode se tornar decadente, desprezado e perigoso por não atrair pessoas.

Para tornar os parques urbanos potenciais lugares de vida urbana coletiva, são necessários alguns elementos: complexidade, centralidade e delimitação espacial. A complexidade está ligada à diversidade de usos e horários; centralidade, no sentido de que os parques precisam ter reconhecido um centro, uma referência, um local de destaque, deve estar localizado onde a vida pulse, onde haja diversidade; e a delimitação espacial no que diz respeito à existência de construções à sua volta. Ao envolver os parques e praças, as edificações criam uma forma definida de espaço, destacando-os no cenário urbano.

A autora busca levantar, ainda, para o bom funcionamento das cidades, a questão do uso que se faz dos bairros. Entre seus estudos e análises, ela afirma que não existe relação direta e elementar entre boa moradia e bom comportamento. O ideal é criar bairros onde os próprios moradores se sintam responsáveis pelo seu bairro e se empenhem em torná-lo próspero e agradável, tem que haver aquele sentimento de apropriação do lugar.

Em resumo, segundo a autora, para que uma cidade funcione bem e tenha vitalidade, as ruas precisam ser vivas e atraentes; os parques e praças públicos devem ser utilizados de forma que produzam uma complexidade e diversidade de usos; deve-se enfatizar a identidade do bairro para que forme redes de vizinhança e tenham a capacidade de atuar coletivamente.

2.1.4 Compreensões assimiladas do espaço público

Ao assimilar os conceitos de cada um desses autores, percebe-se que ambos descrevem o fato de que o espaço público, aquele da troca de ideias, de circulação de produtos, do debate político, perdeu a vitalidade e função de outrora, em decorrência de fatores alheios ao próprio homem. Seja pelo isolamento e despolitização causado por questões políticas, seja pelo narcisismo provocado por condições econômicas provenientes da industrialização e capitalismo, seja pela perda do contato físico, provocada pela criação de cidades monótonas, o homem perdeu a capacidade de se relacionar, de discutir ideias, perdeu a ação política.

O espaço público é um espaço físico, identificável, composto de ruas, praças, parques; mas é um espaço social, simbólico, dotado de valores compostos das pessoas e suas ideologias, interesses, vivências, experiências, ações. Esse espaço social que se perdeu com o tempo é a razão da insatisfação dos autores e é o modelo que se busca recuperar.

2.2 Planejamento urbano: conceitos e trajetórias

Neste ponto, poder-se-ia discernir a pesquisa no sentido de várias abordagens, a sociológica, filosófica, semiológica, a econômica e *etc.* Todas elas relacionadas à questão do espaço público e suas dissociações com o privado, tanto na esfera pública da coletividade, quanto do espaço urbano físico onde as relações públicas acontecem. Mas preferiu-se adotar apenas os conceitos introduzidos pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), realizados entre 1928 a 1956, pois o pensamento teórico/prático disseminado como ideias do chamado Urbanismo Modernista viria, para o bem ou para o mal, encolher a discussão do espaço público em detrimento da organização das atividades humanas no território.

2.3 Urbanismo modernista

Trabalhos sobre urbanismo modernista são numerosos, por isso, busca-se aqui elencar seus princípios fundamentais de organização da cidade e seu principal reflexo no Brasil. Le Corbusier, um dos principais expoentes do movimento, lançou ideias fortemente difundidas entre os Estados. A de negação do passado, do seu legado e suas formas culturais expressas na

imagem da cidade. Era preciso construir nações com identidades novas e só Estados novos comprometidos com essa construção poderiam dar este passo complexo, porém necessário.

O mundo industrializado exigia isso de todos os lados, era impossível ficar fora da roda que estava prestes a girar com mais força – a urbanização. Assim, o movimento se afirma como negação e passa a defender uma cidade zonificada cujas funções de habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e segundo espírito construíssem a nova identidade das cidades. Estas deveriam representar a nova identidade dos Estados novos (DEL RIO; GALLO, 2000).

Estas ideias serão em curto e longo prazo enraizadas na cultura da arquitetura e urbanismo. São nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna que essas ideias vão sendo ampliadas e centralizadas como política para organização urbana. Com a finalidade de compreender quais foram os grandes temas tratados nesses congressos, pode-se utilizar a divisão nas seguintes fases: doutrinária, romântica e crítica.

2.3.1 Fase doutrinária

A primeira fase dos CIAM's abrangeu os Congressos I a III, que aconteceram em 1928, 1929 e 1930. Foi considerada a fase “acadêmica” da arquitetura moderna. A ideia era formar uma organização para coordenar todas as iniciativas internacionais em uma nova arquitetura. Hélène de Mandrot, arquiteta que aspirava ao papel de mecenas da Arquitetura Moderna, descreveu como objeto principal do congresso “*juntar os diversos elementos da arquitetura contemporânea em um todo harmonioso, e dar à arquitetura um sentido, real, social e econômico. A arquitetura deve, portanto, libertar-se da influência de Academias estereis e suas fórmulas ultrapassadas*” (La Sarraz, Suíça, 1928). Nessa fase, consolidou-se o pensamento de que a arquitetura não poderia existir isolada dos governos e da política e que as condições econômicas e sociais afetavam fundamentalmente os edifícios do futuro. Como a sociedade tinha se tornado mais industrializada, era imperioso que a indústria da construção racionalizasse seus métodos, adotando novas tecnologias e maior eficiência.

2.3.2 Fase romântica

O CIAM IV (1933) teve como tema A Cidade Funcional. Este primeiro Congresso “romântico” consubstanciou-se em um documento muito retórico, com normas dogmáticas e de caráter geral, A Carta de Atenas. Esse importante documento procurou tratar dos

problemas urbanos e apontar as possíveis soluções, tendo como subtemas a habitação, recreação, trabalho, circulação e tradição. Teve como proposta para os problemas sociais a segregação funcional e a distribuição da população em prédios altos, espaçados com cinturões verdes separando cada zona da cidade.

A Carta de Atenas foi um marco para o Movimento Moderno ao tentar definir o urbanismo moderno, traçando diretrizes e fórmulas aptas para serem aplicadas internacionalmente. Um dos exemplos de cidade que aplicou integralmente os princípios da Carta é a cidade de Brasília, cujo plano-piloto é de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, e que tem a setorização urbana como um traço preponderante, formada por uma paisagem horizontalizada, com predominância de espaços livres e amplitude visual.

2.3.3 Fase crítica

O conteúdo da Carta de Atenas passou a ser obrigatório nas escolas de arquitetura. Entretanto, os arquitetos não foram capazes de compreender os problemas reais da cidade, e permaneciam apenas na retórica, incapazes de compreender o planejamento urbano. Os CIAM's que se seguiram vieram recheados de clichês soltos, vazios de conteúdo. Não tardou a fracassarem os Congressos com suas fórmulas ultrapassadas. O ideário dos CIAM's passou a ser criticado pela "monotonia" das paisagens urbanas que criavam. Os ideais modernos criaram espaços vazios, "espaços-de-ninguém", sem uma definição entre o espaço público e o espaço privado.

O urbanismo modernista substituiu os espaços das praças pelos grandes espaços livres. As propostas modernistas implantaram a escala monumental – a exemplo de Brasília, uma das únicas cidades inteiramente construídas aos moldes do planejamento urbanista – e, com isso, as praças se transformam em espaços vazios, não permitindo a apropriação para o lazer ou para atividades cívicas. Esses espaços livres acabaram por ficar desertos, sem uso, totalmente desvinculados da cidade, desarticulados do cotidiano. O espaço público deixou de ser um local de convívio. As pessoas deixaram de ter um sentimento de pertencimento com as praças. Pode-se dizer que o modernismo projetou espaços baseados em traçados regulares e produtores de paisagens monótonas, que alteraram o uso e provocaram o abandono dos espaços construídos. Uma vez mais na história, a praça do encontro e da convivência é esvaziada em seu sentido mais puro.

2.4 Planejamento urbano no Brasil

O planejamento urbano pode ser definido como o “método de aplicação, contínuo e permanente, destinado a resolver, racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade situada em determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de anteciper suas ulteriores conseqüências” (A CARTA DOS ANDES, 1960, apud VIZIOLI). Desta forma, o planejamento deve identificar as vocações locais e regionais, para estabelecer regras, estratégias, proibições e limitações nas políticas públicas do município, a fim de aumentar a qualidade de vida dos cidadãos.

Considerando que a vida é mutável e está em constante processo de transformação, o planejamento também o é, ou seja, ele deve ser um processo permanente, constante, contínuo, de modo a resolver os problemas que afligem uma sociedade em uma determinada época, em um determinado espaço.

O planejamento urbano visa, segundo Ribeiro (1988), melhorar a qualidade de vida da população, do aglomerado urbano, no sentido de sociabilidade, hábitos de higiene e de comportamento, operosidade. Para ele, melhorar a qualidade de vida é prover a população com um “melhor meio ambiente, melhor atendimento social, melhor mercado de trabalho, melhores serviços públicos” (1988, p. 66). Destaca, também, que a qualidade de vida é uma questão de equilíbrio, sendo o planejamento a vara do equilibrista.

Quando, por exemplo, temos uma distribuição defeituosa do espaço urbano, entre as várias funções da cidade – moradia, trabalho, lazer, circulação – verifica-se um desequilíbrio territorial, escasseando espaço para algumas funções e sobrando para outras: pode faltar espaço para habitações, ou para atividades econômicas, ou para áreas verdes, ou para o sistema viário. Em qualquer desses casos, a anomalia vai prejudicar a população e rebaixar a qualidade de vida urbana. Cabe ao planejamento corrigir o desequilíbrio. Quando, por exemplo, temos uma distribuição defeituosa da riqueza entre diferentes camadas da população, verifica-se um desequilíbrio social, formando-se bolsões de opulência e bolsões de miséria extrema: surgem as tensões sociais, aumenta a criminalidade. Novamente, o desequilíbrio prejudica o aglomerado urbano e rebaixa a qualidade de vida de toda a população. Novamente, o planejamento urbano é chamado a intervir. (1988, p. 73).

Para que o planejamento urbano seja eficaz, salienta Ribeiro (1988, p. 76), devem ser atendidas algumas condições, como ter boa qualidade técnica; ser integral e integrado; ser completo, indo da elaboração dos planos até a execução dos projetos; ser um processo dinâmico e permanente, com avaliações periódicas, para permitir revisões e correções; e atender exclusivamente ao objetivo a que se vincula, o de melhorar a qualidade de vida da população.

2.4.1 Fases do planejamento urbano

O planejamento urbano no Brasil tem seu início no último quartel do século XIX, de forma ainda incipiente e sem estrutura ou denominação formal na administração pública. Nesse período, havia uma preocupação com a higiene das cidades, a necessidade de adesão ao modernismo, a ascensão da burguesia que procurava o embelezamento das cidades, tudo aos moldes europeus, o que provocou o início de algumas intervenções.

Villaça (1999) divide a história do planejamento urbano no Brasil em quatro períodos, quais sejam: o período inicial, que se inicia por volta de 1875 e vai até 1930; o segundo período, que começa logo em 1930 e vai até 1965; ano em que se inicia o terceiro período, que vai de 1965 a 1971; e o último, que vai de 1971 até o ano de 1992.

Há, ainda, quem acrescente um outro período, posterior, ao planejamento urbano brasileiro, que se inicia com a entrada em vigor do Estatuto da Cidade, instrumento normativo que implantou diretrizes para uma nova ordem jurídico-urbanística no Brasil.

2.4.1.1 Planos de embelezamento

Sob a influência europeia, esses planos buscavam, basicamente, o embelezamento da cidade, de áreas pontuais, principalmente das zonas centrais, que tinham sofrido com o inchamento. Consistiam em alargamento de vias; abertura de novas avenidas e, conseqüentemente, a extinção dos cortiços; implementação de infraestrutura, notadamente o saneamento; ajardinamento de praças e parques; e, pontualmente, a reforma da área portuária. Dentre os planos realizados nessa época, destacam o Plano Pereira Passos, no Rio de Janeiro, com a criação da Av. Central (atual Av. Rio Branco), da Av. Beira Mar, que conecta a Av. Rio Branco até o fim da Praia de Botafogo, e da Av. Mem de Sá, ligando a Lapa à Tijuca e a São Cristóvão; e o plano do Engenheiro Saturnino de Brito, que implantou diretrizes para a expansão urbana, em cidades como Vitória (1896), Santos e Recife (1909-1915).

Os planos desta fase eram previamente discutidos pela classe econômica dominante antes de serem implementados. Com a força que possuía, a elite impunha as soluções mais adequadas para si, sem se preocupar em ocultar as verdadeiras intenções. Mas, pelo menos, os planos eram efetivamente implantados.

2.4.1.2 Planos de conjunto

Nesta fase posterior, os planos começam a abranger a cidade inteira, e não apenas áreas pontuais, havendo a preocupação em formular diretrizes para todo o Município. Há uma busca pela integração entre o Centro e os bairros através de uma rede de transportes. A construção de vias radiais e perimetrais deixou a cidade mais esparramada, ficando dependente do automóvel. O pensamento não está focado apenas no embelezamento das cidades, mas no transporte.

A legislação urbanística de uso e ocupação do solo é criada nesta época, quando aparecem os primeiros zoneamentos.

Um dos planos mais significativos deste período é o Plano de Avenidas, de Prestes Maia, em São Paulo, em 1930. O plano abrangia vários aspectos do sistema urbano, desde legislação urbanística, estradas de ferro e metrô, embelezamento urbano e a habitação, bem como o plano de avenidas, que era o ponto forte do plano. O outro plano importante deste período foi o Plano de Alfred Agache, para o Rio de Janeiro, em 1930, que previa a remodelação imobiliária, o abastecimento de água, a coleta de esgoto, o combate a inundações, a limpeza pública, ou seja, a infraestrutura; o plano agora é pensar na cidade eficiente.

Nesse momento os planos deixam de tratar apenas de embelezamentos para produzirem algo mais complexo, com um extenso diagnóstico da cidade, o que viria a ajudar na elaboração de planos urbanos, os chamados “superplanos”, através de um detalhado conjunto de leis urbanísticas e do ordenamento da cidade pelo zoneamento.

2.4.1.3 Planos de desenvolvimento integrado

Essa terceira fase é marcada pela complexidade, globalidade e abrangência dos planos, que passaram a prever aspectos econômicos e sociais, além daqueles físico-territoriais. A inclusão destes aspectos afastou os planos dos interesses da elite, o que dificultou a implementação e aplicação. Entre as principais características, estão o distanciamento entre as propostas e a realidade; conflito entre as propostas muito abrangentes e as estruturas administrativas muito especializadas; e dificuldade de aprovação, tendo em vista que passaram a ser da competência do Legislativo, pois previam diversas leis. O principal plano desse período é o Plano Doxiadis, no Rio de Janeiro, em 1965, que possuía mais estudos técnicos que recomendações.

2.5 Urbanismo e Planejamento Urbano

Conforme já entendido, o planejamento urbano é um método de resolver, racionalmente, os problemas que afligem uma sociedade em um determinado espaço e em uma determinada época. Atua na área do conhecimento cujo objeto é o espaço da cidade, a realidade urbana. Ele se ocupa em analisar como a sociedade constrói a cidade e a origem dos conflitos entre o uso e ocupação da cidade pelas pessoas.

Porém, o planejamento urbano não se restringe a esta disciplina específica, a do espaço da cidade; envolve outras áreas do conhecimento como sociologia, economia, geografia, engenharia, direito e administração, no sentido de que envolve questões sociais, culturais e econômicas. Desta forma, o planejamento, como disciplina, se propõe a estabelecer regras de ocupação do solo, estratégias e políticas públicas para a cidade, impor regras e limitações, tudo com vistas ao bem-estar da população.

Dentro deste contexto do planejamento urbano, abrangendo a cidade, surgem temas que se vinculam, se entrelaçam e se confundem, de modo que urbanismo, desenho urbano e gestão urbana fazem parte dos estudos dessa área do conhecimento e, neste TCC, se torna imprescindível seja retratado, ainda que sucintamente.

2.5.1 Urbanismo

Tratando de aspectos físico-territoriais, o urbanismo traz a ideia da ciência, ou área do conhecimento, que cuida das intervenções físicas da cidade, do modo como as obras de infraestrutura, de embelezamento, do sistema viário e da construção dos espaços públicos e privados interferem no cotidiano das pessoas e na criação do território.

Ultramari (2009) esclarece que, ainda que o termo urbanismo esteja intrinsecamente ligado ao planejamento urbano, dele se difere pelo fato de estar associado a questões de transformação física da cidade. O Urbanismo como ciência surgiu em razão da preocupação com os aspectos higienistas e sanitaristas decorrentes da acelerada urbanização, da alta densificação do solo e dos assentamentos urbanos, que desqualificavam a vida nas cidades.

Como meio de fuga desses problemas, os urbanistas tentaram elaborar novos espaços, a fim de criar a cidade ideal. Dentre as inúmeras tentativas e fracassos, e na busca constante por soluções, com base nesse mesmo ideal, surge a cidade ideal sintetizada no desenho. A cidade, local de representação dos fluxos, de interesses, de relações, de trabalho, de moradia, passa a ser motivo de estudo (estudo do espaço construído e das transformações que a cercam)

pelos urbanistas, que passaram a elaborar críticas e soluções e a intervir fisicamente na construção, ampliação e revitalização desses espaços.

Tal como se via no urbanismo modernista, que se caracterizava por um manual de como proceder para chegar à cidade ideal, o urbanismo nessa época acreditava poder “alterar a cidade enquanto espaço construído e também a sociedade que a constrói e usa-a” (ULTRAMARI, 2009, p. 5). A ideia, portanto, era a de que a cidade podia ser desenhada.

Desta forma, o urbanismo está mais ligado ao desenho urbano, tanto na escala do espaço e da ordenação territorial, quanto na escala do espaço intraurbano e do mobiliário.

2.5.2 Desenho urbano

Considerando que o urbanismo é a ciência do urbano ligada à intervenção física da cidade, da técnica da engenharia e da arquitetura para a implementação daquilo que é físico, esta ciência passa, necessariamente, pelo desenho, pelo projeto gráfico. Assim, desenho urbano é a atividade que visa trabalhar a aparência, a disposição das construções. Seria o detalhamento de um projeto maior de intervenção do urbanismo. É a etapa em que se desenha a cidade que se planeja, que se sonha, que se quer.

É a menor escala possível do planejamento urbano. Está voltado não apenas para o embelezamento, mas para a função, para a ergonomia, para a tecnologia. Deve ser entendido como um processo, como um produto do planejamento.

2.5.3 Gestão urbana

Enquanto o planejamento urbano é o ato de planejar, determinar prioridades e planejar o futuro, a gestão ou administração urbana é atividade de executar e fiscalizar os planos, instrumentos do planejamento urbano.

É a fase de administrar. Administrar situações, planos, projetos, com os recursos disponíveis tendo em vista as necessidades imediatas. Gerir remete ao presente.

2.5.4 Interdependência das áreas de conhecimento do urbanismo

Como o objetivo deste trabalho é apresentar diretrizes urbanísticas e projetuais para os espaços públicos de Varginha, importante diferenciar cada um desses instrumentos para poder aplicá-los corretamente no debate de propostas de inclusão no Plano Diretor.

Importante ter em mente que o primeiro ato que se tem é o ato de planejar, organizar a cidade, ou seja, em um primeiro momento, pensa-se na cidade que se quer por meio do planejamento, sob um contexto mais abrangente. São exemplos de planejamento urbano o plano diretor e a lei de uso e ocupação do solo, os quais vão exprimir as normas a serem implementadas ao longo do tempo.

Em um segundo momento, vem o urbanismo, que consiste no ato de intervir fisicamente, de construir, de ampliar ou de revitalizar, a partir de um projeto gráfico e intencionalmente claro. É a proposta de construção ou alteração física do espaço, sob uma escala menor, mais local.

Paralelamente a essas duas ações, tem-se a gestão urbana, responsável por escolher o momento de planejar e/ou de intervir, ou seja, de fazer-se planejamento ou urbanismo. Cabe a essa gestão também a responsabilidade de executar o desejado no plano e de manter o que foi implantado. Portanto, planejamento e gestão são indissociáveis.

Concomitantemente, vem a etapa do desenho urbano, ou seja, o ato de traçar e desenhar aquilo que foi planejado, pensado no planejamento e no urbanismo, sob uma escala pormenorizada.

O conhecimento dessas diferentes esferas será importante e essencial para trabalhar as premissas e diretrizes de qualificação do espaço público na próxima etapa, de modo que sejam aplicadas de modo não hierarquizado, mas na cidade como um todo, com uma visão global, a fim de estruturar o futuro.

3 ESTUDOS DE CASO

Pretendendo embasar o presente trabalho, essencial analisar casos de espaços públicos urbanos que sofreram algum tipo de intervenção, a fim de torná-los mais atrativos. Esses casos são narrados qualitativamente em função dos benefícios que geraram nos locais em que estão inseridos. Pretende-se aqui apenas enunciar a importância desses estudos, portanto a pretensão do trabalho avançar neste sentido. No TCC II outros estudos de casos deverão ser levantados como suporte para melhor delimitar as diretrizes e proposições urbanísticas para o Planejamento Urbano de Varginha.

3.1 Parque das Nações – Lisboa, Portugal

Quadro 1 - Ficha Técnica

Nome do Projeto	Parque das Nações
Clientes	Parque EXPO
Área de Intervenção	340 hectares
Data Inicial	1993
Data Final	2007
Tipo de Projeto	Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Território
Fase de Projeto	Gestão de Projetos
Localização	Parque das Nações – Lisboa

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados acessados em 28 out 2015. Disponível em: http://www.parqueexpo.pt/conteudo.aspx?caso=projeto&lang=pt&id_object=832&name=Parque-das-Nacoes-. Acesso em 28 out 2015

O Parque das Nações (FIG. 1) foi um projeto de regeneração urbana e ambiental realizado em uma área em frente ao Rio Tejo, ao redor da Doca dos Olivais, em função da candidatura de Lisboa à organização da Exposição Mundial do século XX, a EXPO '98, em comemoração aos 500 anos dos descobrimentos portugueses, e que teve como tema “Os oceanos: um patrimônio para o futuro”.



Figura 1 - Parque das Nações

Fonte: http://www.parqueexpo.pt/conteudo.aspx?caso=projeto&lang=pt&id_object=832&name=Parque-das-Nacoes-. Acesso em 28 out 2015

O Parque abrange uma área de 340 ha, com 5 km de frente ao estuário do Rio Tejo, integrado numa área de 60 ha, ao redor da Doca dos Olivais, construída na década de 1940 para servir como aeroporto de hidroaviões.

A ideia era reconverter uma área portuária, cheia de resíduos petrolíferos, lixo industrial, materiais inutilizados, provenientes das indústrias ali instaladas, como refinaria Petrogal, Matadouro Industrial de Lisboa, Aterro Sanitário, entre outras atividades afins. Essas empresas impediam que a faixa residencial ao longo do Tejo se beneficiasse dele. Para isso, foi adotada a estratégia de criar um espaço urbano que abrigasse novas estruturas de transporte, comerciais, culturais e habitacionais.

O que se viu, com a urbanização, foi a melhoria da qualidade do lugar, a recuperação do meio ambiente e da paisagem, e a revalorização da cidade com o Rio. Do ponto de vista da arquitetura, essa intervenção deixou obras notáveis; do ponto de vista urbano, estabeleceu uma nova relação de lazer com o rio e uma atenção especial às questões do espaço público. Essa regeneração criou uma cidade-parque, sendo a vista do rio, a segurança, e os excepcionais equipamentos, os atributos do espaço público recuperados.

3.2 Superkilen – Copenhagen, Dinamarca

Quadro 2 - Ficha Técnica Superkilen

Arquitetos	BIG
Ano	2011
Tipo de projeto	Urbanismo
Operação projetual	Intervenção
Status	Construído
Materialidade	Outro
Estrutura	Concreto
Localização	Nørrebro, Copenhagen, Dinamarca

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados acessados em 28 out 2015. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-17475/superkilen-big/>

Este bairro de Copenhagen é extremamente diversificado etnicamente, pois possui cerca de 60 nacionalidades vivendo ali. Com isso, a ideia do projeto era torná-lo um lugar que propiciasse a diversidade ao mesmo tempo em que deveria servir como veículo de integração (FIG. 2).



Figura 2 - Superkilen – Copenhagen, Dinamarca

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-17475/superkilen-big/>. Acesso em 28 out 2015

Para levar a múltipla identidade ao bairro, os arquitetos buscaram algo que remetesse à cultura de diversos povos, inserindo um mobiliário de vários locais do mundo, como bancos do Brasil, placas de sinalização russas, fonte do Marrocos, entre outros.

O projeto se estende a mais de 1 km, sendo criada uma área de lazer dividida em três seções: a “Praça Vermelha”, onde fica a área infantil, toda pintada de tons de vermelho e rosa; o “Mercado Negro”, espaço dedicado à convivência, onde foram instalados mesas, bancos e churrasqueiras; e a “Praça Verde”, área de piqueniques e brincadeiras ao ar livre.

Esse projeto tornou o bairro Nørrebro um espaço urbano referência em inovação, posto que não buscou apenas fazer algo bonito, mas criar um vínculo, uma apropriação pelos moradores.

3.3 Praça Victor Civita

Quadro 3 - Ficha Técnica Victor Civita

Arquitetos	Levisky Arquitetos Associados e Anna Julia Dietzsch
Ano	2007
Tipo de projeto	Urbanismo
Operação projetual	Intervenção
Status	Construído
Características especiais	Sustentabilidade
Materialidade	Madeira e outro
Estrutura	Aço
Localização	São Paulo, SP, Brasil

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados acessados em 06 nov 2015.

Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>

Esta praça está localizada no bairro Pinheiros, na zona Oeste da capital paulista, espaço que era ocupado por um antigo incinerador de lixo. O terreno encontrava-se em profundo estado de degradação, com acúmulo de resíduos tóxicos, e representava um grande problema para a cidade.

Por meio de uma parceria público-privada, a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Abril, através dos arquitetos, fizeram a recuperação do espaço, criando um projeto voltado para o próprio problema, isto é, com ideias sustentáveis visando soluções para a questão do lixo. A proposta foi utilizar alternativas ecológicas, desde a construção até o uso dos frequentadores, como a redução de lixo; utilização de materiais reciclados e aquecimento solar; manutenção da permeabilidade do solo; reuso de água e baixo consumo de energia (FIG. 3).

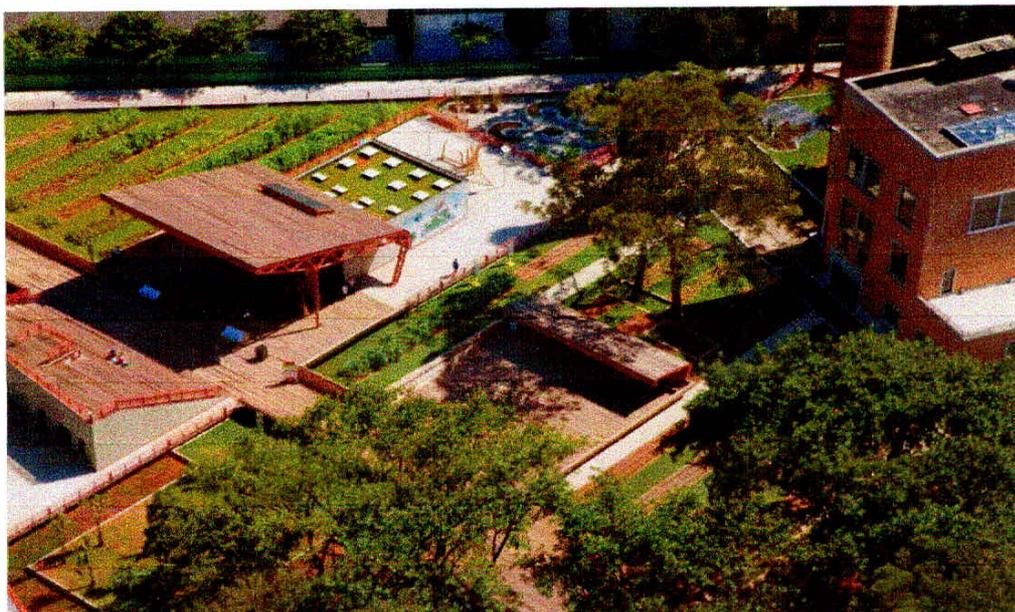


Figura 3 – Praça Victor Civita, São Paulo, SP, Brasil

Fonte: www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-espaco-aberto-da-sustentabilidade-levisky-arquitetos/002-2. Acesso em 06 nov 2015

Como a intenção era recuperar o local, os arquitetos não quiseram remover a terra contaminada, para manter a memória do lugar, mas com a reabilitação do espaço. Desta forma, adotaram algumas soluções técnicas de recuperação e remediação de áreas contaminadas.

Foram criados deques, caminhos, que direcionam os pedestres pela praça e, através de placas, conscientizam sobre a sustentabilidade. É uma espécie de Museu Vivo, onde a população tem a oportunidade de aprender e refletir sobre processos de construção sustentáveis, economia energética, e responsabilidade socioambiental. Além disso, foram criados espaços para atividades físicas e atrações culturais, como shows e orquestras.

Com um projeto arquitetônico inovador, é um espaço pensado para a cidade, para as pessoas e para a conscientização. “Revitalizada, a Praça Victor Civita, acima de tudo, reafirma a importância do convívio: entre o passado e o presente, entre o urbano e o natural, entre todas as linguagens e entre todos nós.”³

³ Texto encontrado no site da Praça Victor Civita. Revitalização. Disponível em: <http://pracavictorcivita.org.br/revitalizacao/>. Acesso em 06 nov 2015.

3.4 Rio Cheonggyecheon – Seul, Coreia do Sul

Quadro 4 - Ficha Técnica Rio Cheonggyecheon

Arquitetos	KeeYeonHwang
Ano	2003
Tipo de projeto	Urbanismo
Operação projetual	Revitalização
Status	Construído
Área de intervenção	400 hectares, 8 km de comprimento X 80m de largura
Localização	Seul, Coreia do Sul

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados acessados em 06 nov 2015.

Disponível em:

http://www.unucet.ueg.br/biblioteca/arquivos/monografias/Capitulo_3__Referencias_Projetuais_TFG2.pdf

A Coreia do Sul possui uma população de cerca de 10 milhões de habitantes e a cidade de Seul tem 0,6% da área da Coreia do Sul, mas com um quinto da população do país. Como toda grande metrópole, a cidade enfrenta problemas ambientais como trânsito, poluição e degradação ambiental.

Cortando a cidade, Cheonggyecheon é o principal rio de Seul, com cerca de 11 km de extensão (da nascente à foz), foi encoberto em 1958 para abrigar uma autoestrada e atender a demanda do crescente número de veículos. Com isso, o canal tornou-se praticamente um esgoto a céu aberto, aumentando a poluição e diminuindo a qualidade de vida da população.

Em julho de 2003, urbanistas decidiram derrubar a autoestrada para reabilitar a área, como parte de um vasto projeto de reabilitação urbana. A via foi removida e o córrego foi recuperado e transformado em um parque urbano linear de 5,8 km de extensão, 400 hectares e 80 metros de largura (FIG. 4).



Figura 4 – Rio Cheonggyecheon, Seul, Coreia do Sul

Fonte: www.archdaily.com.br/01-168964/oito-exemplos-de-que-e-possivel-despoluir-os-rios-urbanos/52d946bfe8e44e45120000e2. Acesso em 06 nov 2015

Os autores do projeto buscavam transformar a realidade do rio a partir da sua reabilitação, tornando-o um espaço de convivência social e valorização urbana; fazer desse rio um local interativo entre os cidadãos e o ambiente, incorporando-o à vida da sociedade para a sua população passear, trabalhar, estudar, fazer compras e negócios; executar todo o processo de ligação com atrações históricas, reestruturação da área do rio; utilizá-lo como estratégia de comunicação, e não divisão, das regiões da cidade localizadas em cada lado de seu leito.

O que se observa é que este é um bem-sucedido projeto de revitalização, que causou a melhoria da qualidade ambiental da cidade, além de ter criado oportunidades de encontro e um novo estilo de vida.

4 OBJETO DE ESTUDO

Em Varginha, cidade localizada no sul de Minas Gerais, com uma população estimada de 132.353 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)⁴, o Plano Diretor, um dos instrumentos urbanísticos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade para cidades com população acima de 20.000 habitantes, foi revisado em 2006, sob a Lei nº 4.530, se adequando às diretrizes daquela Lei. O Plano Diretor, entretanto, não o fez de forma satisfatória, com a participação popular nos processos de planejamento e gestão, para a construção da gestão democrática da cidade. O plano, na verdade, cumpriu um papel mais institucional e político do que um instrumento de orientação da gestão e dos investimentos.

Além disso, o Plano Diretor do município não traçou diretrizes para a qualificação e valorização dos espaços públicos, que são o lugar, por excelência, do convívio das pessoas, a alma da cidade. A inserção do tema se deu de forma genérica e abstrata, no seu artigo 9º, assegurando, apenas e tão somente, o acesso de todos os cidadãos aos serviços e equipamentos públicos, observando critérios equânimes de qualidade, quantidade e distribuição espacial; e a qualificação estética da paisagem urbana. Dentre as prioridades de alocação dos investimentos, não está prevista a qualificação e melhoria dos espaços públicos. Também não há nenhuma previsão sobre a necessidade de que os projetos urbanos contribuam para a qualidade dos espaços públicos.

Desta maneira, considerando que são nestes espaços que se desenvolvem as relações de vivência e coletividade, é imprescindível que eles sejam atraentes e possam ser utilizados com qualidade e conforto, razão pela qual serão objeto de estudo neste trabalho.

4.1 Breve histórico da cidade

A região do Sul de Minas Gerais teve sua colonização formada pelos bandeirantes, no início do século XVIII, em busca de regiões auríferas. Nesta época, a comunicação do interior do Brasil com o litoral era realizada por algumas trilhas feitas pelos bandeirantes e sesmeiros, que desbravaram diversas regiões, levando o desenvolvimento para o interior do país.

⁴ <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317070&search=||infográficos:-informações-completas>. Acesso em 06 nov 2015.

No sul de Minas Gerais, a atual cidade de Campanha se constituiu uma freguesia subordinada a São João del Rei, uma das primeiras cidades do Estado, e intermediava os lugarejos formados nessa época, que nasciam sob o impulso das tropas.

Varginha surgiu à margem de uma dessas várias estradas de tropeiros, por se tratar de área de pouso e comércio. Sua origem data de 1785, aproximadamente, quando foi erguida uma pequena capela, com o objetivo de proporcionar descanso aos viajantes. Em 1806, foi construída a capela do Divino Espírito Santo das Catanduvras, mesmo nome que deu origem ao povoado, palavra originária do tupi, que significa "mato rasteiro e fechado, áspero e espinhento, de pequeno porte", em decorrência da vegetação nativa.

Em 1850, o povoado Catanduvras foi elevado à categoria de freguesia, passando a se chamar Varginha, nome originado da sua situação geográfica (vale anguloso), na região chamada de Vargem, onde a cidade se desenvolveu. Em 1881 alcançava a categoria de vila, e, em 1882, foi elevada à categoria de cidade. Nesta época sofreu o primeiro surto desenvolvimentista, com a construção dos primeiros prédios públicos, como a cadeia e duas escolas públicas.

A extração de ouro nos córregos, embora de curta duração, iniciou a economia da região, que acabou sendo substituída pela cana-de-açúcar e pelo café, a partir de 1885. A segunda fase desenvolvimentista provém do fim da escravatura, posto que, para a substituição da mão-de-obra escrava, o país recebeu diversos imigrantes para trabalhar na lavoura. Varginha recebeu imigrantes, notadamente italianos, que deram importante contribuição para o crescimento da cidade. Nesse período, a economia local girava em torno da Estação Ferroviária, principal centro econômico e financeiro da cidade.

Mesmo após a crise da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, que acentuou a crise do café no Brasil, a indústria cafeeira formada pelo beneficiamento e exportação, continuou sendo a vocação econômica da cidade. Ainda nessa época, Varginha continua se expandindo, surgindo os primeiros bairros, praças, urbanização através do asfaltamento das principais ruas.

Na década de 1970 a cidade recebeu um moderno processo de industrialização, com a instalação de um amplo parque industrial, e com a instalação de diversos centros de educação profissional, que modificaram a vocação agrícola pela industrial e de prestação de serviços, que se mantém até a atualidade.

A cidade oferece, ainda, hoje, bons indicadores em segurança, oportunidade de emprego, educação, lazer e pelos serviços sociais prestados à população.

4.2 Os espaços públicos de Varginha

Varginha possui área de unidade territorial de 395,396 km², fazendo divisa com os municípios de Três Corações, Elói Mendes, Três Pontas, Monsenhor Paulo, Carmo da Cachoeira, e é a terceira cidade mais populosa do Sul de Minas Gerais (FIG. 5).

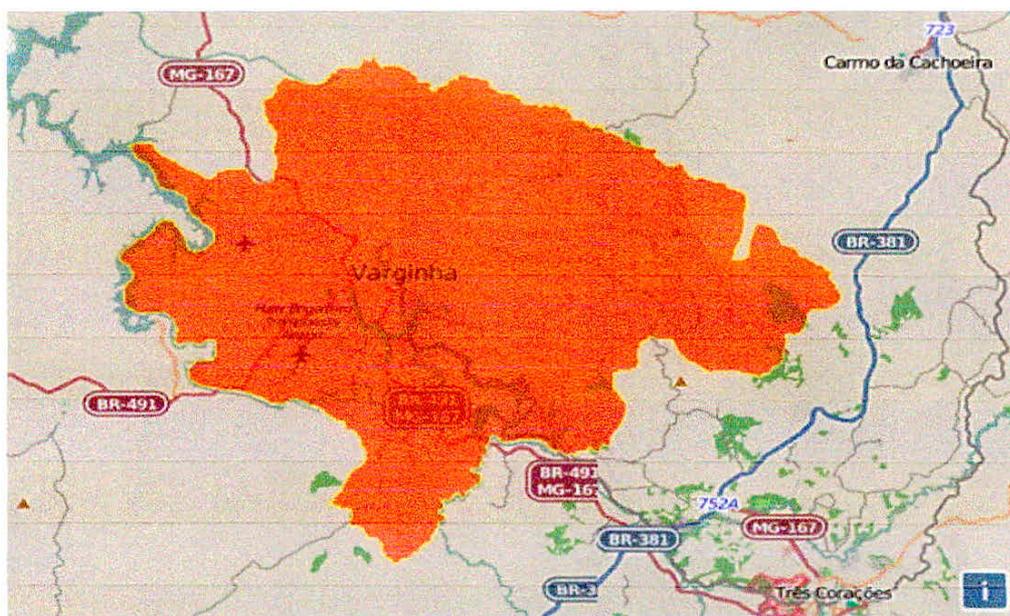


Figura 5 - Mapa de Varginha

Fonte: elaborado pela autora com base no IBGE, 2014.

A cidade é essencialmente comercial, não possuindo vocação turística, apesar de estar situada na bacia do rio Grande, que, juntamente com o Rio Verde que banha a cidade, forma o braço sul da represa de Furnas.

Os espaços públicos constituídos na cidade são originados das áreas institucionais destinadas ao Município na implantação dos loteamentos. A lei municipal de parcelamento do solo, nº 4.990, de 31 de dezembro de 2008, prevê que “da área total, objeto do projeto de loteamento, serão destinados ao Município, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total da área a ser loteada, sendo: no mínimo, 10% (dez por cento) para áreas verdes; no mínimo, 5% (cinco por cento) para área institucional” (artigo 16).

Isso faz com que a cidade seja dotada de áreas verdes e institucionais espalhadas por toda a sua extensão. As áreas institucionais são utilizadas pelo Poder Público para a instalação dos espaços reservados para a comunidade, como os espaços públicos em estudo (praças e

parques) e para os equipamentos urbanos de saúde, educação, lazer, entre outros, conforme descrito na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Considerando que o objetivo deste trabalho é aplicar uma análise urbana dos espaços públicos de Varginha, identificando deficiências e potencialidades de desenvolvimento urbano, de modo que se possam traçar diretrizes políticas e projetuais de planejamento, deve-se fazer, inicialmente, um levantamento de todos os espaços públicos para a leitura dos problemas e potencialidades de cada área. O mapeamento permite identificar as áreas que demandam melhorias urbanas, requalificação, identificação de prioridades, aplicação de recursos e necessidade de intervenção.

Desta forma, foi realizado um levantamento dos espaços públicos da cidade, constituído pelas praças e parques (FIG. 6).

Ainda que se incluam na denominação de espaços públicos as ruas e calçadas, estas não foram objeto de estudo, tendo em vista a amplitude que se tomaria o presente trabalho. Foram considerados apenas os parques e praças, pela característica essencial de lazer, de descanso, do encontro.

Em seguida, procedeu-se ao mapeamento por perímetro de alcance, a fim de priorizar a área central. Como ponto de partida, tomou-se o centro da Praça Dr. José de Rezende Pinto, também conhecida como Praça da Fonte, localizada na área central da cidade, espaço público por excelência, eis que ali se consolidam os encontros, as festividades, as manifestações, as celebrações.

De modo a facilitar o entendimento das áreas do mapeamento, foram delimitados círculos concêntricos, distantes do ponto de partida, com raios de 700m, 1200m, 2000m e 3000m do centro da Praça da Fonte (FIG. 7), de modo a abranger todo o município.

Logo após, com a intenção de delimitar o objeto de estudo e focalizar mais a área de intervenção, foi escolhida a área central, circunscrita a um raio de 700m do ponto de partida, dada as suas particularidades de concentração de pessoas, equipamentos urbanos, serviços, *etc*, conforme levantamento (FIG. 8), com o mapeamento dos pontos de interesse.

De acordo com essa delimitação, constatou-se que serão objeto de estudo os seguintes espaços públicos: Praça José de Rezende Paiva (Praça da Fonte), Praça Governador Benedito Valadares (Praça da Igreja Matriz), Praça Dom Pedro II (Jardim do Sapo), Praça da Igreja do Mártir, Praça Mateus Tavares (Estação Ferroviária), Praça Getúlio Vargas, Praça Santa Cruz, Praça Champagnat, Praça Pinto de Oliveira, Praça Roque Rotundo e Praça São Pedro.

Os pontos de interesse destacados são equipamentos urbanos de uso coletivo, tais como escolas públicas e privadas, entidades religiosas, instituições de saúde, órgãos públicos dos entes federais, estaduais e municipais, casas de entretenimento e de cultura (FIG. 9).

Para uma correta leitura do lugar e seu contexto, é necessário identificar, ainda, os principais elementos do componente urbano: infraestrutura, morfologia, equipamentos e suas atividades.

Também foram destacadas as vias com alto trânsito de veículos motorizados, com alto trânsito de pedestres, área restrita a circulação de pedestres, áreas em que há bloqueio de pedestres nas calçadas (FIG. 10).

4.3 Os espaços públicos estudados

Os espaços públicos estudados foram os seguintes:

4.3.1 Praça José de Rezende Paiva (Praça da Fonte)

Localizada no centro da cidade, é o espaço público de maior relevância, tendo em vista ser a maior praça e ser o local de concentração de pessoas para eventos e festividades.

Seu uso é destinado ao lazer, principalmente aos finais de semana, onde se concentram famílias e crianças. Nos sábados, domingos e feriados, é montado um playground inflável com piscinas de bolinhas, camas elásticas e outros brinquedos, para crianças de diversas idades. Também há espaço para a locação de bicicletas e triciclos.

No centro da praça há uma fonte luminosa, que passa por reforma atualmente. Há também, para completar a ornamentação do espaço, um painel em azulejo contando a história do café.

Nesta praça há uma Concha Acústica, onde se realizam as festividades, manifestações, shows, desfiles, encontros, feiras, *etc*, do município e de diversas entidades. É um típico local de convivência, de encontro.

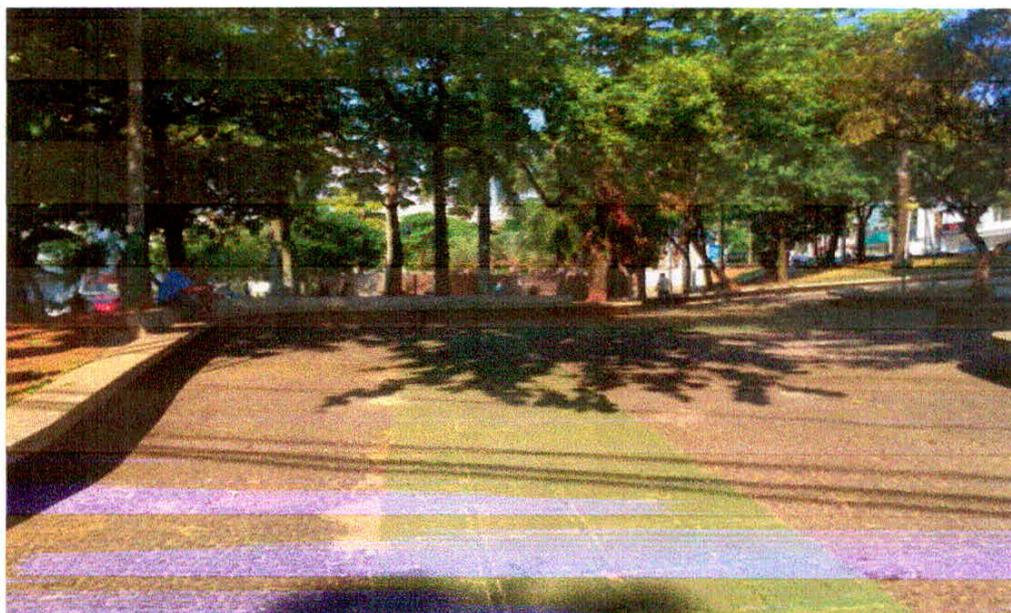


Figura 11 – Praça da Fonte
Fonte: a autora

4.3.2 Praça Getúlio Vargas

Esta praça abriga linhas de ônibus para diversos bairros, sendo conhecido como ponto central (do transporte público), por onde passam centenas de pessoas diariamente. Trata-se de uma praça de passagem (FIG. 12).

Aos domingos à noite acontece a Seresta, especialmente dedicada ao grupo da Terceira Idade.



Figura 12 – Palco da Seresta
Fonte: a autora

4.3.3 Praça Governador Benedito Valadares

Esta praça está localizada logo abaixo da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, estando praticamente incorporada a ela. Também está em frente à Câmara de Vereadores e à Casa da Cultura do Município.

Seu principal uso é de descanso e passagem para os diversos usuários, principalmente da Câmara. Além disso, também abriga a festa-quermesse da igreja, realizada anualmente em junho (FIG. 13 e 14).

Uma novidade da praça é que nela foi recentemente instalado *wi-fi* gratuito, disponibilizado pela Câmara de Vereadores, o que pode atrair usuários.



Figura 13–Praça Gov. Benedito Valadares
Fonte: a autora

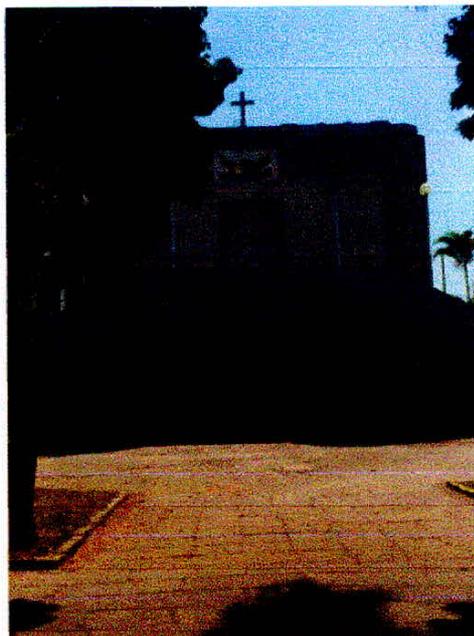


Figura 14–Praça Gov. Benedito Valadares
Fonte: a autora

4.3.4 Praça Dom Pedro II (Jardim do Sapo)

Esta é uma das praças mais antigas da cidade, e já foi utilizada como celebração de um dos passos da Via Sacra, dada a sua localização próxima da Igreja Matriz, quando o núcleo da cidade estava voltado para aquela região.

Em 1915 sofreu sua primeira remodelação, sendo construído um lago bem no centro, o que atraiu diversos sapos para o local, razão pela qual foi apelidada “Jardim do Sapo”. Já na década de 1970 o lago foi retirado e em seu lugar foi construído um coreto. Essa praça já abrigou serestas, projetos musicais, como Canto de Praça, Quinta da Boa Música, entre outros eventos culturais.

A Praça Dom Pedro II é patrimônio cultural, com tombamento em 03 de março de 2000.

Por suas características físicas, com árvores de grande porte fazendo sombras aprazíveis, é um lugar considerado bastante agradável (FIG. 15).

Hoje, em seu entorno, está localizada uma escola infantil, privada, sendo utilizada frequentemente pelos alunos.

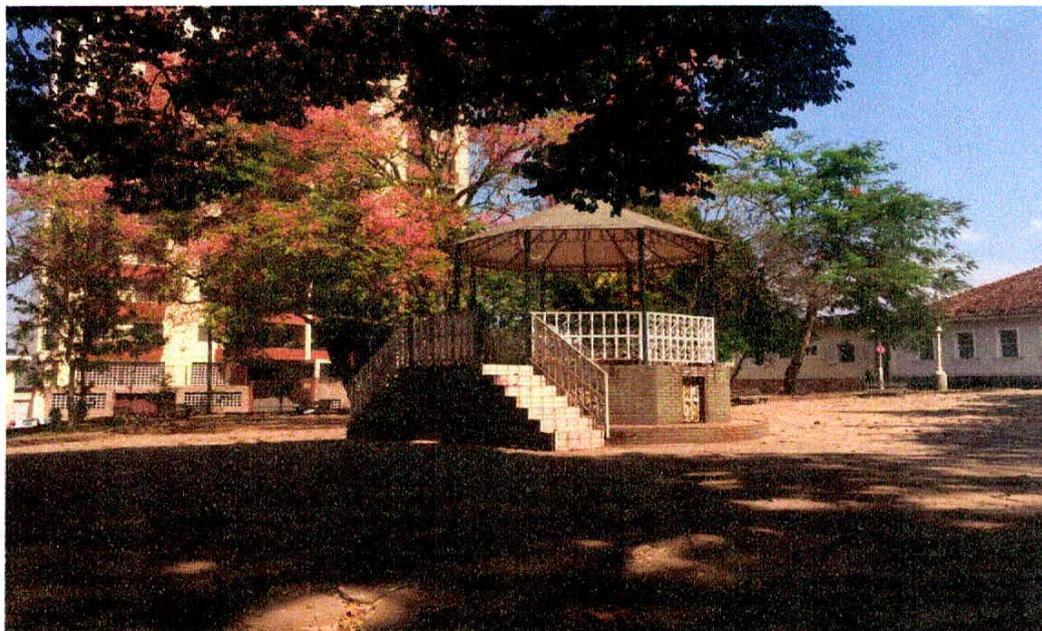


Figura 15 – Coreto da Praça
Fonte: a autora

4.3.5 Praça Major Domingos de Carvalho (Igreja do Mártir)

A praça, ligada à Igreja do Mártir São Sebastião, possui esse nome em homenagem ao major que envidou esforços em conseguir fundos para erguer a igreja, por volta dos anos 1870. São Sebastião era louvado pelos mineiros e fazendeiros que habitavam a região. Até o ano de 1960, a igreja pertencia à Matriz do Divino Espírito Santo, quando, então, foi transformada em paróquia.

Esta praça foi palco de diversas quermesses e leilões, sempre ligados à Paróquia. Ainda hoje seu principal uso é no Dia do Mártir, celebrado no dia 20 de janeiro (FIG. 16 e 17).

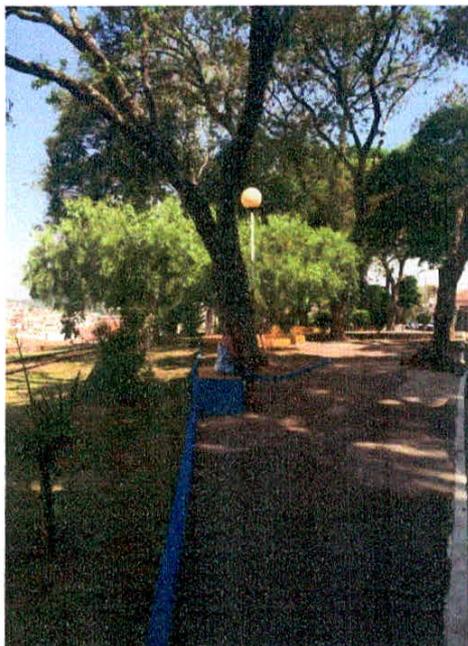


Figura 16 – Praça Maj. Domingos de Carvalho
Fonte: a autora

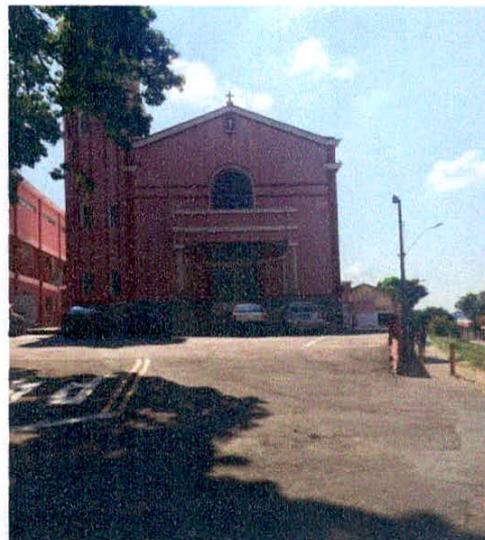


Figura 17 – Praça Maj. Domingos de Carvalho
Fonte: a autora

4.3.6 Praça Matheus Tavares (Estação Ferroviária)

Esta praça também remonta à origem de Varginha, pois ali se encontra a Estação Ferroviária, que impulsionou o comércio e o crescimento da cidade, através da Ferrovia Muzambinho.

Em seu entorno se encontram alguns bens imóveis tombados, como a própria Estação Ferroviária, que hoje abriga a Superintendência da Fundação Cultural, a Coordenadoria Técnica do Patrimônio Cultural (COPAC), o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural (CODEPAC) e a Biblioteca Pública Municipal; o prédio do jornal Sul de Minas (antigo Banco do Comércio) e o prédio do antigo Museu de Varginha e antigo Banco do Brasil.

No largo da estação, funcionava o projeto musical Quinta da Boa Música, que está temporariamente interrompido em decorrência da revitalização da área, que se transformará no “Corredor Cultural”, local de apresentação de espetáculos culturais (shows, feiras, exposições, concertos, *etc*) (FIG. 18, 19 e 20), conforme projeto da Fundação Cultural.

Por sua vocação, essa praça é utilizada exclusivamente para esse fim. Não possui finalidade de passagem, nem de outras atividades de lazer.

Hoje toda a área está fechada para a revitalização, razão pela qual não foi possível proceder à análise do ambiente.

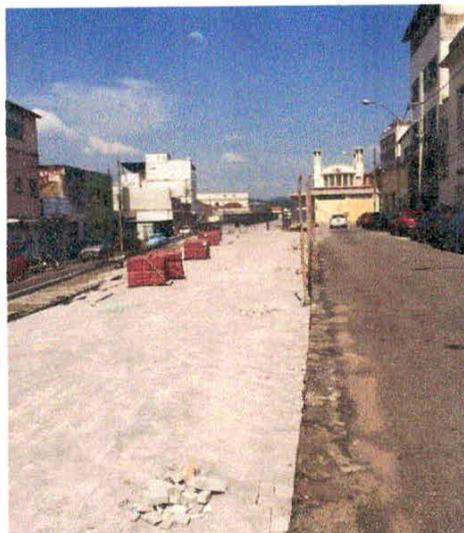


Figura 18 – Praça da Estação em reforma
Fonte: a autora

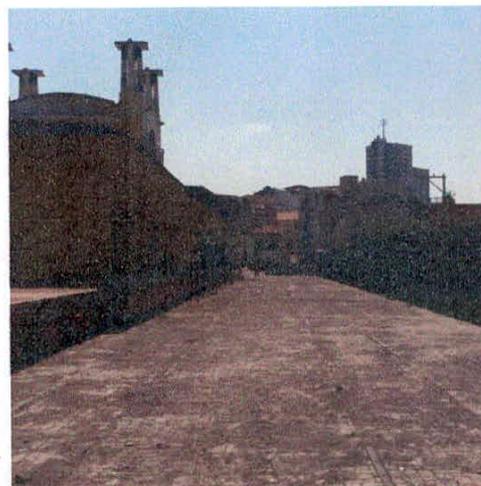


Figura 19 – Praça da Estação em reforma
Fonte: a autora



Figura 20 – Projeto “Corredor Cultural” - perspectiva
Fonte: <http://falavarginhamg.blogspot.com.br/2015/06/obras-de-revitalizacao-da-estacao.html>

4.3.7 Calçadão da Rua Wenceslau Braz

Lugar eminentemente de passagem, esse calçadão foi criado na década de 1970 e se tornou uma das principais ruas de comércio da cidade. Com o tempo, esse local adquiriu um *status* diferente, ao assumir o posto de encontro e aglomeração de pessoas. Desta forma,

serve como palco para eventos rápidos, de curta duração, que não demanda um público específico, como campanhas promocionais e de informação, manifestações (FIG. 21).

Ocasionalmente, aos sábados de manhã, o local vira palco para bandas e grupos musicais emergentes da cidade.

A Prefeitura Municipal e a Associação Comercial de Varginha (ACIV) têm planos de revitalização do centro comercial, especialmente a rua do Calçadão, prevendo a instalação de cobertura da área, áreas de paisagismo e pontos de acesso à internet.



Figura 21 – Calçadão

Fonte: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2015/07/centro-comercial-passara-por-obras-de-revitalizacao-em-varginha-mg.html>. Acesso em 03 nov 2015.

4.3.8 Praça Champagnat

Localizada em frente ao Colégio Marista, entidade privada, e ao Varginha Tênis Clube (VTC), é uma praça pequena, utilizada apenas como local passagem e de descanso.

Nesta praça está localizada uma escultura de Marcelino Champagnat, Padre Marista, fundador do Instituto Marista, que tem como objetivo “formar cristãos e cidadãos

comprometidos na construção de uma sociedade sustentável, justa e solidária.”⁵ (FIG. 22 e 23).



Figura 22 – Vista da Praça Champagnat pelo Colégio Marista
Fonte: elaborado pela autora com base em imagem do Google Stree View, 2015

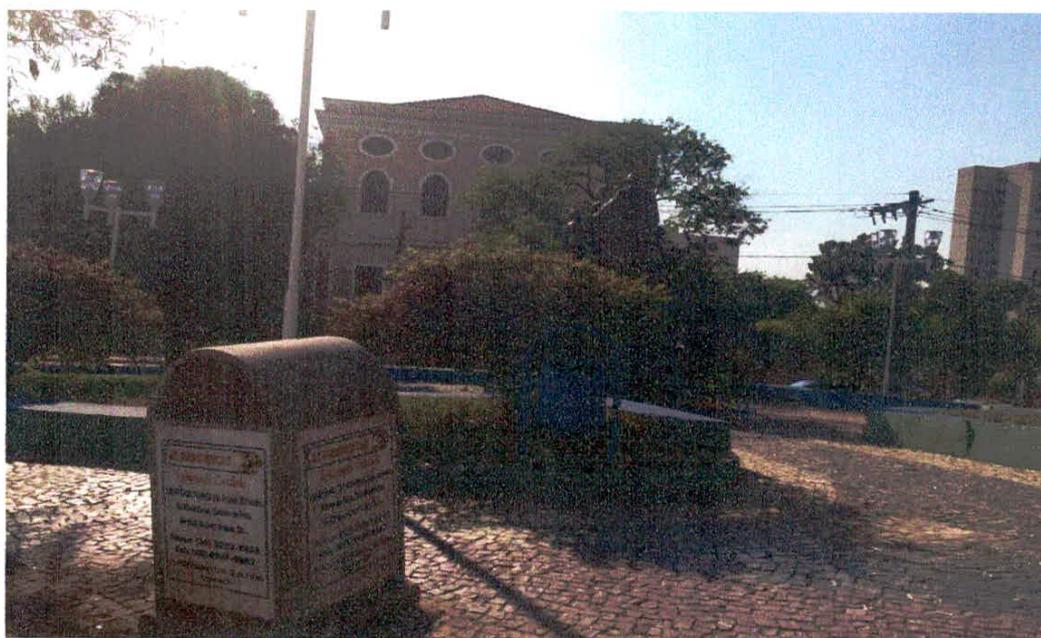


Figura 23 – Vista da Praça Champagnat pelo VTC
Fonte: a autora

⁵ Princípio do Colégio Marista. Disponível em: <http://marista.edu.br/varginha/o-colegio/principios/>. Acesso em 03 nov 2015.

4.3.9 Praça Pinto de Oliveira

Esta praça é uma homenagem ao Dr. Antônio Pinto de Oliveira, que foi prefeito da cidade de 1904 a 1907. Dentre suas contribuições, as mais importantes são arborização da cidade; iluminação pública a gás acetileno e início do calçamento.

É uma praça pequena, sendo utilizada apenas como descanso e passagem.

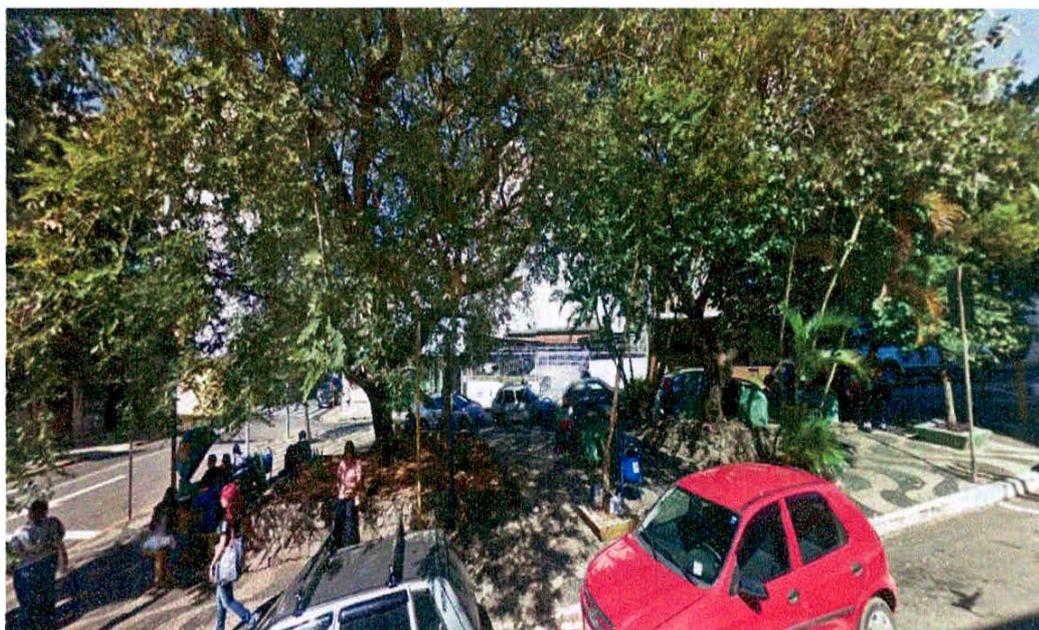


Figura 24 – Praça Pinto de Oliveira

Fonte: elaborado pela autora com base em imagem do Google Stree View, 2015

4.3.10 Praça Roque Rotundo

Este espaço público está localizado em frente à Escola Estadual Afonso Pena, sendo muito utilizada como ponto de apoio para os estudantes, tanto no período de entrada e saída da escola.

Interessante notar que essa praça serve, também, de passagem para a travessia nas vias, que possuem tráfego intenso de veículos (FIG. 25).



Figura 25 – Praça Roque Rotundo

Fonte: elaborado pela autora com base em imagem do Google Stree View, 2015

4.3.11 Praça Santa Cruz

A praça está localizada em frente à Igreja Santa Cruz, pertencente à Paróquia do Rosário, localizada no bairro Bom Pastor. Na época em que foi construída, possuía brinquedos como balanços, escorregadores e gangorras.

Reformada, a Praça não possui mais os brinquedos, tendo apenas algum mobiliário para área de descanso (FIG. 26).

Eventualmente, a praça sedia alguns eventos como o Dia do Exercício, realizado pela Prefeitura Municipal em parceria com alunos do curso de graduação em Educação Física, do Centro Universitário do Sul de Minas Gerais (UNIS), para o incentivo à prática esportiva, ou a quermesse da Igreja.

Seu uso principal é de descanso e passagem.

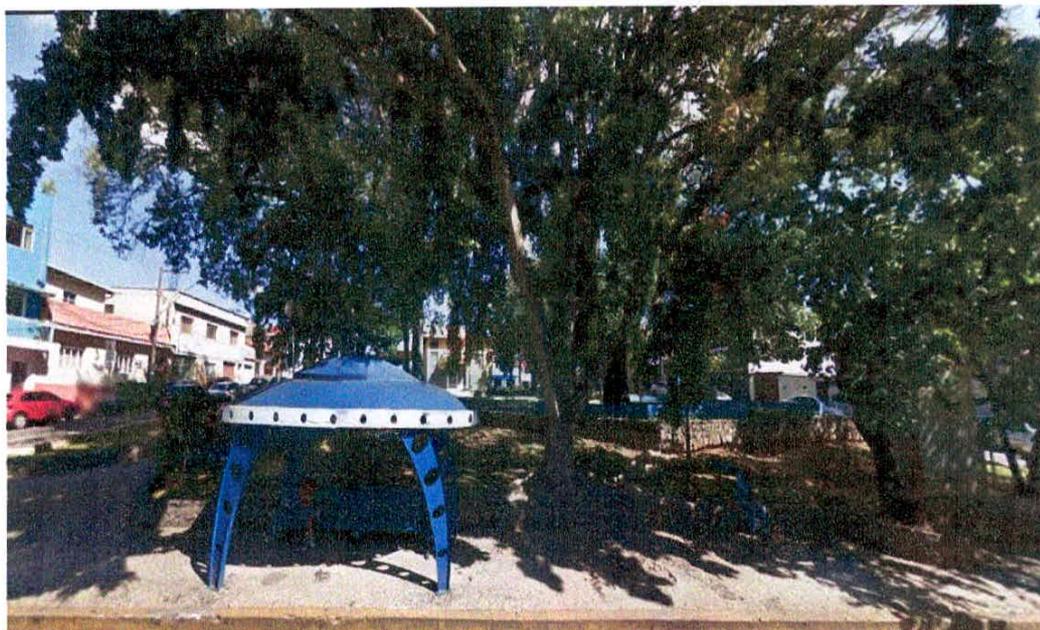


Figura 26 – Praça Santa Cruz
Fonte: elaborado pela autora com base em imagem do Google Stree View, 2015

4.3.12 Praça São Pedro

O único espaço público localizado fora do Centro, mas dentro da área central, a Praça São Pedro está localizada no bairro Floresta, e é a única dessa área de estudo que possui academia de rua e mesas para jogo de dama (FIG. 27 e 28).

Essa praça é bastante apropriada pela população local, com um público de pessoas mais velhas, aparentemente aposentados, que usam o espaço para lazer.

Eventualmente, também acontecem alguns eventos organizados pela Prefeitura Municipal ou Fundação Cultural, para promover o espaço e levar lazer aos bairros, através da “descentralização das ações culturais para os bairros da cidade, promovendo ainda a integração e interação entre as dimensões cultural e ambiental no processo de desenvolvimento urbano sustentável do Município.”⁶

⁶ Texto extraído do site da Fundação Cultural de Varginha. Disponível em: <http://fundacaoculturaldevarginha.com.br/praca-sao-pedro-na-vila-floresta-scr-ocupada-por-cultura-nesse-sabado/>. Acesso em 03 nov 2015.

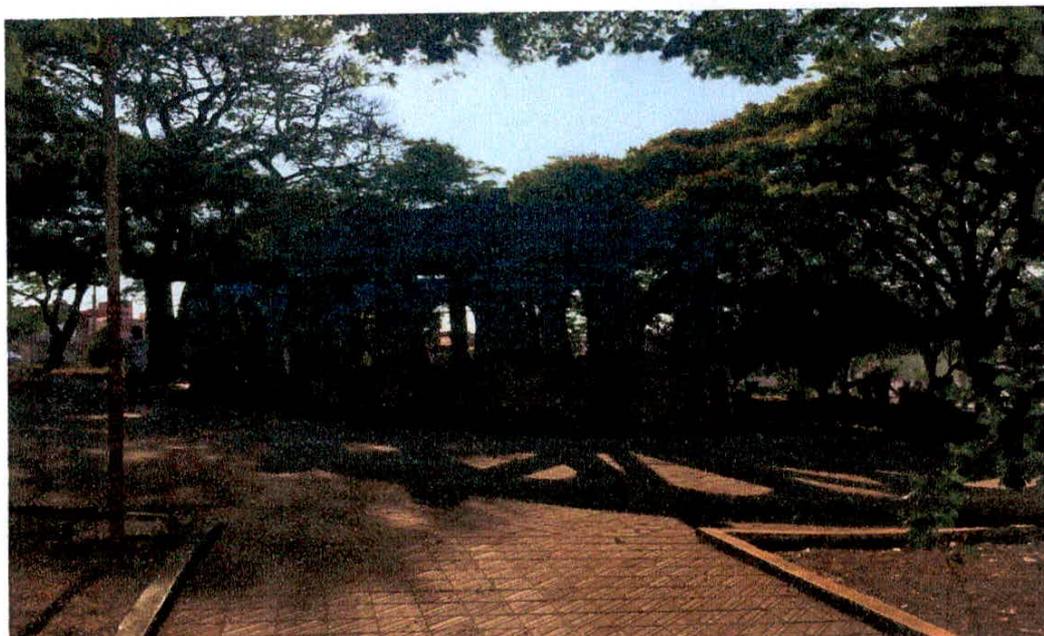


Figura 27 – Praça São Pedro
Fonte: a autora



Figura 28 – Praça São Pedro - Academia de rua
Fonte: a autora

4.4 Procedimentos metodológicos

Para o diagnóstico, foi desenvolvida uma pequena metodologia fundamentada no livro “Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto”, elaborado pela Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) para o programa de apoio pelo Programa Soluções para Cidades, sob a coordenação de Simone Gatti, arquiteta e urbanista, formada pela Universidade Estadual de Londrina (2002), doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2015), com especialização em Projetos Urbanos pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2007). Importante resaltar que não foi empregada a mesma metodologia descrita no livro, mas, sim suas orientações gerais para delimitar variáveis de análises.

Assim sendo, delimitaram-se quatro eixos para realização do diagnóstico: a) condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados; b) acessibilidade (desenho universal); c) arborização e d) áreas de permanência.

Não foi incluída a visão dos usuários. Sabe-se da importância de uma visão de quem usa, vê e entende esses espaços, mas buscou-se uma leitura mais técnica, possibilitando uma aproximação e entendimento mais abrangente, de modo que possa auxiliar um possível contato com usuários, extraíndo deles maiores informações.

Para cada eixo, foram delimitadas algumas variáveis e constantes (valores) que pudessem representar o olhar empírico da autora sobre determinado espaço público. O quadro abaixo descreve essas variáveis e constantes.

Quadro 5 – Eixos para Diagnóstico

EIXOS	CONSTANTES	PERCEPÇÃO DO OBSERVADOR (AUTORA)
I, II, III e IV	Bom	qualifica o espaço público;
	Médio	desqualifica o espaço;
	Ruim	precariza o espaço público.

Fonte: a autora

A leitura utilizando essas variáveis indicará percepções diversas sobre a realidade urbana dos espaços públicos, tornando possível uma discussão sobre a importância do Planejamento Urbano (PU) para reinserção desses espaços no cotidiano da cidade.

Além disso, a análise das atividades realizadas no local e o uso que se faz do espaço público se destina a verificar se o espaço vem sendo utilizado para o fim a que se destina, ou

se o uso está aquém do esperado, com o objetivo de propor alternativas para uma eventual ociosidade do local.

Segundo o manual “Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto”,

[...] há muitas áreas da cidade que, embora sejam de acesso público e façam parte das áreas de livre circulação, não são caracterizadas como ‘espaço público’ à medida que não possuem nenhuma infraestrutura de suporte para o seu usufruto. Muitas vezes basta a introdução de mobiliário urbano, sinalização, paisagismo e pavimentação adequada para tornar parte ociosa de um sistema viário em uma pequena praça. (2013, p. 22)

Essa análise propiciará um novo olhar para os espaços públicos e aquilo que representam ou poderão representar para a cidade, para, em seguida, serem propostas as diretrizes projetuais de planejamento urbano.

Foram analisados todos os espaços públicos aqui referenciados e seus resultados encontram-se nos apêndices A a L, ao final do trabalho, sendo que o apêndice M é o resultado, a compilação das análises. Estão transcritos aqui apenas o gráfico com o resultado por eixo.

As variáveis desses eixos são:

Eixo I - condições de circulação para o pedestre e modais não motorizado:

- calçadas adequadas para o pedestre: existência ou não de buracos, pisos deteriorados, pouco espaço de circulação, rachaduras diversas e outros;
- geometria do sistema de circulação (medidas);
- existência de infraestrutura para acessibilidade;
- sinalização local;
- presença de sujeiras – lixos, folhas de árvores e outros.



Gráfico 1 - Circulação
Fonte: a autora

Eixo II - Acessibilidade (desenho universal):

- Infraestrutura para acessibilidade;
- Sinalização local.

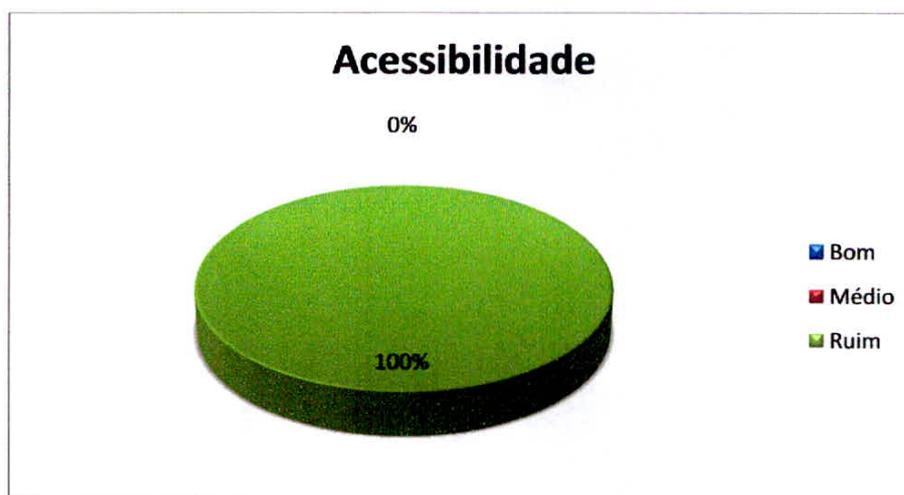


Gráfico 2 - Acessibilidade
Fonte: a autora

Eixo III – Arborização:

- Valorização estética e paisagística do local: serve de abrigo para os usuários nos locais de apropriação? Faz sombreamento no sistema de circulação dos pedestres?
- Árvores de grande porte
- Árvores de pequeno porte



Gráfico 3 - Arborização
Fonte: a autora

Eixo IV - Áreas de estar e permanência:

- Mobiliário Urbano
- Arborização
- Pontos de ônibus
- Banheiros Públicos
- Atividades físicas
- Outros (quiosques, arquibancadas, escadarias e etc).



Gráfico 4 - Áreas de estar e permanência
Fonte: a autora

4.5 Leitura preliminar

Em análise quantitativa aos gráficos, pode-se observar que os espaços públicos em estudo possuem boa relação com a arborização, possuindo árvores que atendem à demanda de sombreamento, bem como possuem porte satisfatório, mesclando entre grande e pequeno porte. Entretanto, em uma análise qualitativa das espécies e do paisagismo, na qualidade do desenho urbano e da estética, apura-se que são necessárias algumas adaptações, a fim de tornar o ambiente mais bonito e agradável.

Quanto à circulação de pedestres, pode-se notar que as condições não são tão favoráveis, uma vez que a maioria está precária, tendo como a pior situação a sinalização (ausente ou precária) e a melhor situação a geometria (medidas). Destacam ainda a precariedade em relação à sujeira e a existência de danos nos pisos das calçadas.

O ponto mais marcante e desfavorável dos espaços públicos é quanto ao desenho universal, ou seja, a inexistência dele em todos os espaços. A acessibilidade é quase inexistente, e, quando presente, não segue as normas de desenho universal e a Norma Brasileira NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2015), que regulamenta a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbano.

Quanto às áreas de estar e permanência, percebe-se que são, em sua maioria, consideradas ruins, tendo em vista a ausência, em muitas delas, de banheiros públicos, equipamentos para atividades físicas e pontos de ônibus adequados.



Gráfico 5 – Resultado geral
Fonte: a autora

O que se percebe é que o plano diretor e a legislação urbanística de Varginha seguem a forma de pensamento do modernismo, preocupado apenas com a organização das áreas da cidade por legislação e pouca ou quase nenhuma proposição para o lugar da vida pública. Não existe um espaço público sequer que contemple e amplie a valorização do convívio.

Os espaços públicos não foram construídos a partir da escala humana, com a essência de que eles funcionem como motriz da cidade, seja pela troca, pelo contato, pelo encontro, pela vivência. Não se valoriza um clima acolhedor, que “convide” as pessoas a se encontrarem.

Além disso, conforme percebido nos autores citados, o espaço público tem um valor funcional, em função do que a cidade oferece à população, mas também tem um valor cultural e cívico-político, na medida em que representa a expressão da coletividade. Portanto, o espaço público tem a capacidade de transformar os elementos físico e social da cidade, qualificando-os ou desqualificando-os.

A esfera da vida pública, da vida ativa, não está presente nos espaços. É necessário recuperar a intensidade do compartilhamento de ideias, dos encontros, da história de cada um, para uma ocupação espacial e espacial. Construir algo que tire as pessoas de seu isolamento e excesso de privacidade e venha partilhar experiências. As relações interpessoais constroem e enriquecem o ambiente, ainda que sejam entre estranhos, com o dia-a-dia, com atos simples do cotidiano. A vida em sociedade não pode ser suprimida pela ausência do espaço ideal.

Desta forma, a produção do espaço urbano deve se dar por meio de um planejamento integrado com a comunidade, para facilitar o sucesso do projeto de desenvolvimento, com vista à melhoria da qualidade de vida da população, no sentido de sociabilidade e de comportamento.

4.6 Diretrizes projetuais de planejamento urbano

O que o arquiteto produz, ou tenta produzir, é um acontecimento. Uma mudança no paradigma. A mudança do paradigma urbano ocorre quando se muda a maneira de o público se relacionar com o privado. E este deve ser o papel do arquiteto no planejamento urbano de Varginha: promover a inserção de diretrizes urbanísticas e projetuais para os espaços públicos, de modo que se priorize a vitalidade urbana.

A qualidade de um espaço público incentiva o uso comum e facilita a vivência. Portanto, é necessário entender as necessidades da população para o local e o uso que ela faz

do espaço. Não adianta um belo projeto se ele não é aceito pelos cidadãos. A via do planejamento urbano pode se tornar a mais eficiente e funcional para atingir o objetivo de traçar espaços públicos interessantes e atrativos.

O planejamento urbano não deve se restringir a elementos construtivos, como infraestrutura, mas deve se preocupar com qualidades que não são físicas, como

“as relações sociais, a mobilidade, as alternativas de uso do tempo, a coagulação de capacidades inventivas, as tensões em direção a renovação, a cultura, os outros homens, a consciência das contradições econômicas e sociais, o esforço de libertação da sociedade da opressão de classe e de estrato, etc.” (GUIDUCCI, 1980, p. 26, apud MONTEIRO, 2007, p. 48).

Para isso, é importante que seja dedicado um capítulo, no Plano Diretor, ao tema do espaço público – seja na construção ou na intervenção. Planos Diretores avançados e inovadores, que têm uma visão sobre o tema, incluem o assunto na pauta de discussão.

Portanto, podem ser propostos como princípios do planejamento urbano para os espaços públicos a acessibilidade, a criatividade, a sustentabilidade, a mobilidade, o lazer, o respeito à paisagem, a democracia e equidade. Essas diretrizes devem se desdobrar em estratégias de atuação conforme os seguintes critérios:

➤ **Acessibilidade:**

- a) implantar a sinalização adequada, valorizando a paisagem urbana, em respeito à acessibilidade e à legislação em vigor;
- b) promover e incentivar a adequação dos espaços, principalmente calçadas, em relação ao desenho universal;
- c) implantar mobiliário que promovam o conforto aos usuários, como bancos, lixeiras, bebedouros, iluminação adequada;

➤ **Criatividade:**

- d) incentivar os gestores públicos a darem prioridade no tratamento dos espaços públicos, na criação de cidades inteligentes e criativas, na diversidade de atividades para fomentar a economia;
- e) criar soluções e propostas alternativas de uso para os espaços, de modo que o espaço não esteja subestimado ou superestimado, o que poderá causar a sua degradação;

f) criar parques e praças públicas como destinos com múltiplas funções, para agregar a maior quantidade de pessoas, com interesses distintos e em horários diversos;

➤ Sustentabilidade:

g) priorizar projetos sustentáveis, tanto quanto ao método construtivo, quanto ao método de uso, conservação, materiais empregados, etc.;

➤ Mobilidade:

h) ordenar o uso dos espaços públicos (de superfície, aéreo e subsolo), de forma a qualificar a paisagem urbana;

i) preocupar e incentivar a mobilidade urbana, notadamente quanto aos modais não motorizados, criando condições favoráveis para pedestres e ciclistas;

➤ Lazer:

j) fortalecer o caráter de lazer, entretenimento e descanso, dos espaços públicos, bem como incentivar o uso para eventos ocasionais, como campanhas informativas, por exemplo;

➤ Paisagem:

k) estimular a diversidade do desenho urbano e do mobiliário, observando a disposição desses elementos nos diferentes compartimentos da paisagem urbana, sem prejuízo ao atendimento do desenho universal;

l) regulamentar o uso de publicidade ao ar livre nos espaços públicos e no seu entorno, a fim de evitar a poluição visual;

➤ Patrimônio:

m) proteger e incentivar o patrimônio cultural, natural e edificado, fortalecendo a integração deste com os espaços públicos;

n) incentivar e promover práticas educativas de respeito e valorização do espaço;

o) tornar obrigatória a participação de profissionais competentes e habilitados para a elaboração de projetos, em nível amplo;

p) promover a preservação de espaços públicos que proporcionam à população o contato com ambientes naturais;

➤ Democracia e Equidade:

q) compreender as necessidades da população. Quando a população participa ativamente no debate sobre um assunto, ela se apodera e se apropria daquilo. Portanto, é extremamente importante incentivar o debate e a participação conjunta da população no projeto. Uma das maneiras de envolver a população no debate do espaço público é, por exemplo, através do *placemaking*, que consiste no projeto em que se consideram os desejos, interesses, inspirações e necessidades da comunidade local;

r) criar espaços públicos abertos e distribuídos uniformemente no território, de modo que possam ser usufruídos equitativamente por todos;

s) incentivar a instalação de praças, que são espaços urbanos interiores caracterizados pelo sossego e a tranquilidade, com escala humana, que permitem descanso e contato humano, ou de calçadas, onde a população se relacionariam com mais intensidade, melhorando a coesão social.

Essas são algumas diretrizes urbanísticas e projetuais que podem ser adotadas, a fim de tornar o espaço vivo e convidativo.

5 ANTEPROJETO

Após a análise dos espaços públicos selecionados na área central da cidade, com a leitura preliminar da realidade urbana destes, tornou-se possível promover a inserção de diretrizes urbanísticas e projetuais para os espaços públicos, de modo a priorizar a vitalidade urbana.

As propostas gerais que devem nortear o planejamento urbano para os espaços públicos devem inserir a acessibilidade, a criatividade, a sustentabilidade, a mobilidade, o lazer, o respeito à paisagem, a democracia e equidade, as quais foram deduzidas nas diretrizes acima.

A partir destas diretrizes, foi elaborado um anteprojeto para a Praça Dr. José de Rezende Paiva, conhecida como Praça da Fonte, por ser o espaço público de maior relevância no Município, estar localizada no centro da cidade, ser a maior praça e ser o local de concentração de pessoas para eventos e festividades. É o espaço público que apresenta a maior característica da esfera da *ação*, proposta por Arendt (a praça é palco de manifestações políticas, intercâmbio de ideias); é o local de encontro de estranhos e construção de relações interpessoais, sob a ótica de Sennett; e é o lugar onde se realiza o contato, através do fluxo de pessoas, energias em movimento, ideia de Jacobs.

Por constituir a configuração final da solução arquitetônica e urbanística proposta para o local, considerando todas as exigências contidas nas diretrizes projetuais, o anteprojeto assim se apresenta:

5.1 Contextualização física e espacial

A Praça Dr. José Rezende Paiva (Praça da Fonte) está localizada na região central, na confluência das Avenidas Rio Branco e Rui Barbosa, nas coordenadas 21^o33' latitude Sul e 45^o26' longitude Oeste, sendo as suas maiores fachadas voltadas para norte e sul (frente para a Avenida Rio Branco) (FIG. 29).

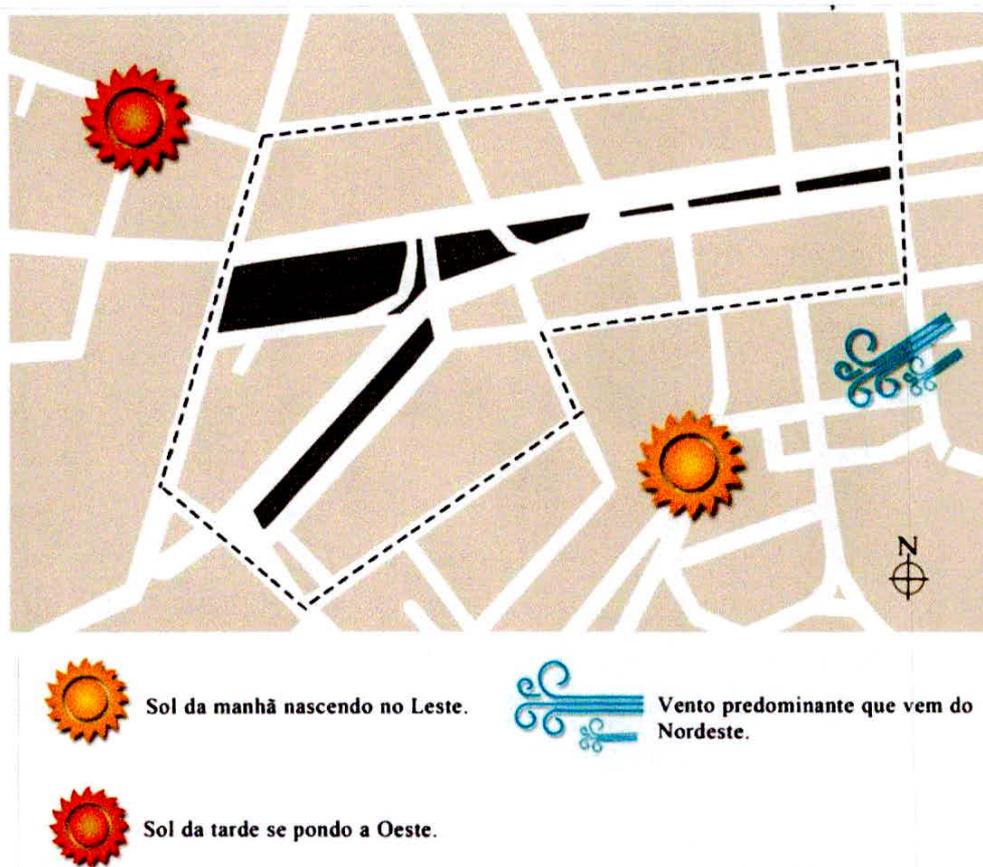
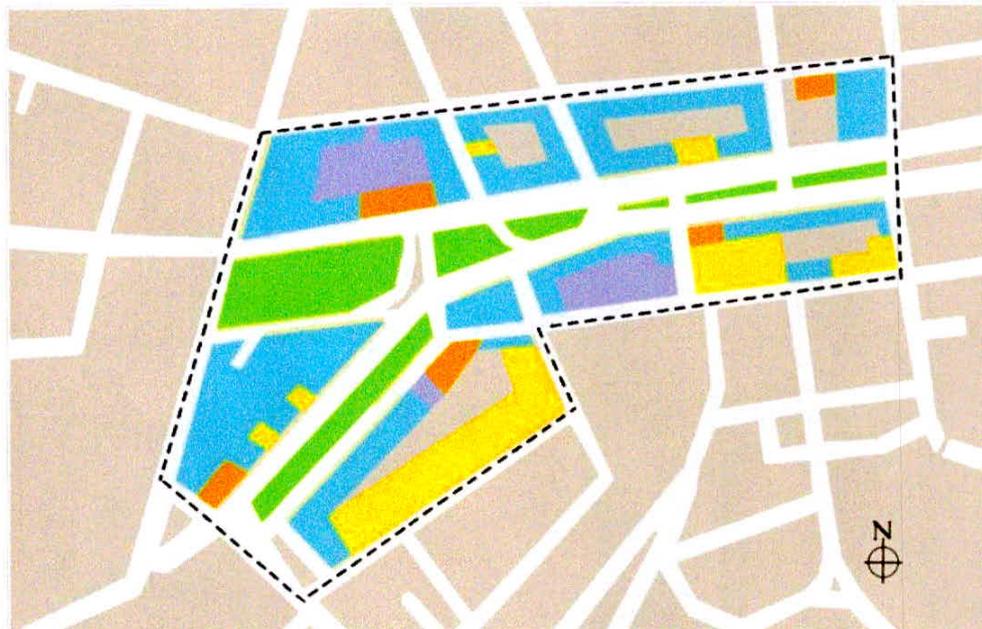


Figura 30 – Estudo de insolação
Fonte: FERREIRA et al, 2015, p. 4

Está localizada em uma área predominantemente comercial e de prestação de serviços, com algumas edificações residenciais (FIG. 31).



Mapa 1	
	Edifícios comerciais
	Edifícios residenciais
	Serviços
	Vegetação
	Estacionamento público
	Estacionamento privado

Figura 31 – Análise do entorno
 Fonte: FERREIRA et al, 2015, p. 5

As vias principais de delimitação são Avenida Rio Branco, Avenida Rui Barbosa, Rua Santa Cruz; e as vias do entorno são Praça Getúlio Vargas, Avenida Presidente Antônio Carlos, Avenida São José e Rua Dona Zica. Possui como acessos principais as esquinas das vias e alguns acessos internos à quadra (FIG. 32). A acessibilidade, apesar de existir em alguns pontos, é precária e não atende às normas. Também está destacada a hierarquia das vias do entorno (FIG. 33).

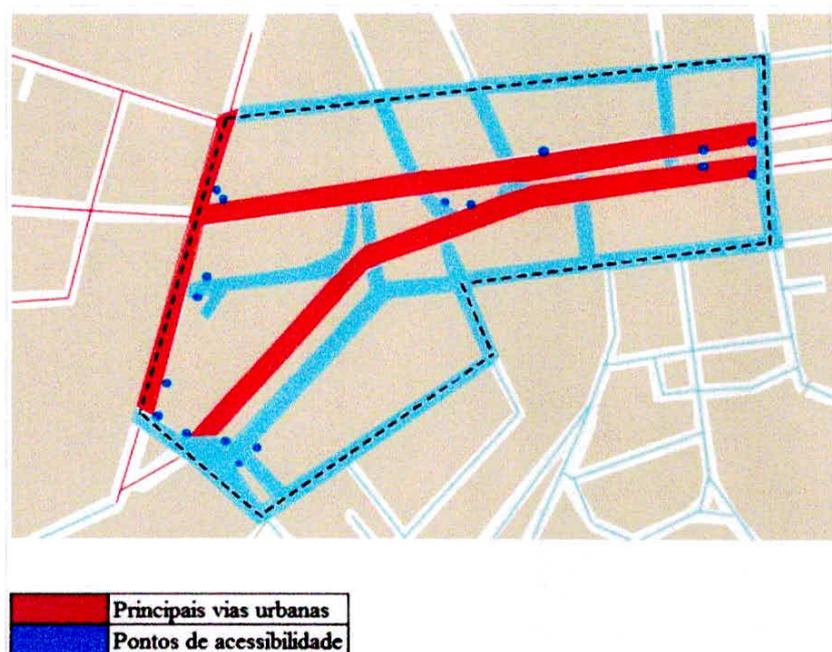


Figura 32 – Vias de acesso e acessibilidade
 Fonte: FERREIRA et al, 2015, p. 5

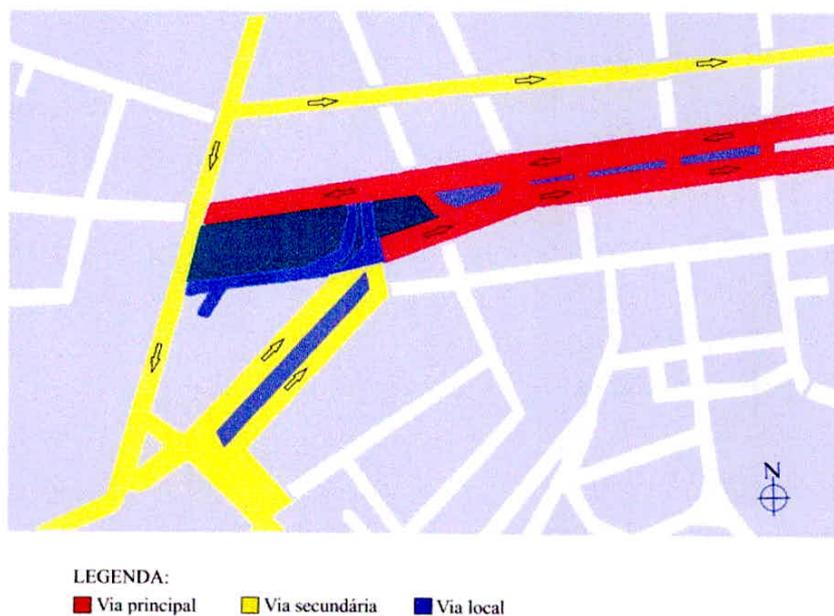
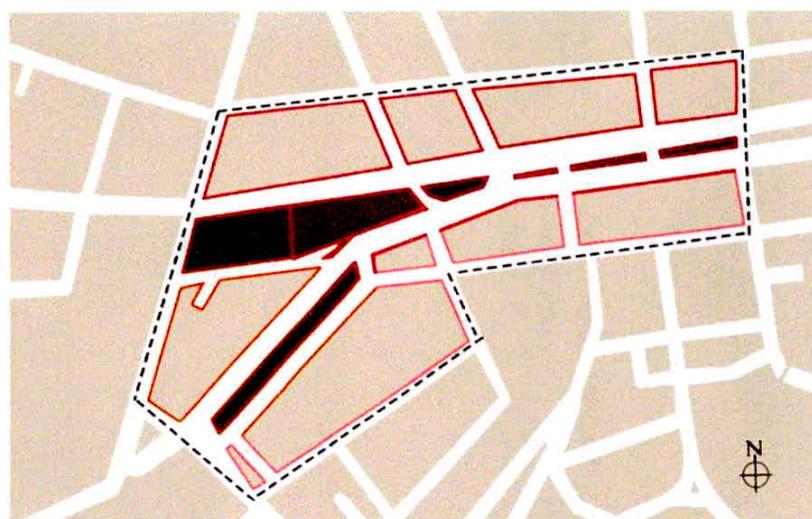


Figura 33 – Hierarquia das vias
 Fonte: a autora

Foi feita a análise da circulação de pedestres entre segunda-feira a sábado e nos domingos e feriados, notando-se uma redução considerável do fluxo de pessoas na praça aos domingos e feriados (FIG. 34 e 35). Isso se deve ao fato de no entorno da praça estarem localizadas as principais instituições bancárias existentes na cidade, o que faz aumentar a

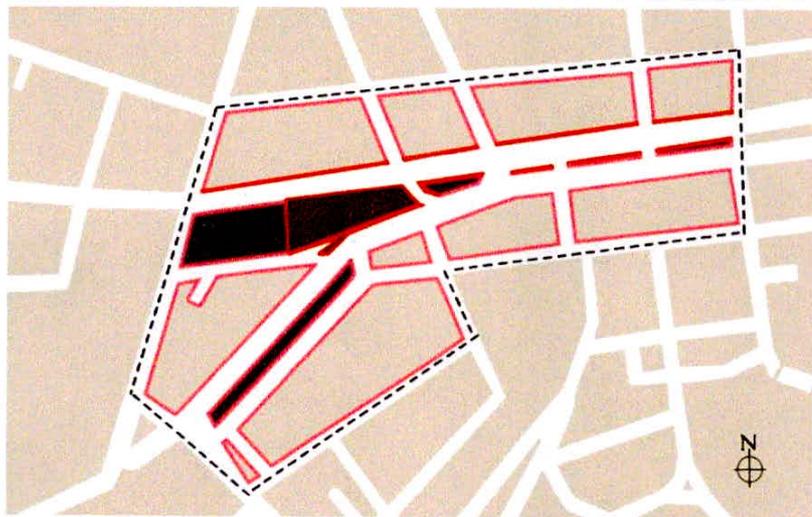
circulação de pessoas em dias úteis e aos sábados, no horário comercial (de 9:00h às 13:00h).



Circulação de pedestres de segunda a sábado.

	Área de instalação do projeto
	Circulação de pedestre intensa
	Circulação de pedestre moderada
	Circulação de pedestre leve

Figura 34 – Vias de acesso e acessibilidade
Fonte: FERREIRA et al, 2015, p. 7



Circulação de pedestres aos domingos e feriados

	Área de instalação do projeto
	Circulação de pedestre moderada
	Circulação de pedestre leve

Figura 35 – Vias de acesso e acessibilidade
Fonte: FERREIRA et al, 2015, p. 7

A mobilidade em transporte está destacada com o destaque para os pontos de ônibus e de táxi no entorno da praça (FIG. 36). Na cidade e, notadamente no entorno da praça, não existem pontos de estacionamento de bicicletas, demonstrando que em Varginha não há uma preocupação com outros meios de locomoção que não seja o motorizado.

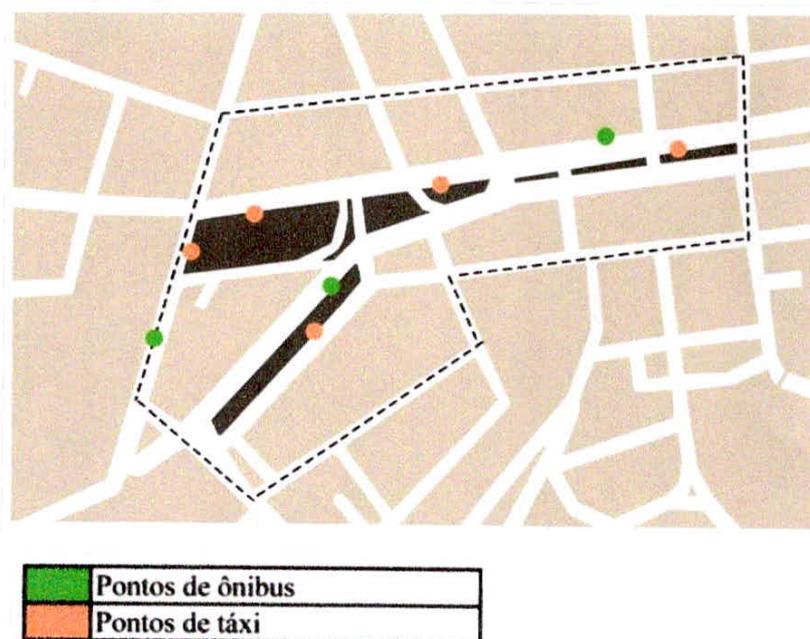


Figura 36 – Vias de acesso e acessibilidade
Fonte: FERREIRA et al, 2015, p. 7

5.2 Referencial teórico

Como referência para esta proposta de intervenção, tanto de volumetria, desenho, forma, mobiliário, contexto, paisagismo, serviram de inspiração modelos já construídos ou projetos de intervenção, dando ampla fonte de informação e bagagem teórica.

Neste momento, é a aplicação do conhecimento adquirido com o referencial teórico que pode proporcionar a criação. A bagagem construída tanto pessoalmente quanto através de leitura, permitiu elaborar esta proposta de intervenção.

Mas foi através de algumas ideias principais que nasceu a ideia da praça tal qual como se apresenta.

5.2.1 Metropol Parasol – Sevilha, Espanha

Metropol Parasol explora o potencial da *Plaza de La Encarnación* de se tornar um novo centro urbano contemporâneo; seu papel como um espaço urbano único dentro da

densa trama urbana da cidade medieval de Sevilha permite uma variedade de atividades recreativas e comerciais. Através de uma impressionante estrutura de madeira, a cidade ganhou um museu, um mercado, uma praça elevada, bares e restaurantes dentro dos *guardasóis*, além de um terraço panorâmico no topo da estrutura. A estrutura total – que conforma seis quebra-sóis em forma de cogumelos – mede aproximadamente 150m de extensão, 75m de largura e 28m de altura, a partir de uma rede ortogonal de 1,5×1,5m (FIG. 37).

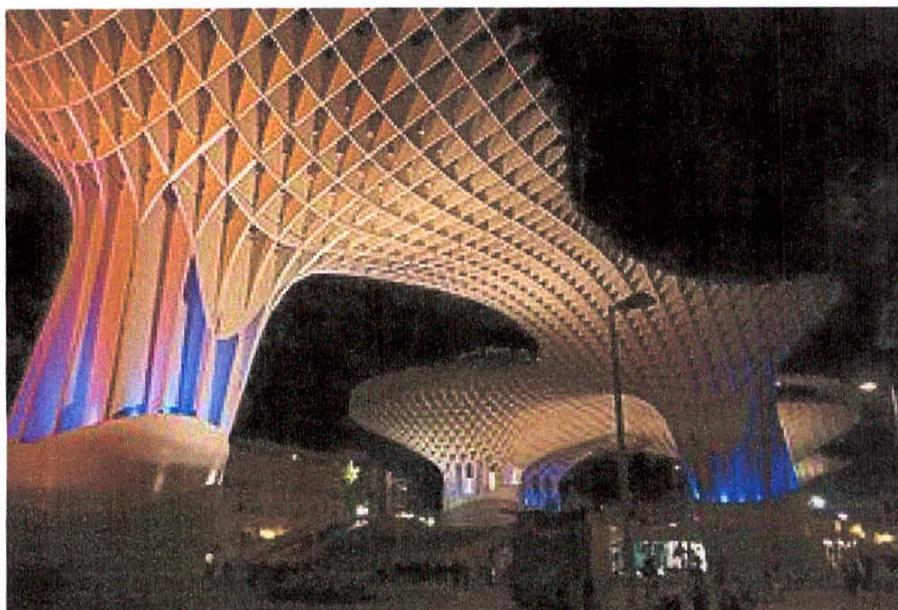


Figura 37 – Vista noturna de Metropol Parasol
Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Metropol_parasol

5.2.2 Auditorium Parco della Musica, Roma, Itália

O *Auditorium Parco della Musica* é um grande complexo público de música multifuncional, em Roma, na Itália. O complexo está situado no norte da cidade, na área onde os Jogos Olímpicos de Verão de 1960 foram realizados. Foi projetado por Renzo Piano. É um o teatro ao ar livre recordando antigos teatros gregos e romanos. O layout tem forma de leque e é formado em torno da praça central (FIG. 38).



Figura 38 – Auditorium Parco della Musica – Roma, Itália
Fonte: <https://www.flickr.com/photos/nichitecture/5563837018/>

5.2.3 Mobiliário

Para a proposta da praça foi pensado em um mobiliário multifuncional, que agregasse novos valores, nova ambiência, nova forma de apropriar o espaço. Para isso esse mobiliário tem que ser criativo e gerar uma empatia com as pessoas (FIG. 39 a 45).

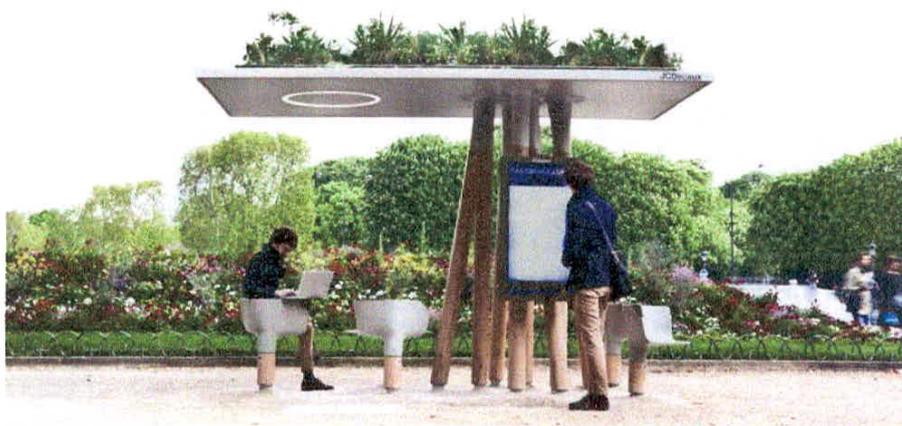


Figura 39- Modelo de mobiliário urbano – cobertura
Fonte: <http://www.dezeen.com/2012/07/05/escale-numerique-by-mathieu-lehanneur-and-jdecaux/>



Figura 40 – Modelo de mobiliário urbano – banco para recostar
 Fonte: <http://www.spmc.ca/filter/public%20space/PLAGE>



Figura 41 – Modelo de mobiliário urbano – Banco criativo
 Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/104427285082083416/>



Figura 42 – Modelo de mobiliário urbano – banco para diversas formas de apropriação
<http://www.arquitetasustentavel.org/os-parklets-mais-criativos-do-mundo/>

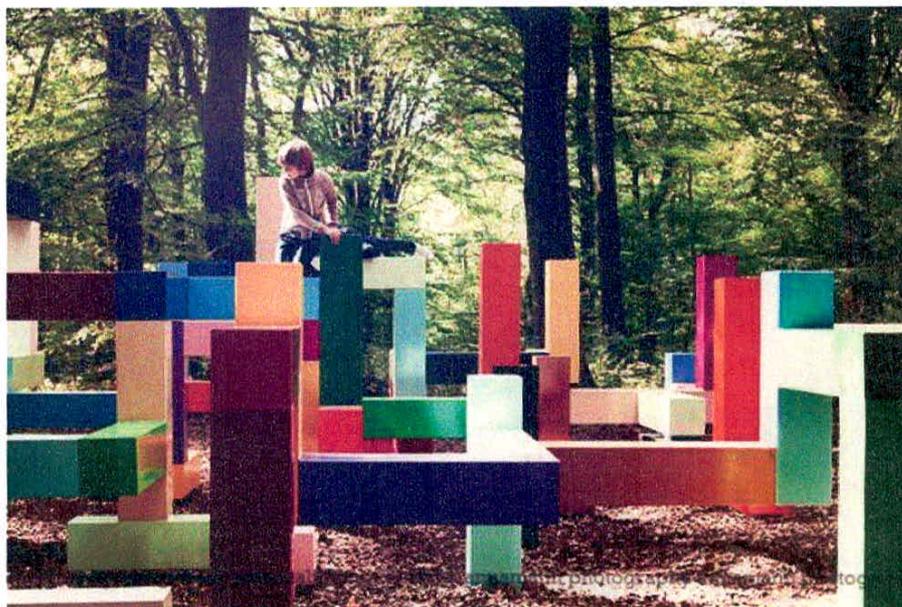


Figura 43 – Modelo de mobiliário urbano - playground

Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/495536765224427579/>

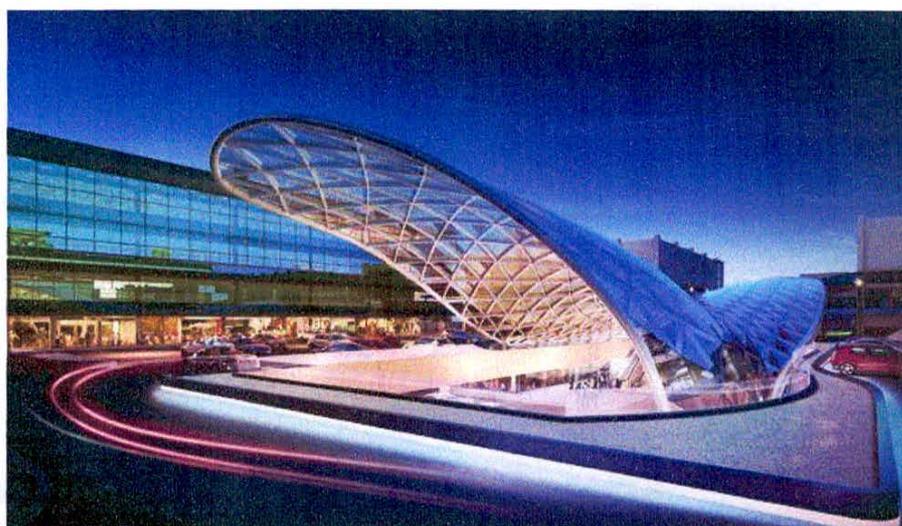


Figura 44 – Modelo de cobertura côncava de vidro

Fonte: <http://vidrado.com/loja/blog/noticias/arquitetura-e-engenharia/cobertura-de-vidro-em-forma-de-onda-marcara-expansao-do-casashopping-no-rio/#.V0x4lx65e00>

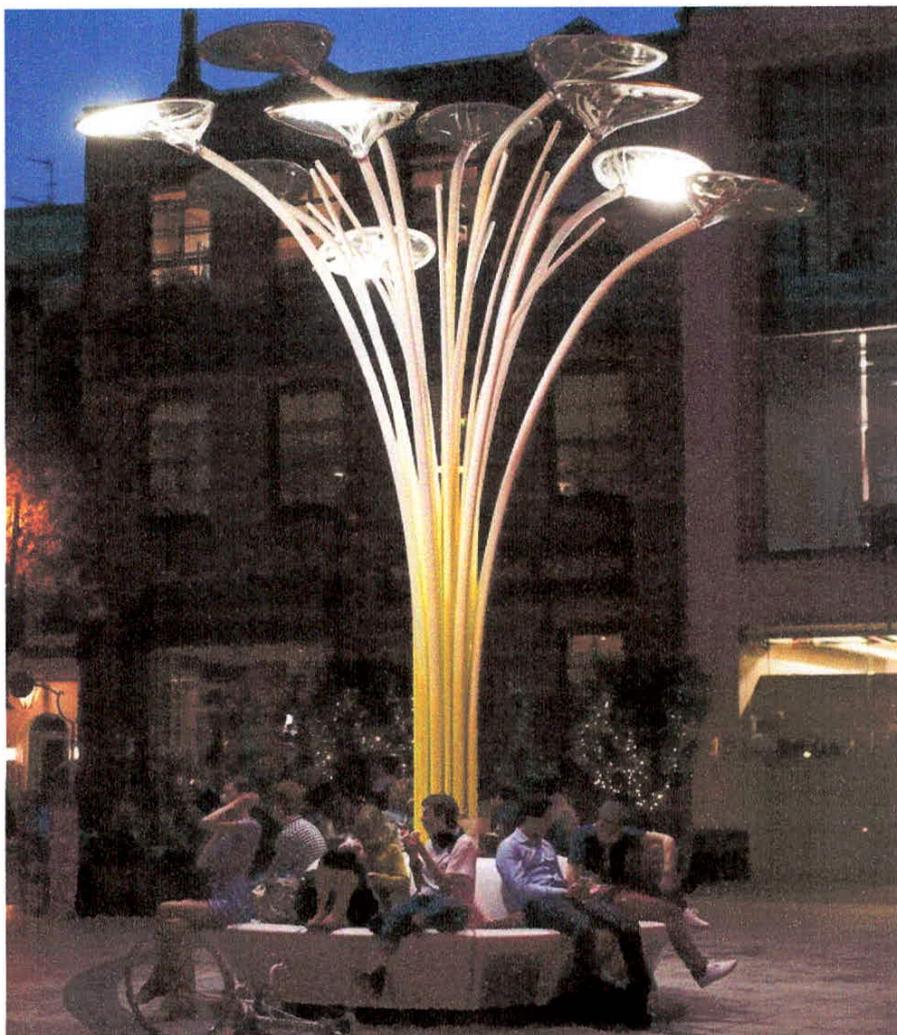


Figura 45 – Modelo de mobiliário urbano - luminária
<http://www.rosslovegrove.com/index.php/solar-tree-in-st-johns-square/>

5.3 Conceito e partido

O conceito de um projeto expressa a idéia genérica e orienta as decisões em uma determinada direção. É a ideia original que fundamenta a concepção do projeto arquitetônico e encaminha para a definição do partido. Revela as intenções do arquiteto e seu trabalho. Partindo deste pressuposto, o conceito a ser adotado para a intervenção na Praça será a criatividade e multifuncionalidade, temas gerais que foram destacados nas diretrizes para o planejamento urbano. O projeto não se descuidou da importância do espaço público para a fruição livre: espaço harmonioso e natural, com vegetação abundante, que permite brincadeiras de criança, passeios em família, tardes de música, leitura à sombra, enfim, o exercício do lazer em uma praça pública. Buscou-se um espaço vivo e completo.

O partido arquitetônico, conjunto de determinantes para o projeto, surgiu dos fluxos, ou seja, da setorização existente no local, conforme o plano de massa realizado, bem como do volume pretendido, sendo que as intenções plásticas que se queria dar ao conjunto vieram das linhas curvas, do movimento. Adotou-se um arranjo mais horizontalizado, com pontuais verticalizações.

5.4 Proposta

A proposta tem a intenção de trabalhar a fluidez e a multifuncionalidade, com o compromisso de seguir as diretrizes propostas, principalmente em questões como acessibilidade, criatividade, sustentabilidade e democracia. Para isso, o projeto ficou restrito apenas à área da praça, não sendo objetos de estudo as vias e calçadas paralelas.

A ideia é que a Praça da Fonte deva ser um local para a prática de diversas atividades, intensificando os usos atuais. Com base em Rosa (2011), que mostra iniciativas 'bottom-up' (de baixo para cima), com ações na microescala baseadas em práticas sociais e apropriações coletivas, e que mostram iniciativas na configuração da paisagem urbana, procedeu-se a uma verificação dos usos e apropriações, para projetar um espaço onde houvesse a intensificação e estímulo do uso coletivo através das práticas já realizadas.

Nos primeiros estudos, detectou-se o uso por cada tipo de atividade principal, elaborando-se uma planta de massa (FIG. 46). A partir disto, foi iniciado o projeto para a Praça da Fonte.

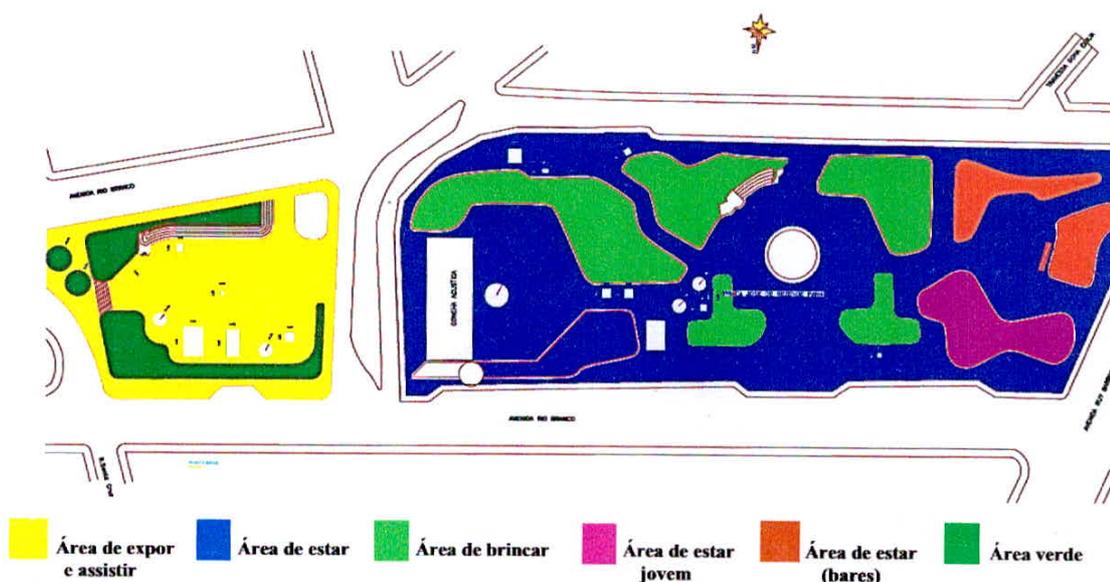


Figura 46 – Plano de massa atual

Fonte: a autora

A intenção foi propor um espaço totalmente reformulado, substituindo tudo existente por um novo conceito em espaço público. Procedeu-se à retirada da fonte luminosa, dos jardins suspensos, da concha acústica e da guarita da polícia militar, para liberar a praça de obstáculos visuais, tornando o lugar uma grande esplanada. Mas isso poderia causar certa monotonia, de onde surgiu a ideia de se pode produzir algo realmente diferente. Aproveitando a topografia do terreno, foi projetada a concha acústica de modo invertido, alocando-a no nível mais baixo, no declive, subindo a arquibancada para o nível médio da praça, de modo que haja um melhor aproveitamento sonoro e visual das apresentações.

A rua que corta a praça, vinda da Avenida Getúlio Vargas, foi retirada para melhor aproveitamento da área útil do solo, para impedir a movimentação de veículos, levando maior segurança aos usuários, e para dar continuidade ao espaço, agregando mais conforto.

As calçadas foram alargadas para a dimensão de 6,00 m, de modo que possam receber a arborização e acessibilidade adequadas. Deste modo, a arborização principal da praça foi realocada para as calçadas, com a proposta de plantio de árvores adequadas à via pública com postamento sem rede aérea.

As atividades praticadas foram priorizadas, criando-se ambientes propícios, com espaços dedicados e mobiliário moderno, acessível e confortável, além de outros ambientes e outras atividades, a fim de atender à diretriz de equidade, para que toda a população se sinta abraçada com a praça.

O restante do programa foi sendo incorporado ao poucos. O objetivo principal da proposta foi utilizar o potencial da praça como “lugar de ser, estar, apreciar e fazer conexões”, expandindo sua área de influência para além do piso térreo. Assim, a praça seria um local para o uso, o passeio, e, não menos importante, o local de estar.

O produto final deste projeto é a reformulação de uma praça central, aproveitando seu potencial de concentração de pessoas, e o espaço livre, e que poderia ser modernizada. Trata-se de um desprezioso caminho que a cidade pode tomar, com a valorização do espaço “das” e “para” as pessoas.

5.5 Estratégias de projeto

O que o arquiteto produz, ou tenta produzir, é um acontecimento. Uma mudança no paradigma. A mudança do paradigma urbano ocorre quando se muda a maneira de o público se relacionar com o privado.

É papel do arquiteto urbanista propiciar um ambiente agradável e atraente para se viver. Para Botton (2016), a noção de beleza é algo subjetivo. Ao analisar algumas cidades ditas atraentes, ele credita à beleza a chave para seu sucesso e para a qualidade de vida de seus cidadãos.

Os espaços públicos têm importância crucial na restauração da vida urbana, pois são importantes chamativos de pessoas. Explorar as potencialidades do vínculo entre as pessoas e suas atividades com os espaços públicos é a mais bem sucedida experiência do urbanismo.

Desta forma, os programas da praça foram concebidos com o objetivo de unir os usuários e frequentadores, em suas atividades distintas, de modo que estas possam se harmonizar e influenciar no comportamento do outro, aumentando a convivência entre grupos.

A estratégia foi evidenciar o caráter público da praça para atrair pessoas com diferentes interesses, fortalecendo o uso misto, diversificado, fomentando a criatividade como forma de tornar o local convidativo.

Uma manobra para alcançar a multifuncionalidade e afastar a monotonia surge com a criação de uma praça elevada e de um pequeno espaço subterrâneo, que geram resultados espaciais inusitados, e que representam possibilidades de organização do espaço e sua ocupação não segundo a lógica de otimização racional, mas sim poética e qualitativa.

5.5.1 Potencialidade local

A leitura aplicada ao espaço pôde detectar as potencialidades dos diferentes usos, de forma a contribuir para que o projeto não apenas os mantivessem, mas pudesse aprimorá-los e adequá-los a uma nova realidade.

Para isso, foi criado um novo plano de massa e uma nova distribuição dos espaços (FIG. 47).



Figura 47 – Plano de massa do piso térreo
Fonte: a autora

A “área de estar e apreciar” é uma área de estar mais geral, com mobiliário bem confortável, em madeira e concreto; floreiras em madeira distribuídas pelos espaços; painéis expositivos para apreciação de arte; piso em madeira reciclada certificada. Esta área está distribuída em pontos diversos da praça para cumprir a finalidade de agregar pessoas diferentes e conectá-las aos demais ambientes.

A “área de estar e paquerar” foi pensada para aquele público que usufrui da praça e sua calçada, mas está “ligado”, vinculado aos bares ali da rua adjacente. São diversos rapazes e moças que se conectam com os bares, muitas vezes já cheios, e que não se desvinculam. De lá muitas vezes chegam sozinhos e saem acompanhados. Para isso foi criado um ambiente mais intimista, em um nível rebaixado, para criar uma atmosfera aconchegante. Como o espaço, ao nível da praça, é rebaixado e fica de frente a uma parede, foi pensado em um jardim vertical, que traz humanização. Todo o mobiliário foi desenhado em madeira reciclada certificada, atento ao conforto e à sustentabilidade.

Pensou-se em uma “área de estar jovem”, pois ali se concentram os jovens que saíram da escola, onde ficam aqueles que passaram no vestibular e pagam pequenos trotes, o que acabou por criar um vínculo, uma referência. Para este ambiente, pensou-se em um patamar elevado a 1,20 m da cota 0, pois os jovens gostam de ver e serem vistos, em degraus largos, fazendo as vezes de arquibancada também. Junto a esses degraus, foi colocada uma

faixa de vegetação rasteira, tipo gramínea, para a humanização. O mobiliário já tem um toque mais moderno, colorido, arrojado e foi alocado dispostivamente no espaço (FIG. 48).



Figura 48 – Proposta para o estar jovem
 Fonte: a autora

A “área de brincar” foi colocada convenientemente em um piso inferior, enterrada na praça, para causar essa sensação de proteção aos pequenos. Esta é uma área mais voltada para as crianças menores, que necessitam de olhares atentos dos pais. Para as crianças maiores, fica dedicado todo o espaço livre da praça, pois criança não se limita a um pequeno espaço, criança é livre, gosta de correr, pular e ter espaço (FIG. 49).

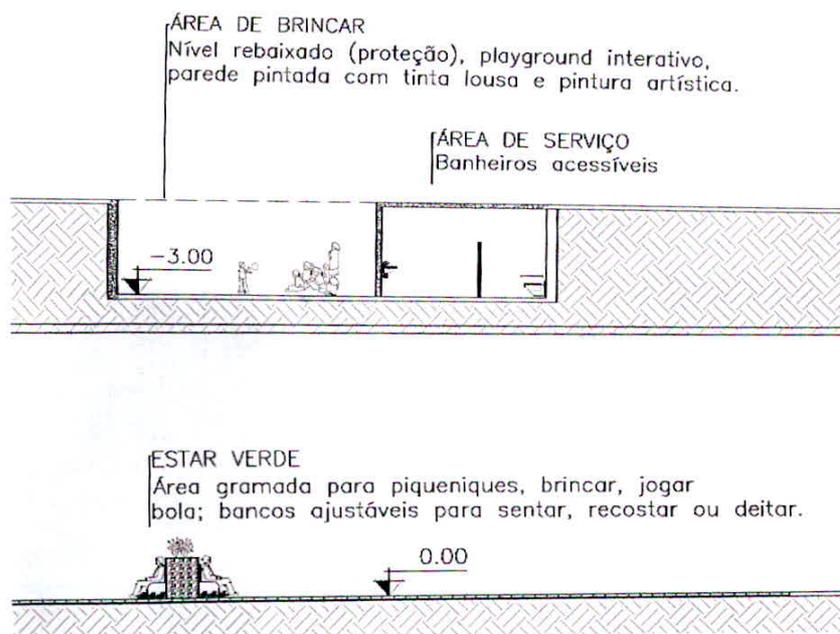


Figura 49 – Proposta para a área de brincar e para o estar verde
 Fonte: a autora

A “área de assistir e manifestar” foi propositalmente colocada na cota inferior do terreno, -4,80, para que fosse utilizada a topografia do local a favor da edificação e sua função. Com isso, foi aproveitado o desnível para colocar a concha acústica na parte inferior e a arquibancada na inclinação natural, tendo o aproveitamento máximo no custo da construção. A concha acústica foi projetada com seu formato natural côncavo, que propaga melhor o som em recintos abertos (FIG. 50). Segundo Amorim e Licarião (2005), na construção da concha acústica deve-se ponderar a topografia, que preferencialmente deve apresentar um plano inclinado para localizar a plateia, e o microclima deve ser silencioso e desprovido de ventos, só tolerado no sentido concha/plateia, com velocidade máxima de 15 km/h. Não é indicado grama na redondeza por ser absorvente do som. Já a água pode ser utilizada por ser ótima superfície refletora e melhorar a sensação térmica. Para as audições ao ar livre, o alcance da voz humana normal, sem refletores ou amplificadores, é de cerca de 40 m para frente, 30 m para os lados e 20m para trás. Como a área disponível é maior, recomenda-se o uso de amplificadores ou refletores (FIG. 51).

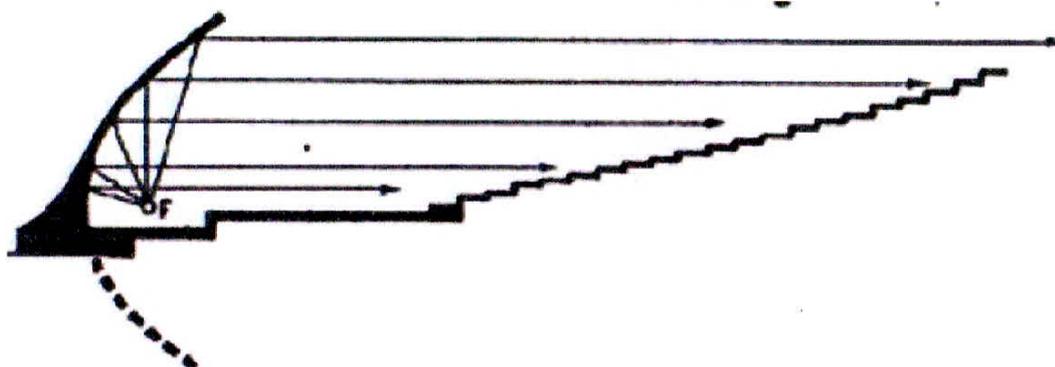


Figura 50- O parabolóide de revolução nas conchas acústicas
Fonte: CARVALHO (apud AMORIM e LICARIÃO, 2005, p. 23)

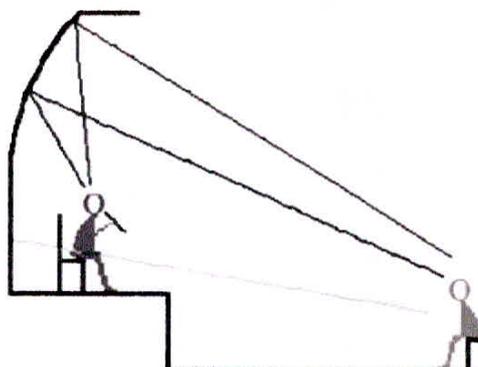


Figura 51 - Esquema de concha acústica: reflexão sonora.
Fonte: AMORIM e LICARIÃO
<club.telepolis.com/adrodriguez/acustica.html>

Existem várias formas de compor uma concha acústica (perfil), sendo que a utilizada no projeto, para plateias grandes no sentido da largura, deve apresentar uma superfície com uma sucessão de parábolas, ou seja, todos os focos sobre uma mesma linha curva (FIG. 52).

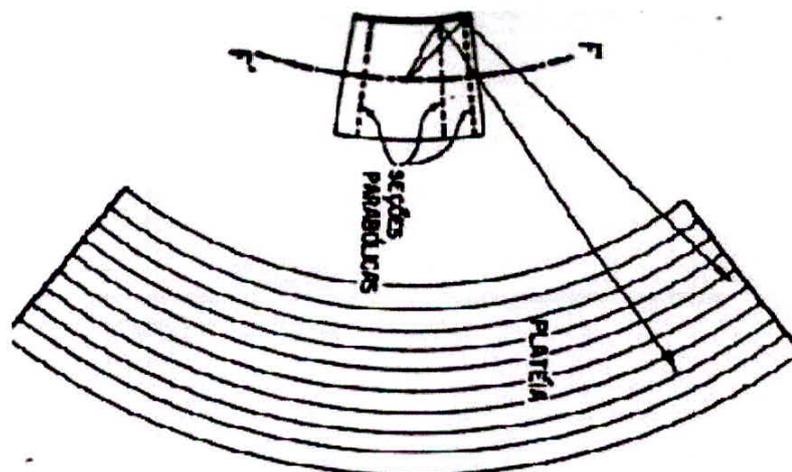


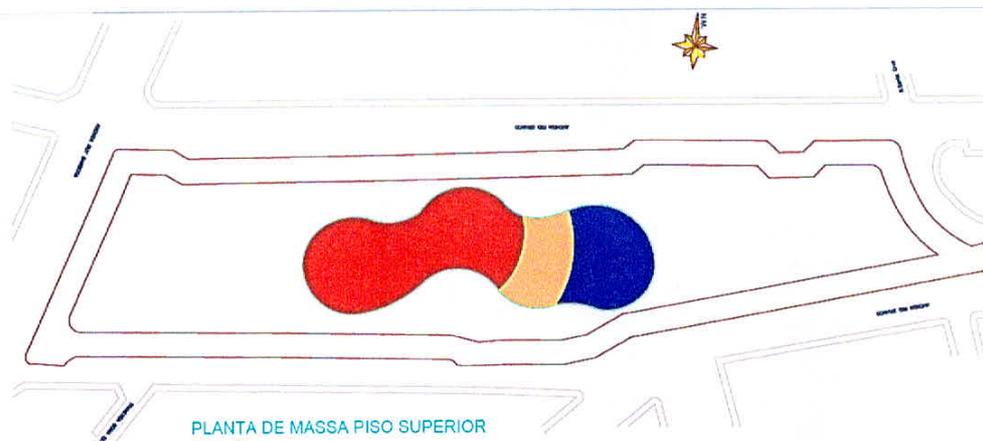
Figura 52 - Conchas acústicas para platéias desenvolvidas no sentido da largura.
Fonte: AMORIM e LICARIÃO (apud CARVALHO, 2005, p. 23)

Intercalando estes espaços, áreas verdes foram projetadas, com cobertura vegetal, de modo que criasse um local aconchegante para quem caminha pelos percursos da praça. Nestes locais, pode-se sentar à grama, fazer um piquenique, apreciar a paisagem ou apenas parar para descansar.

Também foram criados espelhos d'água, que, além de transmitir tranquilidade, confortar, purificar e refrescar, é um artifício arquitetônico decorativo, tendo como objetivo principal complementar a ambientação. Também trazem vida e leveza para o projeto.

Como área de passagem foi destinado todo o restante da área disponível, criando diversos caminhos e percursos, para que as pessoas usufruam da maneira mais conveniente. Todas as áreas são interligadas por estes caminhos, dando bastante fluidez no espaço.

Já na Avenida Rio Branco lado sul, foram removidas as vagas de estacionamento em 45° para a instalação de *parklets*, que são áreas contíguas às calçadas, onde são construídas estruturas e espaços de lazer e convívio ocupando as vagas de estacionamento de carros. Esses *parklets* reforçam a função social do espaço da cidade como local de encontro, apoiam a vida urbana, focando na interação social nos espaços públicos mais seguros e vivos. Trata-se de um espaço com encaixe contínuo e acessível frente às calçadas; é protegido pelos lados com floreiras em fechamento com estrutura em aço e madeira. Os materiais adotados são resistentes às intempéries e priorizam o conforto, com bancos com encosto e assento em



- | | | | |
|---|--------------------------|---|--------------------------------------|
|  | ÁREA DE ESTAR E APRECIAR |  | ÁREA DE EXPOR, MANIFESTAR E ASSISTIR |
|  | ÁREA DE COMER | | |

Figura 54 – Plano de massa do piso superior
Fonte: a autora

A ideia do piso superior foi criada como ponto principal para o estabelecimento de uma nova área para além da existente, quebrando a monotonia com a qual as pessoas estão acostumadas; é uma maneira de criar espaço e apreciação visual de outro ângulo, de onde se conecta com os demais pontos de interesse. Adotou-se um partido dinâmico, audacioso, criativo.

Neste local, 10 m acima do nível da praça, foi inserida uma cafeteria envidraçada, de onde se tem uma vista privilegiada para o piso térreo (FIG. 55). Além disso, algumas mesas foram distribuídas no espaço para a convivência ao ar livre. Possui mobiliário sustentável e confortável. Lixeiras também foram distribuídas. Possui um guarda-corpo envidraçado, com altura de 1,80 m, a fim de impedir acidentes.



Figura 55 – Proposta para a praça suspensa
Fonte: a autora

Esta praça elevada é constituída de três níveis distintos, de modo que possa haver um movimento, a sensação de “estou aqui mas queria estar ali”; são três novos “lugares” e formas de uso.

No nível 10, onde se chega através de elevador panorâmico acessível, está inserida a cafeteria, é a “área de comer”. O nível 9, acessível através de rampa, foi destinado para o “expor, manifestar e assistir”, também podendo ser chamada de Praça das Artes. Neste nível foram colocados os dois bonecos de extraterrestres (ET's de Varginha), que estão na Praça do ET atualmente. Também seria destinada para a exposição de pequenos elementos escultóricos. É o espaço de apreciar.

Ao nível 11, tem-se a “área de estar e apreciar”, também acessível por rampa do nível 9, voltada para a concha acústica, e de onde se tem uma visão superior e elevada dos eventos. Neste espaço estão locados bancos com encosto, floreiras, ombrelones; não há mesas, é um espaço apenas para “estar”.

5.5.2 Acessibilidade

Por ser um dos valores negativos mais marcantes encontrados na leitura preliminar, a acessibilidade foi pensada em todas as etapas do projeto, bem como em todas as áreas. A praça é dotada de diversas rotas, todas acessíveis, ou seja, são providas de iluminação, apresentam trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, conectando os espaços.

A circulação vertical é realizada por elevador circular, com dimensão de 1,80 m de diâmetro e portas de 1,00 m; e por as rampas que possuem inclinação máxima de 8,33%.

O piso dos caminhos e acessos é único, sendo utilizada a placa drenante de concreto poroso na cor cinza (FIG. 56). Além de atérmicos e antiderrapantes, possuem superfície regular, estável e não trepidante, são ecológicos, o que contribui também para um ambiente mais sustentável, permitindo um melhor escoamento das águas das chuvas. Têm alta aderência e resistência ao atrito (principalmente em rampas), podem ser removidos e reaproveitados em eventuais reparos no pavimento ou abaixo deste, em redes subterrâneas, facilitando a manutenção. Podem ser fabricados em colorações diferentes, o que pode criar caminhos lúdicos. Possui diversas características que preenchem as diretrizes apontadas como escopo deste trabalho.



Figura 56 – Modelo de placa drenante

Fonte:

http://www.rhinopisos.com.br/site/produtos/18/placa_drenante_piso_drenante_pavimento_permeavel_concreto_poroso

Nas áreas, foi utilizado piso em madeira tratada certificada, que traz conforto e aconchego, além de ser um material sustentável (FIG. 57).

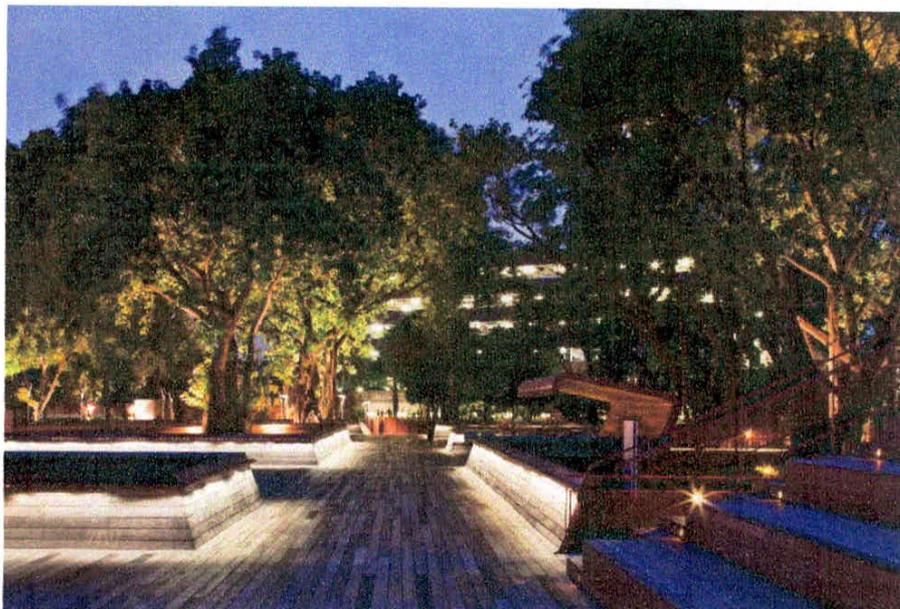


Figura 57 – Modelo de piso em madeira – Praça Victor Civita

Fonte: http://www.estudiocarlosfortes.com/uploads/project_images/image/50a7a171830f78863500006c/civita__8_.jpg



Figura 58 – Proposta para a praça suspensa
Fonte: a autora

Para fomentar o uso da rua em outros horários que não os já de maior movimento, e também para melhorar as condições dos espaços livres públicos, foi proposta a intervenção em duas frentes: alargar e qualificar as calçadas existentes e iluminar adequadamente para o uso noturno.

5.5.3.1 Iluminação

Segundo o manual de iluminação indicado pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), a iluminação adequada nas cidades, praças e parques contribuem não só para o embelezamento, mas também promovem o lazer, recreação e o convívio entre as pessoas. Quando o projeto luminotécnico é bem feito, ele torna o espaço convidativo e resulta na melhoria do ambiente urbano.

Quando os espaços apresentam, em função de sua concepção arquitetônica, áreas distintas de utilização como jardins, brinquedos, elementos escultóricos, painéis, áreas rebaixadas, como esta proposta, podem ser aplicados critérios de projetos diferenciados para cada espaço. “Efeitos atrativos podem ser criados pelo uso de lâmpadas com temperatura de cor diferente” (MANUAL..., 2012, 5.2).

Também foi bem elaborada a iluminação das escadas e rampas, que necessitam de cuidado especial para garantir o acesso dos pedestres com segurança. Em todas as mudanças

de nível foram alocados *spots* de iluminação de piso. Os objetos escultóricos e elementos paisagísticos, que merecem destaque, receberam iluminação especial.

A iluminação destes espaços deve permitir no mínimo um reconhecimento mútuo, além de proporcionar informação visual suficiente a respeito das pessoas e suas intenções a uma distância segura. De acordo com o manual da CEMIG, é recomendada a iluminação a cada 4 m de distância, para evitar sinais de hostilidade, com uma iluminância de 5 lux.

5.5.4 Sustentabilidade

Tendo em conta as exigências e desafios das cidades de hoje e para restaurar a relação harmoniosa entre o indivíduo, a sociedade e a natureza, a interação social é um dos principais requisitos para garantir a sustentabilidade da vida urbana. A sustentabilidade do espaço público é resultado do desenho sustentável, somado à construção e manutenção sustentáveis. Ou seja, não basta ter uma boa vegetação, mas deve possuir um desenho que seja caminhável, deve estimular a redução ou restrição de veículo, com controle de velocidade; deve ser enriquecido por uso misto; além de utilizar materiais sustentáveis, que não agredam o meio ambiente e sejam de longa durabilidade e fácil manutenção.

Diante disto, a ideia é utilizar madeira certificada nos pisos das áreas de estar, pois aliam a sustentabilidade ao conforto; piso das áreas caminháveis em placa de concreto drenante, que permite a permeabilidade do solo, além de ser de fácil manutenção e reposição; intercalar os espaços caminháveis com vegetação rasteira, arbustiva e arbórea, o que trará humanização ao ambiente.

A vegetação também foi pensada para impulsionar a melhora do conforto térmico e acústico. No lado nordeste da praça, onde está localizada a concha acústica, há maior incidência de ventos (dominantes a nordeste), que podem trazer o resfriamento do local, transporte de pó, geração de ruído. A vegetação também ajuda a reduzir a contaminação do ruído, seja filtrando o ruído externo, seja mantendo o ruído interno. Tudo isso faz com que se reduza o consumo de energia no auditório da concha acústica. Através de uma boa proposta urbano-arquitetônica-paisagística, podem ser reduzidos estes efeitos. Por essa razão foram inseridas na calçada árvores de grande porte, enfileiradas a cada 30 metros ao longo da Avenida Rio Branco lado norte, e árvores de pequeno porte no lado sul, formando a arborização urbana. Já na porção posterior à concha acústica, formando uma barreira física, impedindo a incidência de vento na arquibancada, bem como reduzindo a influência sonora

externa no ambiente da concha, foi projetada uma série de árvores de médio porte a cada 15 metros (FIG. 59).

Tabela I.6. Distância mínima entre diferentes tipos de espécies arbóreas usadas na formação de barreiras.

Tipo de copa	Tipo de árvore	Distância recomendada entre
Copa alongada	Alamos, Ciprestes	2,5 m para formar barreiras
		3,5 m para formar fileiras e cortinas
		5 m para formar maciços arbóreos
Copa arredondada de grande porte	Faias, Carvalhos, Plátanos	10 m para formar grupos arbóreos
		7 m para formar fileiras
Copa esférica de porte médio	Chorão, Tílias Pinheiros "guardasol", falsas pimentadeiras Louro, Magnólia de folhas caducas	8 m para formar grupos arbóreos
		5 m para formar barreira
		3,5 a 4 m para formar fileiras
Copa esférica de pequeno porte	Cerejas de flor, Bétula Aveleiras	5 m para formar grupos arbóreos
		3,5 m para formar barreiras
		2,5 a 3 m para formar fileiras
Copa cônica	Coníferas, Magnólia de folhas perenes	6 m para formar grupos arbóreos
		4,5 m para formar barreiras
		4 m para formar fileiras

Figura 59 – Distância mínima entre diferentes espécies arbóreas usadas na formação de barreiras
Fonte: Arizmendi, 1980 apud Mascaró e Mascaró (2001, p. 54)

Segundo Mascaró e Mascaró (2001), espécies vegetais como chorão, tília, pinheiros guarda-sol, magnólia são recomendadas por serem de porte médio e, por inexistir fiação aérea na calçada, as árvores de porte médio também são indicadas (FIG. 60).

Tabela IV.8. Espécies nativas indicadas para passeios e canteiros centrais de avenidas sem rede aérea:

Nome comum	Nome científico
Uvaia	<i>Eugenia pyriformis</i>
Ingá-feijão	<i>Ingá marginata</i>
Ingá-do-brejo	<i>Ingá unguensis</i>
Açoita-cavalo	<i>Loehia divaricata</i>
Guabiju	<i>Myrcianthes pungens</i>
Fedegoso	<i>Senna macranthera</i>
Aleluia	<i>Senna multijuga</i>
Gerivá	<i>Syagrus romanzoffianum</i>
Ipê-amarelo	<i>Tabebuia Alba</i>
Ipê-roxo	<i>Tabebuia avellanedae</i>
Grandiúva	<i>Trena micrantha</i>
Tarumã	<i>Vitex megapotamica</i>

Figura 60 – Espécies nativas indicadas para passeios sem rede aérea
Fonte: SMAM, 1998 apud Mascaró e Mascaró (2001, p. 145)

Na área que separa a concha acústica do restante da praça também foram plantadas árvores de médio porte, mesclando-se com árvores de porte pequeno para formar sombreamento e criar um microclima ameno e agradável nas últimas fileiras da

arquivancada. Além disto, este recurso forma um tipo de agrupamento que enfatiza o potencial das espécies, como forma, cor, textura.

Nos acessos principais, fora da região da concha acústica, foram escolhidas espécies de destaque com maior porte e copa mais larga: o Guapuruvu. No interior da praça foram colocadas algumas Palmeiras garrafa. Quanto ao plantio arbustivo, foram escolhidas espécies de grande beleza plástica, mas com baixa manutenção e grande resistência: palmeira cica, moreia bicolor, ixoria chinesa vermelha, helicônia papagaio, berberis, vegetação rasteira tem a lambari roxo e grama esmeralda.

5.5.5 Mobilidade urbana

Uma das diretrizes apontadas para o planejamento dos espaços urbanos de Varginha está focado na mobilidade, que é “um atributo das cidades e se refere à facilidade de deslocamentos de pessoas e bens no espaço urbano. Tais deslocamentos são feitos através de veículos, vias e toda a infraestrutura (vias, calçadas, etc) que possibilitam esse ir e vir cotidiano. [...] É o resultado da interação entre os deslocamentos de pessoas e bens com a cidade.” (ANTEPROJETO..., 2005 apud MINISTÉRIO..., 2008, p. 19).

Com esse viés inafastável, o projeto de intervenção se preocupa com a mobilidade no entorno, assegurando uma convivência razoável entre o pedestre e o automóvel, levando em consideração que o uso do automóvel particular e individual é contrário aos princípios mais atuais sobre a mobilidade sustentável, por ser gerador de tráfego intenso, poluição, sobrecarga na malha viária e de infraestrutura. Desta forma, a proposta vem desencorajar o uso de veículo individual, retirando algumas vagas destinadas a estacionamento, estimulando o uso do transporte coletivo, dado que existem diversos pontos de ônibus no entorno, o que atenderia a demanda.

Além disso, pensando na mobilidade virtual, que permita uma conectividade efetiva e um fluxo eficiente de pessoas e informação, a proposta é utilizar a tecnologia a favor das pessoas, instalando rede de internet *wi-fi*, redes de conexão a internet sem fio, nos espaços públicos para atrair e juntar pessoas que querem “navegar”.

Pensando na bicicleta como meio de transporte, ainda que seu uso seja pouco significativo em Varginha, a proposta instalou nos *parklets* um paraciclo, ou seja, um estacionamento para bicicletas, para que os ciclistas tenham segurança e garantia no manuseio e guarda do bem.

5.5.6 Lazer

A ideia de fortalecer o uso do espaço público como espaço de lazer é fundamental para o resultado que se espera, incorporando elementos culturais, como a *street art* e a Praça das Esculturas, já mencionadas. O lazer e a cultura são fundamentais para a saúde da cidade. Desta forma, há uma preocupação com produção de arte no espaço público como estratégia de aproximação e democratização da cultura, com a sua saída dos espaços institucionais, como museus. Outra razão para a instalação de arte na praça está voltada para uma dimensão mais subjetiva, com a ideia de que admirar o belo pode afastar a frieza e o medo da violência urbana (CARTAXO, 2009).

Outra forma de propiciar lazer é instalar espaços variados, que permitem estar, brincar, descansar, apreciar, comer, praticar *performances*, atividades intrínsecas do ser humano e que estão relegadas a segundo plano dentro do planejamento urbano. Há espaços com bancos multiuso, com painéis de arte, outros mais intimistas, mas há espaços livres, para livre apropriação e interação.

5.5.7 Paisagem

A ideia de fazer a retirada das árvores de dentro da praça e colocá-las somente nas calçadas vem propiciar uma melhor apreciação dos espaços. Mas a vegetação não foi subestimada. Ao contrário, foram implantados pontos focais de jardinagem, com floreiras, maciços arbustivos, coberturas verdes, gramado, caminho com arbusto criando um labirinto verde (FIG. 61), jardim vertical na área de paquerar.

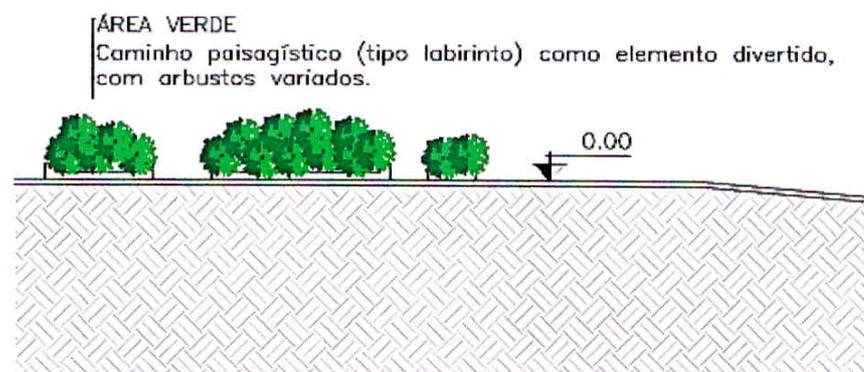


Figura 61 – Caminho lúdico
Fonte: a autora

Incluir o verde é uma maneira de enriquecer a paisagem urbana, reduzir a poluição e criar ambientes mais qualificados.

Mas a paisagem urbana não é composta apenas de paisagismo e vegetação. É muito mais que isso. É composta por elementos do mobiliário, do piso, da iluminação, tudo compõe a paisagem urbana. Segundo Cullen (2008) a paisagem urbana é “a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano”.

Como proposta para agregar valor estético e conforto, foi pensado em um mobiliário que seja multiuso, multifuncional, que permita dispor de forma criativa e com variedade na forma de apropriação. Existem bancos confortáveis, com encosto e braços, voltados preferencialmente para uma vista agradável. Além disto, foram projetados bancos para recostar-se, bancos em que se pode sentar ou quase deitar.

Segundo Gehl (2012), “o mobiliário urbano pode trazer uma contribuição valiosa aos encontros no espaço das cidades”. Assim, o ideal é que haja agrupamento de bancos, ou uma espécie de banco em ângulo que crie uma “paisagem para conversar”.

Tudo isso faz parte de um cenário marcante para criar uma paisagem urbana agradável.

5.5.8 Patrimônio

Além disso, no tratamento dos espaços públicos, a conservação e valorização do patrimônio urbano existente no entorno é essencial. Não se deve esquecer que o tratamento das fachadas tem papel fundamental na definição e composição espacial do conjunto arquitetônico que os envolve. O essencial é que haja o resgate e valorização da memória da cidade, tornando-as parte do cenário cotidiano.

5.5.9 Democracia

Além do caráter cultural que se pretende implantar na praça, com a democratização da cultura, a multifuncionalidade também imprime a democratização e equidade do espaço público. A ideia é que a praça seja utilizada igualmente por toda a população, independente de qualquer circunstância ou fato, que possa receber muitas pessoas, que haja vida social, manifestações, comemorações, encontros, etc.

A cidade como local de encontro é uma oportunidade para trocas democráticas, onde as pessoas têm livre acesso para se expressarem. Essa é a condição indispensável para a democracia. Para isso que foram adotados critérios diferenciados de usos, de modo que possa atingir um público amplo. Ao mesmo tempo em que uma criança está brincando, um jovem está conversando, um outro está dançando ou realizando alguma *performance*, um idoso está apreciando ou descansando. Tudo disponível para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, com a assimilação de conceitos relativos ao espaço público e planejamento urbano, estudos de casos e leitura, pôde-se entender que a vitalidade urbana depende da qualidade do espaço público e do vínculo que ele gera com as pessoas. Não basta um bom desenho ou um bom paisagismo. O espaço é muito mais que isso, ultrapassa a dimensão física. É algo social, sensorial, cultural, histórico.

A percepção do espaço e de seu significado foi vital para ampliar a visão de como a ausência de diretrizes e princípios norteadores na legislação municipal influenciam negativamente na construção do espaço público.

Por meio das leituras de observação realizadas no TCC I, foi possível detectar que há uma necessidade urgente de cuidado e manutenção dos espaços públicos da cidade, a fim de que não haja a degradação total nem o sentimento de não pertencimento da população em relação ao lugar. Os espaços depreciados não agregam sentimento de apropriação, e tanto mais estiverem degradados, mais a população se descuida deles.

Além disso, foi possível compreender que o planejamento urbano se constitui em excelente instrumento para um trabalho eficaz, por tratar de características específicas da localidade, a par das constantes transformações por que passa a sociedade. Também foi possível, a partir deste trabalho, perceber que as cidades que prezam o conforto, a segurança, a diversidade e enxergam na sociabilização um meio de alcançar o sucesso e satisfação dos moradores, estão à frente das demais.

Os referenciais teóricos discutidos nesta pesquisa se mostraram suficientes para alcançar os objetivos específicos almejados, pois o conhecimento do que vem a ser espaço público, e dos demais assuntos abordados, de acordo com a concepção filosófico-científica dos autores, permitiu construir uma proposta de intervenção complexa, mas ao mesmo tempo, com vitalidade. A ideia que este projeto passa é a de que houve o resgate, na praça pública, da capacidade de se relacionar, de discutir ideias; criou-se um espaço social, simbólico, dotado de valores, de pessoas e suas ideologias, interesses, vivências, experiências, ações. O espaço social que há muito se perdeu e que foi discutido no projeto de pesquisa é o modelo que se recuperou.

Desta forma, o projeto de intervenção na Praça da Fonte buscou a qualidade urbana, percebida e avaliada não apenas sob aspectos morfológicos, sob o visível e o sensível (paisagem, estrutura e forma), mas também a partir de questões fisiológicas que se referem às atividades humanas, sua interação coletiva, sua diversidade. Com o resultado alcançado

nesta proposta, resta claro que, caso as diretrizes urbanísticas e projetuais de planejamento urbano sejam implementadas em todos os espaços públicos da cidade, haverá uma melhora significativa da qualidade de vida urbana e uma apropriação local, encontrados na busca da criatividade e vitalidade urbanas, na multifuncionalidade, nas manifestações culturais, nas vivências quotidianas e nas mudanças estruturais que ocorrerão por toda a cidade.

A dinâmica verificada na construção deste espaço de encontro e sociabilidade, tal qual a presente proposta, tem a capacidade de conferir identidade e sentimento de pertencimento, e está comprometida com o projeto.

O espaço público criado nesta proposta é também, e antes de tudo, um espaço para uso livre, heterogêneo, multifuncional, de convivência, integrador, de lazer, de memórias, de identidade.

O mais importante, sem dúvida, com este trabalho, foi poder contribuir com os gestores públicos e com os atores sociais para o engrandecimento e melhoria da qualidade de vida de Varginha.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A; LICARIÃO, C. **Conforto acústico**. Campinas, 2005. Disponível em: <http://www.fec.unicamp.br/~luharris/galeria/ic042_05/TIDIA-ac_TopicoA_mat-apoio_S03_C-Acustico.pdf>. Acesso em 15 mai 2016

ANTUNES, Marco António. **O público e o privado em Hannah Arendt**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. [Covilhã, Portugal]: 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-publico-privado.pdf>>. Acesso em 22 set 2015.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. In Direitos Humanos na Internet, [S.l.], p. 402. Disponível em: <http://dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_arendt_origens_totalitarismo.pdf> Acesso em 06 out 2015.

ARQA. Projectos. **Parque Superkilen - Public Participation Extreme**, Copenhaga. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.revarqa.com/content/1/1291/parque-superkilen-public-participation-extreme-copenhaga/>> Acesso em 01 nov 2015.

BARATTO, Romullo. **Oito exemplos de que é possível despoluir os rios urbanos**. Archdaily. Notícias. [s.l.], 2014. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-168964/oito-exemplos-de-que-e-possivel-despoluir-os-rios-urbanos/52d946bfe8e44e45120000e2> Acesso em 06 nov 2015.

BOARATTI, André. **Um estudo sobre o conceito de espaço público em Hannah Arendt**. Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Cidadania. Goiânia, [20-?]. Artigos. Disponível em: <http://www.ucg.br/ucg/ser/ArquivosUpload/1/file/Artigos/pdf/estudo_sobre_conceito.pdf>. Acesso em 22 set 2015.

BOTTON, Alain. **6 dicas para tornar uma cidade atraente, por Alain de Botton**. Notícias. [s.l.], 2016. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/783506/6-dicas-para-tornar-uma-cidade-atraente-por-alain-de-botton>>. Acesso em 03 mai 2016

BOTTON, Fernando Bagiotto. SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. Resenha. [S.l.] Antíteses, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, pp. 623-633. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em 27 set 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Palácio do Planalto. Casa Civil. Brasília, [19-?]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 28 out 2015.

_____. Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Palácio do Planalto. Casa Civil. Brasília, [19-?]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm. Acesso em 13 out 2015.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Palácio do Planalto. Casa Civil. Brasília, [19-?]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em ago/set 2015.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. **Brasil Acessível: programa brasileiro de acessibilidade urbana**. 2ª ed. Brasília, 2008.

_____. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. In Normas ABNT. **NBR 9050. Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. 2015. Brasília, set, 2015. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em 05 nov 2015.

CARTAXO, Zalinda. Arte nos espaços públicos: a cidade como realidade. **O percevejo online**. Unirio. Rio de Janeiro: 2009, v. 1, n. 1. Disponível em <<http://seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/view/431/381>> Acesso em 28 mai 2016.

CEMIG. Companhia Energética de Minas Gerais. **Manual de distribuição**. Projetos de iluminação pública. N.D-3.4. Minas Gerais: 2012.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. 1ª edição. São Paulo: Editora 70, 2008.

DEL RIO, Vicente; GALLO, Haroldo. **O legado do urbanismo moderno no Brasil**. Paradigma realizado ou projeto inacabado? Vitruvius. Revistas. Arqtextos. [s.l.], ano 01, 2000. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/01.006/958>> Acesso em 05 nov 2015.

DICIONÁRIO Michaelis. [S.l.], [19-?]. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=totalitarismo>>. Acesso em 05 out 2015.

DUARTE, Fábio. **Planejamento Urbano**. Curitiba: Ibpex, 2007.

FERREIRA, C. Andressa *et al.* **Levantamento e diagnóstico de área**. Coordenação: Prof. Wesley Medeiros. Centro Universitário do Sul de Minas Gerais. Varginha, 2015.

GATTI, Simone (Coord.). **Espaços Públicos**. Diagnóstico e metodologia de projeto. São Paulo: ABCP, 2013.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HELM, Joanna. Praça Victor Civita / Levisky Arquitetos e Anna Julia Dietzsch. Archdaily. *In Projetos*. [S.l.], 2011. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>>. Acesso em 06 nov 2015.

_____. Superkilen/BIG. Archdaily. *In Projetos*. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-17475/superkilen-big>> Acesso em 01 nov 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de dados. **Cidades**. Informações completas. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317070&search=||infográficos:-informações-completas>> Acesso em 06 nov 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MELLO, Taís. Praça Victor Civita. Galeria da Arquitetura. In **Projeto**. [S.l.], [20-?]. Disponível em: <http://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/levisky-arquitetos-estrategia-urbana/_praca-victor-civita/508>. Acesso em 06 nov 2015.

MONTEIRO, Circe Maria Gama. **O Planejamento**: algumas considerações. ETC, espaço, tempo e crítica. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. 2007, n° 1(2), vol. 1. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_1_2.pdf. Acesso em 27 out 2015.

NOVO AMBIENTE. Blog. **Superkilen**: projeto urbano é projeto humano. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://novoambiente.com/blog/superkilen-projeto-urbano-e-projeto-humano/>>. Acesso em 01 nov 2015.

PRAÇA VICTOR CIVITA. **Revitalização**. São Paulo, [20-?]. Disponível em: <<http://pracavictorcivita.org.br/revitalizacao/>>. Acesso em 06 nov 2015.

REFERÊNCIAS projetuais. Goiás, [20-?]. p. 33. Disponível em: http://www.unucet.ueg.br/biblioteca/arquivos/monografias/Capitulo_3__Referencias_Projetuais_TFG2.pdf Acesso em 06 nov 2015.

RIBEIRO, Benjamin Adiron. **Noções de planejamento urbano**. São Paulo: O Semeador, 1988.

ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta**. 1ª ed. São Paulo: G. Gili, 2012.

ROSA. **Microplanejamento urbano**: práticas urbanas e criativas. 2ª ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2013.

SABOYA, Renato. **Urbanismo e planejamento urbano no Brasil – 1875 a 1992**. Urbanidades. [s.l.], 2008. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/11/urbanismo-e-planejamento-urbano-no-brasil-1875-a-1992/>. Acesso em 06 out 2015.

SOUSA, Emanuel Silva de. SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. Resenha. [Brasília], 2009. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/sol/urbanidades/resenhasousa.htm>> Acesso em 26 set 2015.

ULTRAMARI, Clóvis. Significados do Urbanismo. **Pós**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. São Paulo, v.16 n.25, jun 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43614>. Acesso em 25 nov 2015.

VARGINHA, MG. Lei nº 4.530, de 17 de outubro de 2006. Faz a revisão da lei do Plano Diretor participativo de varginha e dá outras providências. Prefeitura de Varginha, Legislação municipal, Varginha, 2006. Disponível em: <<http://www.varginha.mg.gov.br/legislacao-municipal/leis/93-2006/2334-lei-4530>>. Acesso em ago/set 2015.

_____, MG. Lei nº 4.990, de 31 de dezembro de 2008. Reformula as normas de parcelamento do solo no município de Varginha. Prefeitura de Varginha, Legislação Municipal, Varginha, 2008. Disponível em: <<http://www.varginha.mg.gov.br/legislacao-municipal/leis/71-2008/1177-lei-4990>>. Acesso em 13 out 2015.

VICENTE, José João Neves Barbosa. **Hannah Arendt: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo**. Ensaios Filosóficos, Revista de Filosofia, Rio de Janeiro, vol. VI, out 2012.

Disponível em:

<http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo6/VICENTE_Jose.pdf>. Acesso em 05 out 2015

VILLAÇA, Fábio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In **DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (Orgs).** O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Fupam, Edusp, 1999.

VIZIOLI, Simone Helena Tanoue. **Planejamento urbano no Brasil: a experiência do SERPHAU enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal**. 1998. 211 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, nov 1998.

APÊNDICE A – Praça José de Rezende Pinto (Praça da Fonte)⁷

a) Eixo I - Condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados:

Tabela 1 – Diagnóstico de circulação da Praça da Fonte

CIRCULAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Calçadas adequadas para o pedestre ou apresentam buracos, pisos deteriorados, pouco espaço de circulação, rachaduras diversas e outros		X	
Geometria do sistema de circulação (medidas)	X		
Existência de infraestrutura para acessibilidade		X	
Sinalização local			X
Sujeiras – lixos, folhas de árvores e outros		X	

Fonte: a autora.

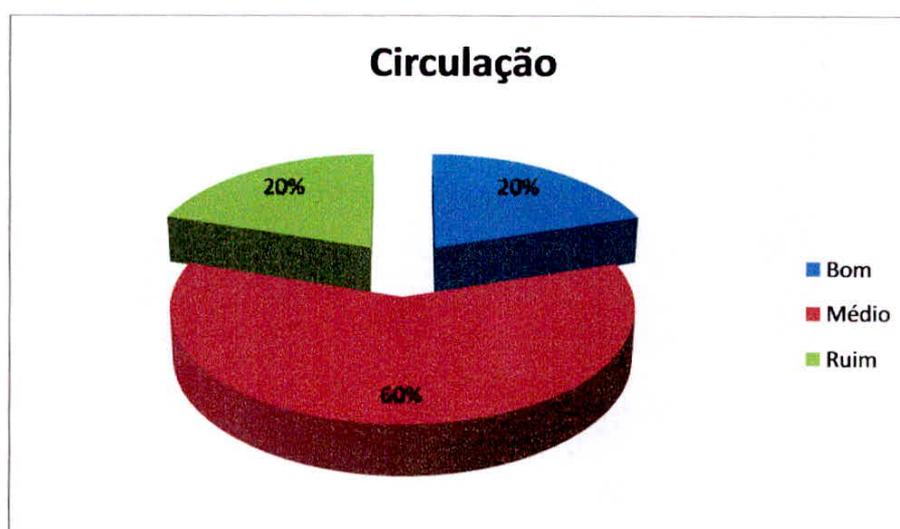


Gráfico 6 – Circulação da Praça da Fonte

Fonte: a autora

b) Eixo II - Acessibilidade (desenho universal)

Tabela 2 – Diagnóstico de acessibilidade da Praça da Fonte

ACESSIBILIDADE	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X

Fonte: a autora.

⁷ Ver item 4.3.1.

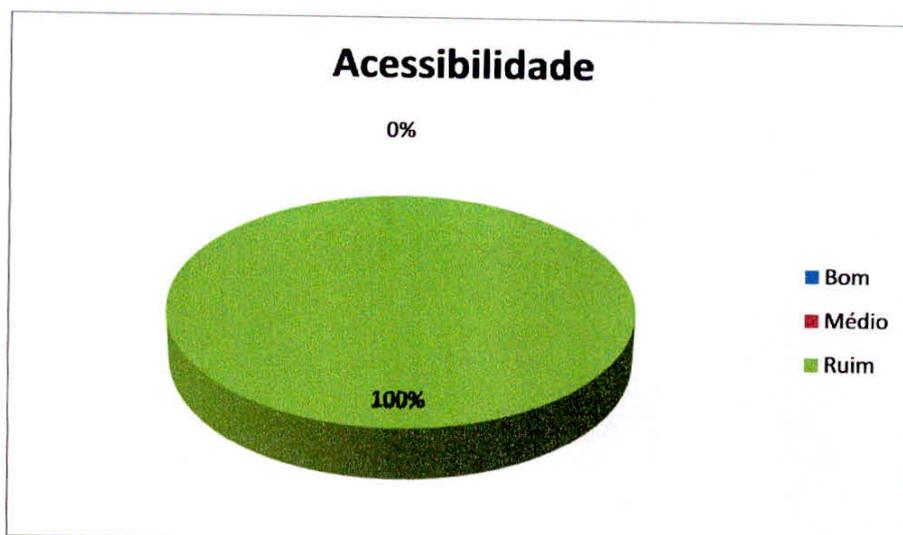


Gráfico 7 – Acessibilidade da Praça da Fonte
Fonte: a autora.

c) Eixo III – Arborização

Tabela 3 – Arborização da Praça da Fonte

ARBORIZAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Valorização estética e paisagística do local – serve de abrigo para os usuários nos locais de apropriação? Faz sombreamento no sistema de circulação dos pedestres?	X		
Árvores de grande porte	X		
Árvores de pequeno Porte	X		

Fonte: a autora.



Gráfico 8 – Arborização da Praça da Fonte
Fonte: a autora.

d) Áreas de estar e permanência

Tabela 4 – Áreas de estar e permanência

ÁREAS DE ESTAR E PERMANÊNCIA	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Mobiliário Urbano		X	
Arborização	X		
Pontos de ônibus		X	
Banheiros Públicos			X
Atividades físicas			X
Outros (quiosques, arquibancadas, escadarias e etc)	X		

Fonte: a autora

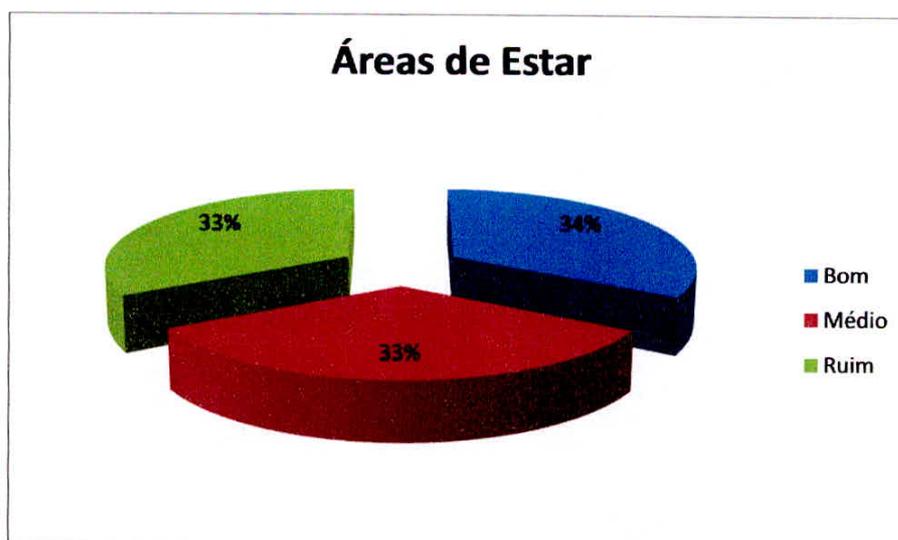


Gráfico 9 – Áreas de estar da Praça da Fonte
Fonte: a autora.

APÊNDICE B – Praça Getúlio Vargas⁸

a) Eixo I - Condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados:

Tabela 5 – Circulação da Praça Getúlio Vargas

CIRCULAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Calçadas adequadas para o pedestre ou apresentam buracos, pisos deteriorados, pouco espaço de circulação, rachaduras diversas e outros		X	
Geometria do sistema de circulação (medidas)	X		
Existência de infraestrutura para acessibilidade		X	
Sinalização local			X
Sujeiras – lixos, folhas de árvores e outros		X	

Fonte: a autora.

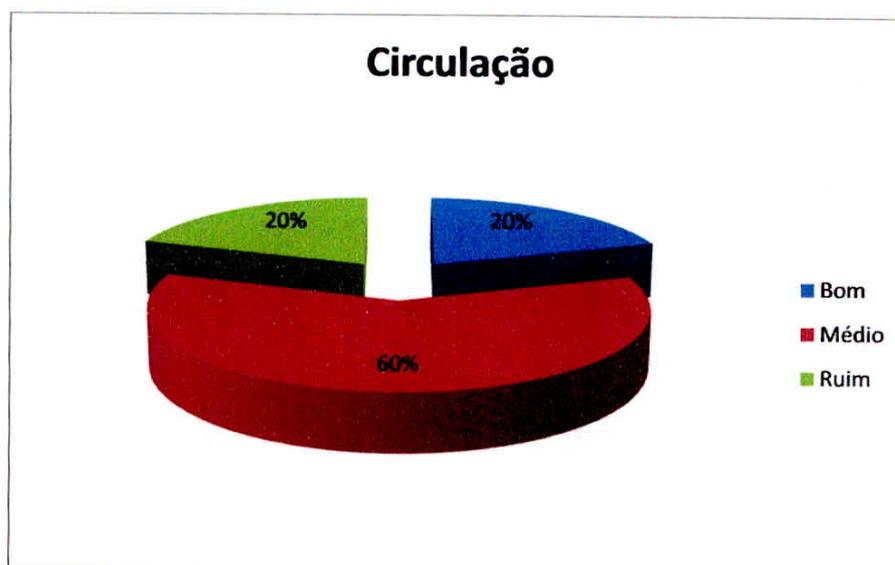


Gráfico 10 – Circulação da Praça Getúlio Vargas

Fonte: a autora

b) Eixo II - Acessibilidade (desenho universal)

Tabela 6 – Acessibilidade da Praça Getúlio Vargas

ACESSIBILIDADE	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X

Fonte: a autora.

⁸ Ver item 4.3.2.

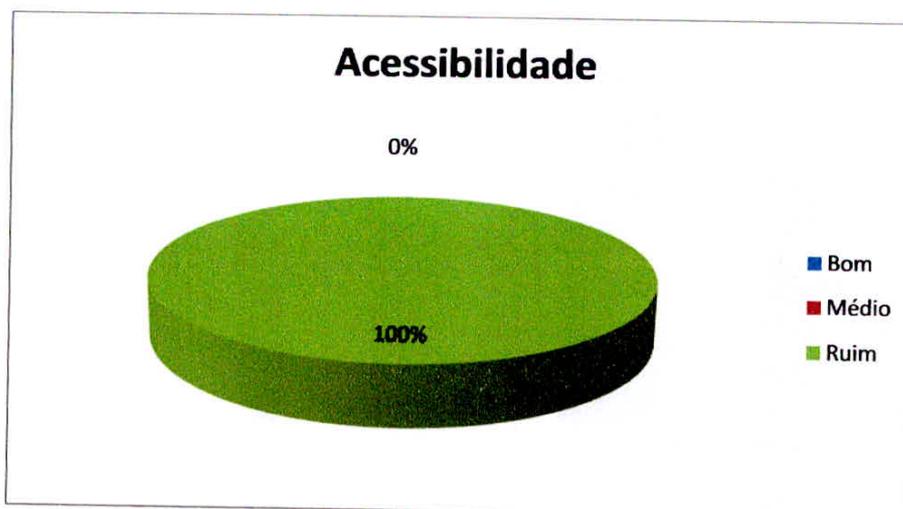


Gráfico 11 – Acessibilidade da Praça Getúlio Vargas
Fonte: a autora

c) Eixo III – Arborização

Tabela 7 – Arborização da Praça Getúlio Vargas

ARBORIZAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Valorização estética e paisagística do local – serve de abrigo para os usuários nos locais de apropriação? Faz sombreamento no sistema de circulação dos pedestres?	X		
Árvores de grande porte	X		
Árvores de pequeno porte	X		

Fonte: a autora.



Gráfico 12 – Arborização da Praça Getúlio Vargas
Fonte: a autora

d) Eixo IV - Áreas de estar e permanência

Tabela 8 – Áreas de estar da Praça Getúlio Vargas

ÁREAS DE ESTAR E PERMANÊNCIA	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Mobiliário Urbano		X	
Arborização	X		
Pontos de ônibus	X		
Banheiros Públicos			X
Atividades físicas		X	
Outros (quiosques, arquibancadas, escadarias e etc)		X	

Fonte: a autora.

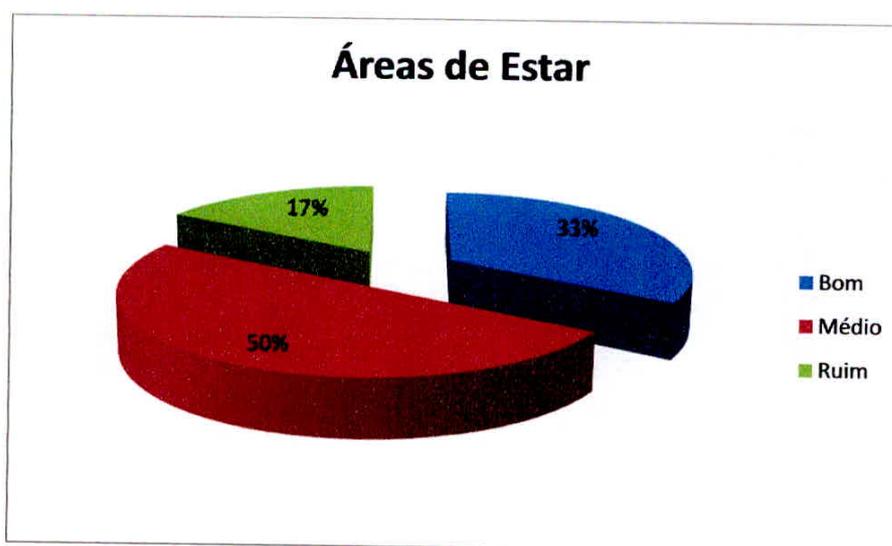


Gráfico 13 – Áreas de estar da Praça Getúlio Vargas

Fonte: a autora

APÊNDICE C – Praça Governador Benedito Valadares (Praça da Igreja Matriz)⁹

a) Eixo I - Condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados:

Tabela 9 – Circulação da Praça da Matriz

CIRCULAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Calçadas adequadas para o pedestre ou apresentam buracos, pisos deteriorados, pouco espaço de circulação, rachaduras diversas e outros		X	
Geometria do sistema de circulação (medidas)	X		
Existência de infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X
Sujeiras – lixos, folhas de árvores e outros		X	

Fonte: a autora.

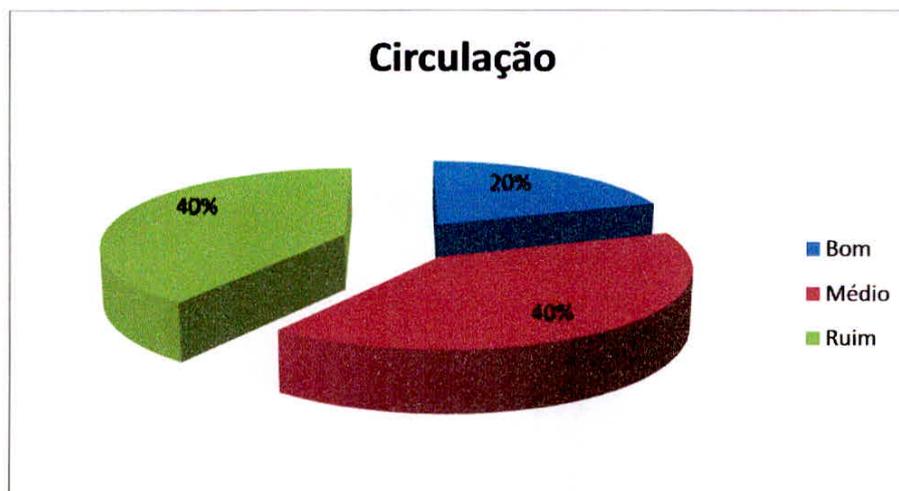


Gráfico 14 – Circulação da Praça da Matriz

Fonte: a autora

b) Eixo II - acessibilidade (desenho universal)

Tabela 10 – Acessibilidade da Praça da Matriz

ACESSIBILIDADE	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X

Fonte: a autora.

⁹ Ver item 4.3.3.



Gráfico 15 – Acessibilidade da Praça da Matriz
Fonte: a autora

c) Eixo III – Arborização

Tabela 11 – Arborização da Praça da Matriz

ARBORIZAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Valorização estética e paisagística do local – serve de abrigo para os usuários nos locais de apropriação? Faz sombreamento no sistema de circulação dos pedestres?	X		
Árvores de grande porte	X		
Árvores de pequeno Porte	X		

Fonte: a autora.



Gráfico 16 – Arborização da Praça da Matriz
Fonte: a autora

d) Eixo IV - ÁREAS DE ESTAR E PERMANÊNCIA

Tabela 12 – Áreas de estar da Praça da Matriz

ÁREAS DE ESTAR E PERMANÊNCIA	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Mobiliário Urbano	X		
Arborização	X		
Pontos de ônibus			X
Banheiros Públicos			X
Atividades físicas			X
Outros (quiosques, arquibancadas, escadarias e etc)		X	

Fonte: a autora.

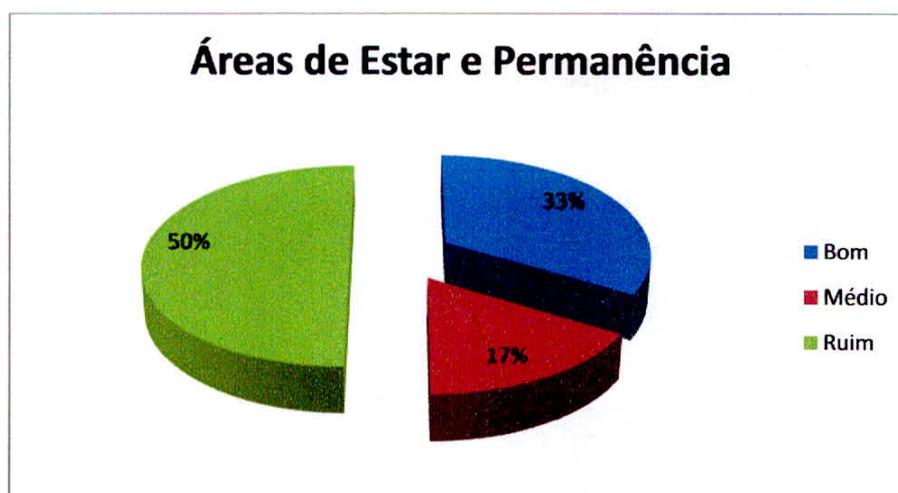


Gráfico 17 – Áreas de estar da Praça da Matriz

Fonte: a autora

APÊNDICE D – Praça Dom Pedro II (Jardim do Sapo)¹⁰

a) Eixo I - Condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados:

Tabela 13 – Circulação da Praça Jardim do Sapo

CIRCULAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Calçadas adequadas para o pedestre ou apresentam buracos, pisos deteriorados, pouco espaço de circulação, rachaduras diversas e outros		X	
Geometria do sistema de circulação (medidas)	X		
Existência de infraestrutura para acessibilidade		X	
Sinalização local			X
Sujeiras – lixos, folhas de árvores e outros		X	

Fonte: a autora.



Gráfico 18 – Circulação da Praça Jardim do Sapo

Fonte: a autora

b) Eixo II - Acessibilidade (desenho universal)

Tabela 14 – Acessibilidade da Praça Jardim do Sapo

ACESSIBILIDADE	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X

Fonte: a autora.

¹⁰ Ver item 4.3.4



Gráfico 19 – Acessibilidade da Praça Jardim do Sapo
Fonte: a autora

c) Eixo III – Arborização

Tabela 15 – Arborização da Praça Jardim do Sapo

ARBORIZAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Valorização estética e paisagística do local – serve de abrigo para os usuários nos locais de apropriação? Faz sombreamento no sistema de circulação dos pedestres?	X		
Árvores de grande porte	X		
Árvores de pequeno porte	X		

Fonte: a autora.



Gráfico 20 – Arborização da Praça Jardim do Sapo
Fonte: a autora

d) Eixo IV - Áreas de estar e permanência

Tabela 16 – Áreas de estar da Praça Jardim do Sapo

ÁREAS DE ESTAR E PERMANÊNCIA	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Mobiliário Urbano	X		
Arborização	X		
Pontos de ônibus			X
Banheiros Públicos			X
Atividades físicas			X
Outros (quiosques, arquibancadas, escadarias e etc)		X	

Fonte: a autora.



Gráfico 21 – Áreas de estar da Praça Jardim do Sapo

Fonte: a autora

APÊNDICE E – Praça Major Domingos de Carvalho (Igreja do Mártir)¹¹

a) Eixo I - Condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados:

Tabela 17 – Circulação da Praça do Mártir

CIRCULAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Calçadas adequadas para o pedestre ou apresentam buracos, pisos deteriorados, pouco espaço de circulação, rachaduras diversas e outros		X	
Geometria do sistema de circulação (medidas)	X		
Existência de infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X
Sujeiras – lixos, folhas de árvores e outros		X	

Fonte: a autora.



Gráfico 22 – Circulação da Praça do Mártir

Fonte: a autora

b) Eixo II - Acessibilidade (desenho universal)

Tabela 18 – Acessibilidade da Praça do Mártir

ACESSIBILIDADE	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X

Fonte: a autora.

¹¹ Ver item 4.3.5

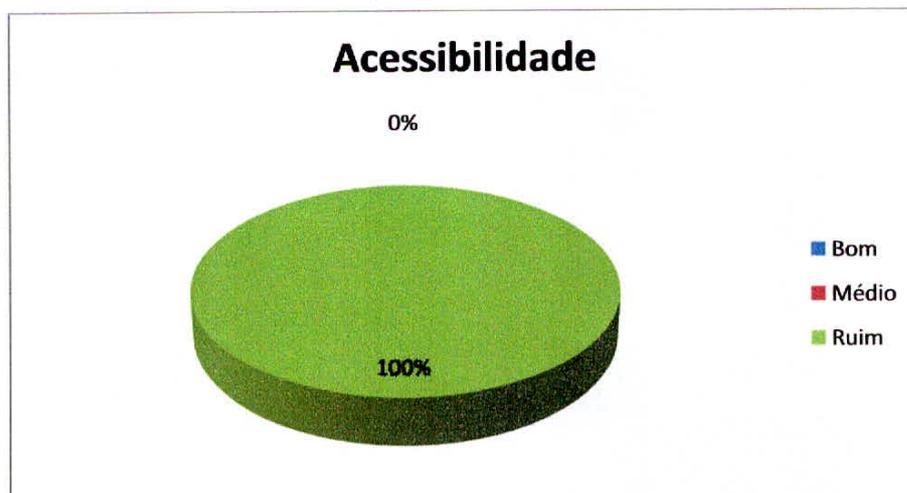


Gráfico 23 – Acessibilidade da Praça do Mártir
Fonte: a autora

c) Eixo III - Arborização

Tabela 19 – Arborização da Praça do Mártir

ARBORIZAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Valorização estética e paisagística do local – serve de abrigo para os usuários nos locais de apropriação? Faz sombreamento no sistema de circulação dos pedestres?	X		
Árvores de grande porte	X		
Árvores de pequeno Porte	X		

Fonte: a autora.



Gráfico 24 – Arborização da Praça do Mártir
Fonte: a autora

d) Eixo IV - áreas de estar e permanência

Tabela 20 – Áreas de estar da Praça do Mártir

ÁREAS DE ESTAR E PERMANÊNCIA	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Mobiliário Urbano		X	
Arborização	X		
Pontos de ônibus			X
Banheiros Públicos			X
Atividades físicas			X
Outros (quiosques, arquibancadas, escadarias e etc)			X

Fonte: a autora.

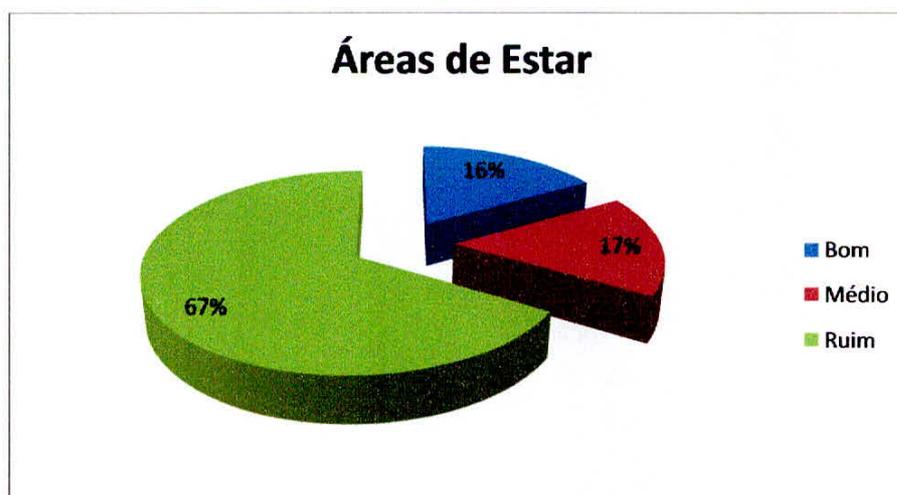


Gráfico 25 – Áreas de estar da Praça do Mártir

Fonte: a autora

APÊNDICE F – Praça Mateus Tavares (Estação Ferroviária)¹²

Análise prejudicada em função da reforma. Não existem elementos para serem analisados.

¹² Ver item 4.3.6

APÊNDICE G – Calçada da Rua Wenceslau Braz¹³

a) Eixo I - Condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados:

Tabela 21 – Circulação do Calçada

CIRCULAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Calçadas adequadas para o pedestre ou apresentam buracos, pisos deteriorados, pouco espaço de circulação, rachaduras diversas e outros		X	
Geometria do sistema de circulação (medidas)	X		
Existência de infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X
Sujeiras – lixos, folhas de árvores e outros		X	

Fonte: a autora.



Gráfico 26 – Circulação do Calçada

Fonte: a autora

b) Eixo II - Acessibilidade (desenho universal)

Tabela 22 – Acessibilidade do Calçada

ACESSIBILIDADE	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X

Fonte: a autora.

¹³ Ver item 4.3.7

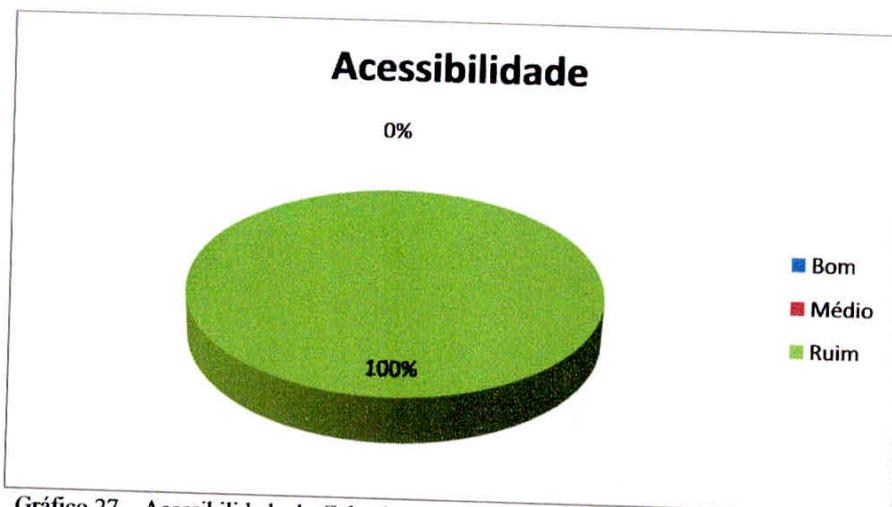


Gráfico 27 – Acessibilidade do Calçada
Fonte: a autora

c) Eixo III - Arborização

Tabela 23 – Arborização do Calçada

ARBORIZAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Valorização estética e paisagística do local – serve de abrigo para os usuários nos locais de apropriação? Faz sombreamento no sistema de circulação dos pedestres?			X
Árvores de grande porte			X
Árvores de pequeno Porte			X

Fonte: a autora.



Gráfico 28 – Arborização do Calçada
Fonte: a autora

d) Eixo IV - áreas de estar e permanência

Tabela 24 – Áreas de estar do Calçada

ÁREAS DE ESTAR E PERMANÊNCIA	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Mobiliário Urbano			X
Arborização			X
Pontos de ônibus			X
Banheiros Públicos			X
Atividades físicas			X
Outros (quiosques, arquibancadas, escadarias e etc)			X

Fonte: a autora.



Gráfico 29 – Áreas de estar do Calçada
Fonte: a autora

APÊNDICE H – Praça Champagnat¹⁴

- a) Eixo I - Condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados:

Tabela 25 – Circulação da Praça Champagnat

CIRCULAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Calçadas adequadas para o pedestre ou apresentam buracos, pisos deteriorados, pouco espaço de circulação, rachaduras diversas e outros		X	
Geometria do sistema de circulação (medidas)	X		
Existência de infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X
Sujeiras – lixos, folhas de árvores e outros		X	

Fonte: a autora.

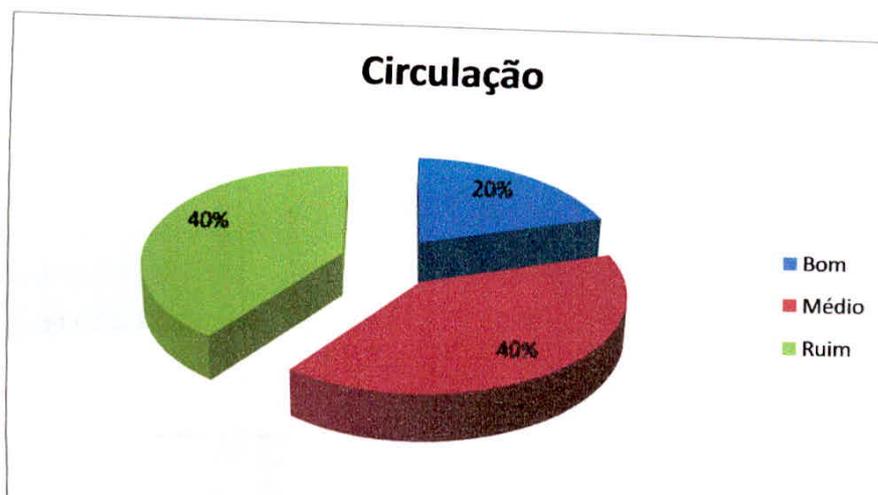


Gráfico 30 – Circulação da Praça Champagnat

Fonte: a autora

- b) Eixo II - Acessibilidade (desenho universal)

Tabela 26 – Acessibilidade da Praça Champagnat

ACESSIBILIDADE	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X

Fonte: a autora.

¹⁴ Ver item 4.3.8

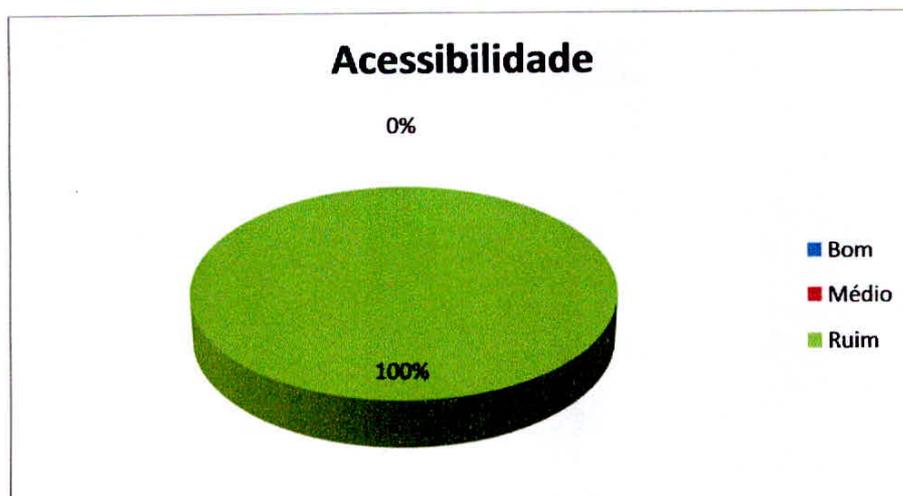


Gráfico 31 – Acessibilidade da Praça Champagnat
Fonte: a autora

c) Eixo III - Arborização

Tabela 27 – Arborização da Praça Champagnat

ARBORIZAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Valorização estética e paisagística do local – serve de abrigo para os usuários nos locais de apropriação? Faz sombreamento no sistema de circulação dos pedestres?		X	
Árvores de grande porte	X		
Árvores de pequeno Porte	X		

Fonte: a autora.

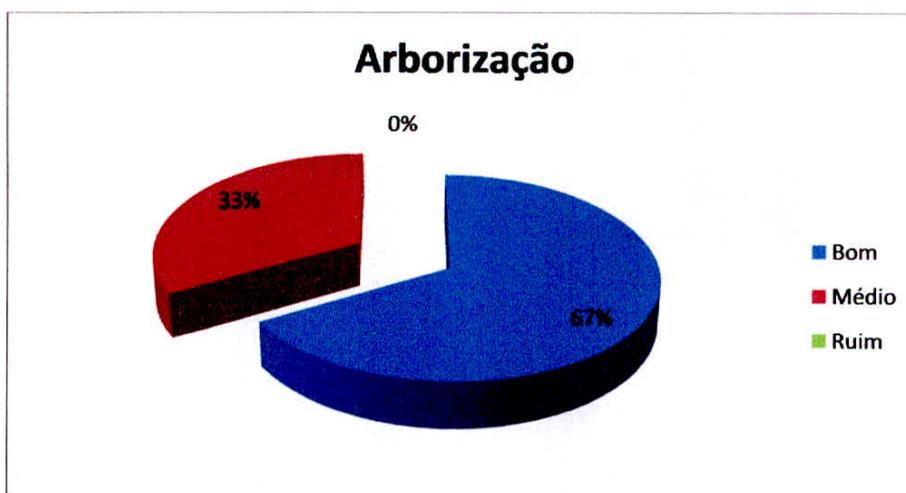


Gráfico32 – Arborização da Praça Champagnat
Fonte: a autora

d) Eixo IV - áreas de estar e permanência

Tabela 28 – Áreas de estar da Praça Champagnat

ÁREAS DE ESTAR E PERMANÊNCIA	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Mobiliário Urbano	X		
Arborização	X		
Pontos de ônibus			X
Banheiros Públicos			X
Atividades físicas			X
Outros (quiosques, arquibancadas, escadarias e etc)		X	

Fonte: a autora.



Gráfico 33 – Áreas de estar da Praça Champagnat

Fonte: a autora

APÊNDICE I – Praça Pinto de Oliveira¹⁵

a) Eixo I - Condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados:

Tabela 29 – Circulação da Praça Pinto de Oliveira

CIRCULAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Calçadas adequadas para o pedestre ou apresentam buracos, pisos deteriorados, pouco espaço de circulação, rachaduras diversas e outros	X		
Geometria do sistema de circulação (medidas)	X		
Existência de infraestrutura para acessibilidade		X	
Sinalização local			X
Sujeiras – lixos, folhas de árvores e outros		X	

Fonte: a autora.



Gráfico 34 – Circulação da Praça Pinto de Oliveira

Fonte: a autora

b) Eixo II - Acessibilidade (desenho universal)

Tabela 30 – Acessibilidade da Praça Pinto de Oliveira

ACESSIBILIDADE	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X

Fonte: a autora.

¹⁵ Ver item 4.3.9

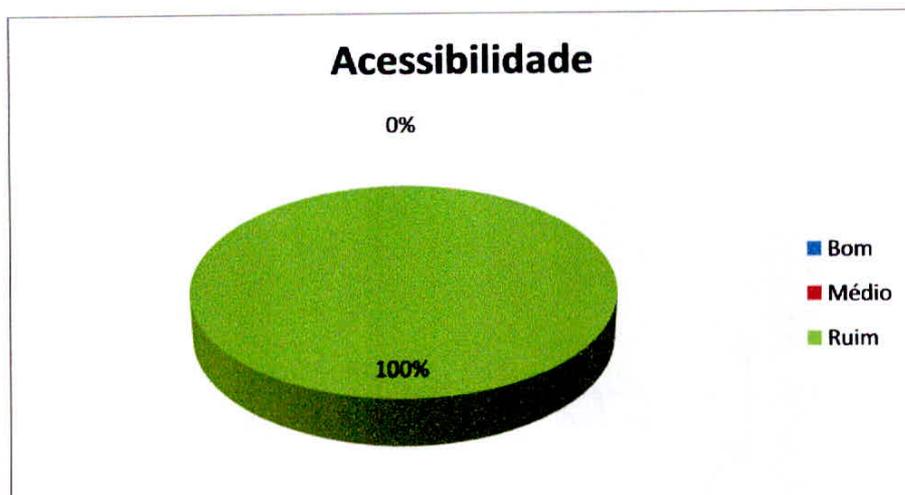


Gráfico 35 – Acessibilidade da Praça Pinto de Oliveira
Fonte: a autora

c) Eixo III - Arborização

Tabela 31 – Arborização da Praça Pinto de Oliveira

ARBORIZAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Valorização estética e paisagística do local – serve de abrigo para os usuários nos locais de apropriação? Faz sombreamento no sistema de circulação dos pedestres?	X		
Árvores de grande porte	X		
Árvores de pequeno Porte		X	

Fonte: a autora.

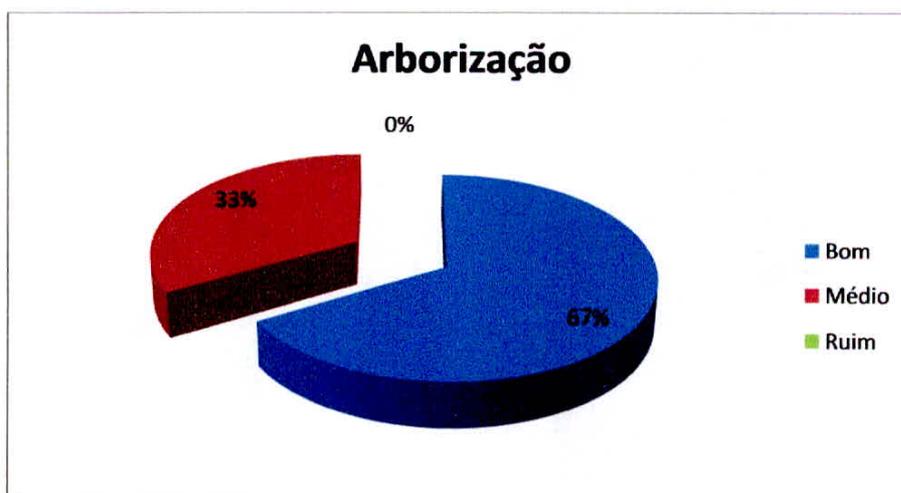


Gráfico 36 – Arborização da Praça Pinto de Oliveira
Fonte: a autora

d) Eixo IV - áreas de estar e permanência

Tabela 32 – Áreas de estar da Praça Pinto de Oliveira

ÁREAS DE ESTAR E PERMANÊNCIA	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Mobiliário Urbano	X		
Arborização	X		
Pontos de ônibus			X
Banheiros Públicos			X
Atividades físicas			X
Outros (quiosques, arquibancadas, escadarias e etc)		X	

Fonte: a autora.



Gráfico 37 – Áreas de estar da Praça Pinto de Oliveira

Fonte: a autora

APÊNDICE J – Praça Roque Rotundo¹⁶

a) Eixo I - Condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados:

Tabela 33 – Circulação da Praça Roque Rotundo

CIRCULAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Calçadas adequadas para o pedestre ou apresentam buracos, pisos deteriorados, pouco espaço de circulação, rachaduras diversas e outros	X		
Geometria do sistema de circulação (medidas)	X		
Existência de infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local		X	
Sujeiras – lixos, folhas de árvores e outros		X	

Fonte: a autora.

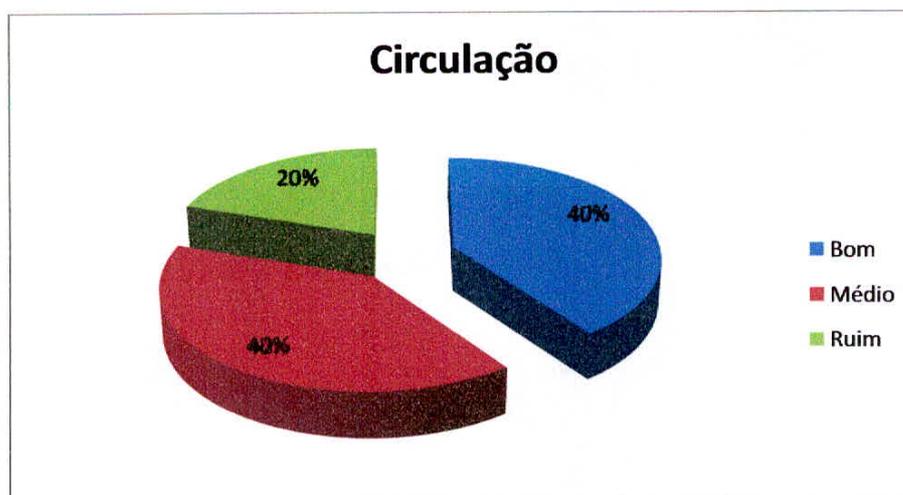


Gráfico 38 – Circulação da Praça Roque Rotundo

Fonte: a autora

b) Eixo II - Acessibilidade (desenho universal)

Tabela 34 – Acessibilidade da Praça Roque Rotundo

ACESSIBILIDADE	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X

Fonte: a autora.

¹⁶ Ver item 4.3.10



Gráfico 39 – Acessibilidade da Praça Roque Rotundo
Fonte: a autora

c) Eixo III - Arborização

Tabela 35 – Arborização da Praça Roque Rotundo

ARBORIZAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Valorização estética e paisagística do local – serve de abrigo para os usuários nos locais de apropriação? Faz sombreamento no sistema de circulação dos pedestres?	X		
Árvores de grande porte	X		
Árvores de pequeno porte		X	

Fonte: a autora.



Gráfico 40 – Arborização da Praça Roque Rotundo
Fonte: a autora

d) Eixo IV - áreas de estar e permanência

Tabela 36 – Áreas de estar da Praça Roque Rotundo

ÁREAS DE ESTAR E PERMANÊNCIA	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Mobiliário Urbano	X		
Arborização	X		
Pontos de ônibus			X
Banheiros Públicos			X
Atividades físicas			X
Outros (quiosques, arquibancadas, escadarias e etc)			X

Fonte: a autora.

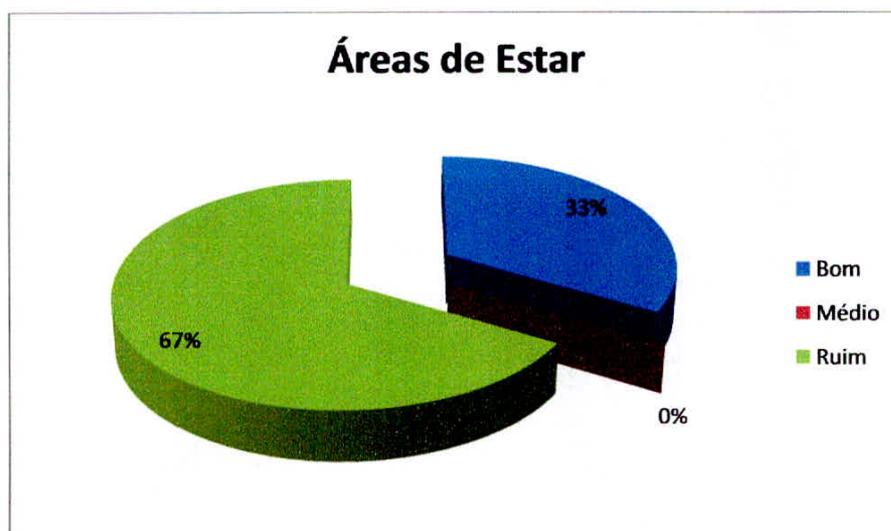


Gráfico 41 – Áreas de estar da Praça Roque Rotundo

Fonte: a autora

APÊNDICE K – Praça Santa Cruz¹⁷

a) Eixo I - Condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados:

Tabela 37 – Circulação da Praça Santa Cruz

CIRCULAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Calçadas adequadas para o pedestre ou apresentam buracos, pisos deteriorados, pouco espaço de circulação, rachaduras diversas e outros		X	
Geometria do sistema de circulação (medidas)	X		
Existência de infraestrutura para acessibilidade		X	
Sinalização local			X
Sujeiras – lixos, folhas de árvores e outros		X	

Fonte: a autora.



Gráfico 42 – Circulação da Praça Santa Cruz

Fonte: a autora

b) Eixo II - Acessibilidade (desenho universal)

Tabela 38 – Acessibilidade da Praça Santa Cruz

ACESSIBILIDADE	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X

Fonte: a autora.

¹⁷ Ver item 4.3.11

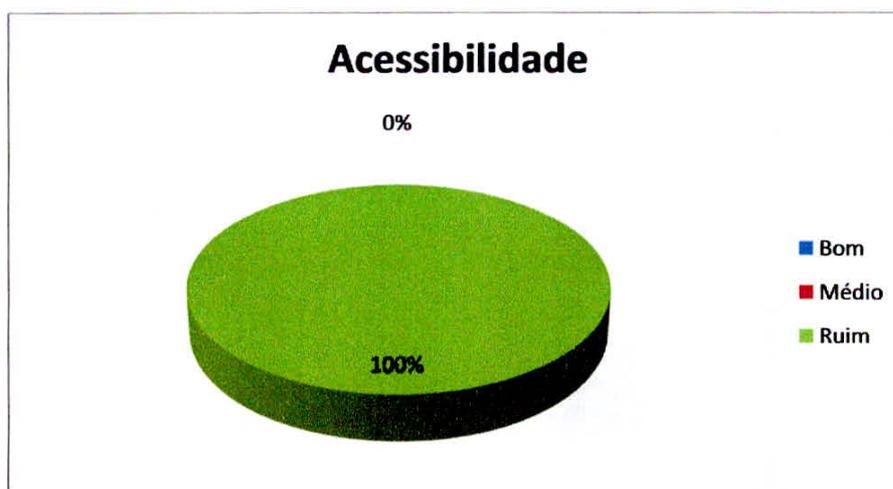


Gráfico 43 – Acessibilidade da Praça Santa Cruz
Fonte: a autora

c) Eixo III - Arborização

Tabela 39 – Arborização da Praça Santa Cruz

ARBORIZAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Valorização estética e paisagística do local – serve de abrigo para os usuários nos locais de apropriação? Faz sombreamento no sistema de circulação dos pedestres?	X		
Árvores de grande porte	X		
Árvores de pequeno Porte	X		

Fonte: a autora.

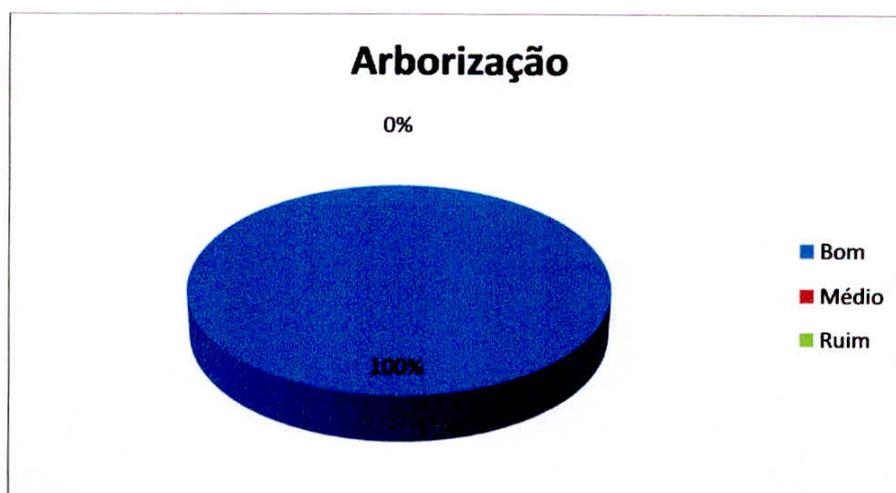


Gráfico 44 – Arborização da Praça Santa Cruz
Fonte: a autora

d) Eixo IV - áreas de estar e permanência

Tabela 40 – Áreas de estar da Praça Santa Cruz

ÁREAS DE ESTAR E PERMANÊNCIA	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Mobiliário Urbano	X		
Arborização	X		
Pontos de ônibus	X		
Banheiros Públicos			X
Atividades físicas			X
Outros (quiosques, arquibancadas, escadarias e etc)		X	

Fonte: a autora.

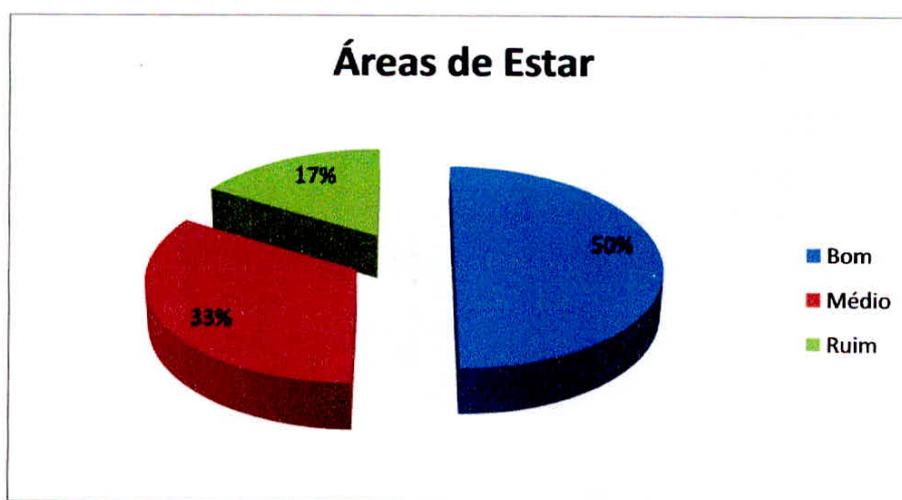


Gráfico 45 – Áreas de estar da Praça Santa Cruz

Fonte: a autora

APÊNDICE L – Praça São Pedro¹⁸

a) Eixo I - Condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados:

Tabela 41 – Circulação da Praça São Pedro

CIRCULAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Calçadas adequadas para o pedestre ou apresentam buracos, pisos deteriorados, pouco espaço de circulação, rachaduras diversas e outros	X		
Geometria do sistema de circulação (medidas)	X		
Existência de infraestrutura para acessibilidade		X	
Sinalização local			X
Sujeiras – lixos, folhas de árvores e outros	X		

Fonte: a autora.

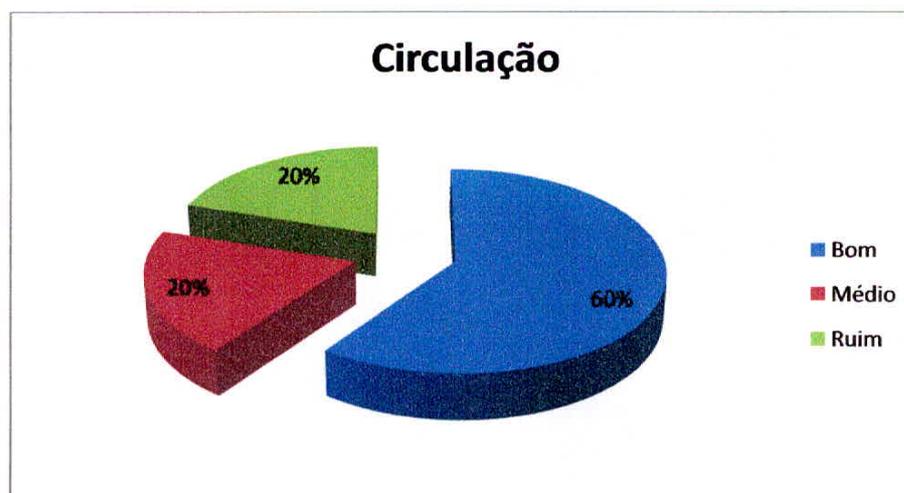


Gráfico 46 – Circulação da Praça São Pedro

Fonte: a autora

b) Eixo II - Acessibilidade (desenho universal)

Tabela 42 – Acessibilidade da Praça São Pedro

ACESSIBILIDADE	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Infraestrutura para acessibilidade			X
Sinalização local			X

Fonte: a autora.

¹⁸ Ver item 4.3.12



Gráfico 47 – Acessibilidade da Praça São Pedro
Fonte: a autora

c) Eixo III - Arborização

Tabela 43 – Arborização da Praça São Pedro

ARBORIZAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Valorização estética e paisagística do local – serve de abrigo para os usuários nos locais de apropriação? Faz sombreamento no sistema de circulação dos pedestres?	X		
Árvores de grande porte	X		
Árvores de pequeno Porte	X		

Fonte: a autora.



Gráfico 48 – Arborização da Praça São Pedro
Fonte: a autora

d) Eixo IV - áreas de estar e permanência

Tabela 44 – Áreas de estar da Praça São Pedro

ÁREAS DE ESTAR E PERMANÊNCIA	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Mobiliário Urbano	X		
Arborização	X		
Pontos de ônibus			X
Banheiros Públicos			X
Atividades físicas	X		
Outros (quiosques, arquibancadas, escadarias e etc)	X		

Fonte: a autora.

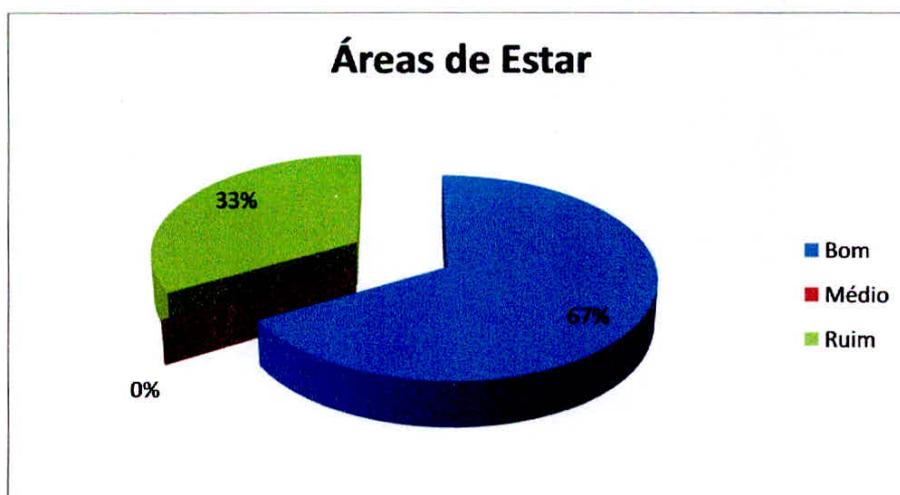


Gráfico 49 – Áreas de estar da Praça São Pedro

Fonte: a autora

APÊNDICE M – Resultado

a) Eixo I - Condições de circulação para o pedestre e modais não motorizados:

Tabela 45 – Resultado da variável circulação

CIRCULAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Calçadas adequadas para o pedestre ou apresentam buracos, pisos deteriorados, pouco espaço de circulação, rachaduras diversas e outros	03	08	0
Geometria do sistema de circulação (medidas)	11	0	0
Existência de infraestrutura para acessibilidade	0	06	05
Sinalização local	0	0	11
Sujeiras – lixos, folhas de árvores e outros	01	10	0
TOTAL	15	24	16

Fonte: a autora.



Gráfico 50 – Resultado da Circulação

Fonte: a autora

b) Eixo II - Acessibilidade (desenho universal)

Tabela 46 – Resultado da acessibilidade

ACESSIBILIDADE	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Infraestrutura para acessibilidade	0	0	11
Sinalização local	0	0	11
TOTAL	0	0	22

Fonte: a autora.

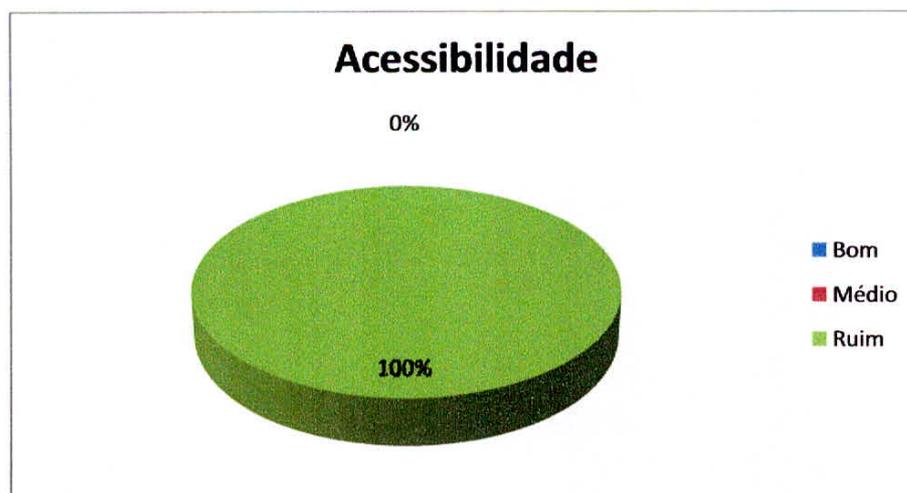


Gráfico 51 – Resultado da Acessibilidade
Fonte: a autora

c) Eixo III - Arborização

Tabela 47 – Resultado da Arborização

ARBORIZAÇÃO	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Valorização estética e paisagística do local – serve de abrigo para os usuários nos locais de apropriação? Faz sombreamento no sistema de circulação dos pedestres?	09	01	01
Árvores de grande porte	10	0	01
Árvores de pequeno Porte	08	02	01
TOTAL	27	03	03

Fonte: a autora.



Gráfico 52 – Resultado da Arborização
Fonte: a autora

d) Eixo IV - áreas de estar e permanência

Tabela 48 – Resultado das Áreas de estar

ÁREAS DE ESTAR E PERMANÊNCIA	Valores		
	BOM	MÉDIO	RUIM
Mobiliário Urbano	07	03	01
Arborização	10	0	01
Pontos de ônibus	02	01	08
Banheiros Públicos	0	0	11
Atividades físicas	01	01	09
Outros (quiosques, arquibancadas, escadarias e etc)	02	05	04
TOTAL	22	10	34

Fonte: a autora.

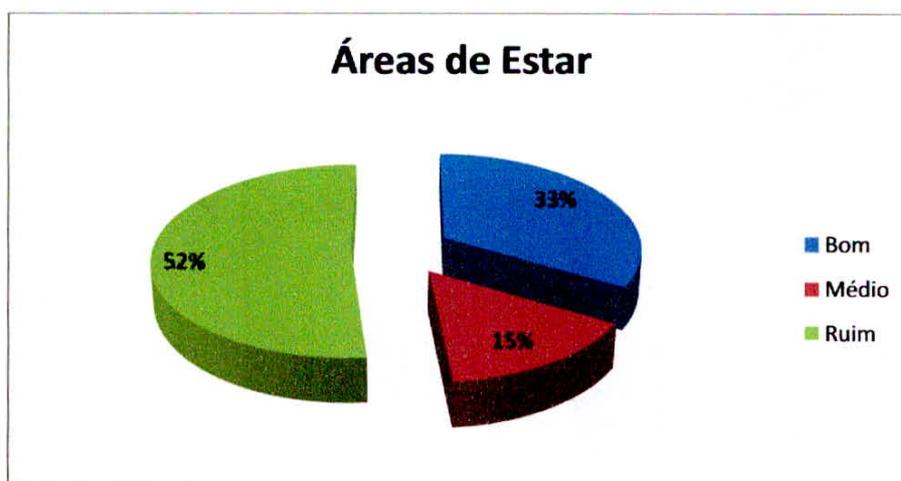


Gráfico 53 – Resultado das Áreas de estar

Fonte: a autora

APÊNDICE N – Resultado Geral

Gráfico 54 – Resultado geral da qualificação
Fonte: a autora